SBS LISTED NYSE

SBSP3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

sabesp

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO

Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Mensagem da Diretora-presidente

Não é possível falar em civilização sem que haja saneamento básico. Trata-se de direito fundamental do ser humano e condição necessária para que o meio ambiente e os recursos naturais de que dispomos não caminhem para a exaustão. Neste sentido, levar água, coletar e tratar esgotos é atividade intrinsecamente associada à sustentabilidade. Uma não existe sem a outra.

Uma empresa como a Sabesp lida cotidianamente com a sustentabilidade, em todas as suas dimensões. Somos socialmente responsáveis por fornecer um serviço cujas implicações sobre a qualidade de vida e as condições de saúde de quem o recebe são diretas e imediatas. Somos ambientalmente envolvidos na preservação de mananciais, na recuperação de recursos hídricos e na despoluição de rios, córregos e mares. Somos comprometidos com a solidez financeira de um negócio cuja maturação é naturalmente longa e os custos precisam ser imperativamente baixos.

A dedicação da companhia aos preceitos da sustentabilidade já goza de reconhecimento na sociedade. É fruto de uma cultura que se entranha, dia após dia, em nossos colaboradores, no trabalho cotidiano dos que nos prestam serviços, na qualidade de fornecedores de quem exigimos cada vez mais qualidade. Mas sustentabilidade não é porto de chegada. É caminho que se constrói no caminhar. É travessia rumo a um futuro necessariamente melhor do que o presente.

Por isso, nos preocupamos, também na execução deste relatório, em ampliar os limites do possível. Aumentamos o universo de informações divulgadas, buscamos aprimorar a qualidade das que já vinham sendo publicadas, reconhecemos nossas fraquezas quando e onde elas se fazem notar. Temos compromisso convicto com a transparência, o bem comum e o respeito a nossas partes interessadas.

Entendo que a missão de levar saneamento a mais de 27,6 milhões de pessoas, como é a nossa, só é bem sucedida se ancorada em princípios básicos fundamentais: transparência, boa gestão e tecnologia. A Sabesp tem se mostrado em condições de executá-la, com eficiência, de maneira sólida, dinâmica, inovadora e sustentável em termos financeiros, ambientais e sociais.

Não há melhor tradução do que possa ser desenvolvimento sustentável do que uma estação de tratamento de esgotos capaz de operar com eficiência ao longo de seus 50 anos de vida útil, ao menor custo, com maior amplitude de atendimento, aproveitamento máximo dos recursos naturais e impacto mínimo sobre o meio ambiente. Isto é sustentabilidade.

A Sabesp mantém firme compromisso com a universalização, até o fim desta década, dos serviços de saneamento nas áreas regulares onde operamos. Para tanto, a companhia prevê manter a média de investimentos registrada nos últimos anos, ou seja, cerca de R$ 2 bilhões.

Ancorada nestes princípios, a Sabesp obteve resultados importantes na expansão dos serviços de água e esgoto em 2011. Em ambos os casos, o número de novas ligações efetivadas foi o maior dos últimos 12 anos. Mas é preciso mais: até o fim da década, planejamos realizar mais 1,6 milhão de novas ligações de água e quase 2,3 milhões de ligações de esgoto para a consecução da meta de universalizar os serviços de saneamento em nossa área de atuação.

Todas as seis metas de desempenho traçadas para a organização para o exercício de 2011 foram atingidas. Consideramos o desempenho satisfatório, sem esquecer que, embora a estratégia dos nossos negócios mantenha trajetória de continuidade, 2011 foi um ano de mudanças em nossa administração, com a troca de quatro dos seis integrantes da nossa Diretoria Colegiada. Avaliamos que nossa atuação em novos negócios ainda está aquém do que planejamos e pretendemos; é possível avançar.

O compromisso de universalizar os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos até o fim da década é um dos mais nobres e desafiadores que uma companhia pode ter. A Sabesp tem o privilégio de, em cada uma de suas ações, das pequenas às grandes, colaborar para que as pessoas vivam melhor, para que o meio ambiente seja mais saudável, para que o sociedade seja economicamente mais desenvolvida e socialmente mais justa.

Dilma Pena
Diretora-presidente da Sabesp

PERFIL

A Sabesp é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista que atua no setor de saneamento, cujo acionista majoritário é o Governo do Estado de São Paulo. Suas ações, todas ordinárias, são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa), sob o código SBSP3, e na forma de American Depositary Receipts (ADR nível III) da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), sob o código SBS.

Fundada em 1973, a Sabesp é a maior empresa de saneamento das Américas e a quarta maior do mundo em população atendida, de acordo com a 13ª edição (2011-2012) do anuário *Pinsent Masons Water Yearbook*. A companhia tem sua sede no município de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

Além de oferecer serviços de água e esgoto no Estado de São Paulo, a Sabesp está também habilitada a atuar em outros estados e países, e pode, ainda, operar em mercados de drenagem e limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia.

Operamos diretamente serviços de saneamento em 363 municípios paulistas - em 2011, o município de Macatuba deixou a nossa base operada - e fornecemos água no atacado para outros sete, dentre os quais cinco também utilizam os nossos serviços de tratamento de esgotos. A população total abastecida com a água da Sabesp chega a 27,6 milhões de pessoas (3,5 milhões referentes ao atendimento no atacado, 200 mil em parceria e 23,9 milhões diretamente pela companhia), o que representa aproximadamente 70% da população urbana do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, também prestamos serviços de água e esgoto em outros três municípios do Estado, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) constituídas com empresas privadas. São elas: Águas de Castilho S.A. e Águas de Andradina S.A., em parceria com a CAB Ambiental; Saneaqua Mairinque S.A., em conjunto com a Foz do Brasil. Em Mogi Mirim, aliados à OHL Meio Ambiente e à Etep, cuidamos da modernização, implementação e gestão do sistema de tratamento de esgotos também por meio de uma SPE.

Também realizamos serviços de consultoria em uso racional da água, gestão comercial e operacional no Panamá e em Honduras por meio de consórcio firmado com a Latin Consult. Temos, ainda, parcerias com as concessionárias estaduais de saneamento dos estados de Alagoas (Casal) e Espírito Santo (Cesan).

A Sabesp tem como missão "prestar serviços de saneamento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente". Nossa visão de futuro projeta "sermos reconhecidos, em 2018, como empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente".

A despeito do tamanho do desafio, a companhia está bem posicionada para alcançar o objetivo, com sustentabilidade e rentabilidade. Entendemos que boa parte do nível de investimentos demandado já se encontra equacionada para cumprir nosso plano de investimento. No entanto, temos trabalhado firme e constantemente na captação de recursos, principalmente a custos mais baixos, compatíveis com a atividade de saneamento, para fazer frente aos investimentos necessários à expansão dos nossos serviços.

Para atingir o objetivo da universalização dos serviços, ao longo de 2011 a companhia reformulou suas diretrizes estratégicas. São elas: crescimento com sustentabilidade econômico-financeira; sustentabilidade socioambiental; universalização e qualidade; proatividade nos relacionamentos; integração e inovação; e capital humano como força competitiva. O novo ciclo de planejamento estratégico tem como horizonte o período que vai de 2011 a 2020.

O compromisso da companhia com a universalização, sustentável e responsável, dos serviços de água e esgoto na sua área de atuação até o fim desta década se reflete na estratégia financeira e em ações sociais e ambientais descritas ao longo deste Relatório.

Painel de Indicadores

Indicadores	Unidade	2011	2010	2009	2008	2007	2006
Atendimento							
Índice de Atendimento em Água		Tende à Universalização [1]					
Índice de Atendimento em Coleta de Esgotos	%	82	81	80	79	79	78
Índice de Tratamento dos Esgotos Coletados [2]	%	76	75	74	72	66	63
População Residente Atendida com Abastecimento de Água	mil hab.	23.911	23.625	23.363	23.162	22.959	22.700
População Residente Atendida com Coleta de Esgotos	mil hab.	20.498	20.024	19.600	19.198	18.881	18.519
Operacionais							
Ligações de Água	mil un	7.481	7.295	7.118	6.945	6.767	6.609
Ligações de Esgotos	mil un	5.921	5.718	5.520	5.336	5.167	5.002
Perdas de Água	%	25,6	26,0	26,0	27,9	29,5	31,9
Volume Produzido de Água	milhões m³	2.992	2.952	2.845	2.853	2.874	2.887
Volume Faturado de Água no Atacado	milhões m³	297	293	288	285	274	263
Volume Faturado de Água no Varejo	milhões m³	1.747	1.699	1.630	1.596	1.573	1.544
Volume Faturado de Esgoto	milhões m³	1.486	1.434	1.373	1.330	1.300	1.246
Número de Empregados [3]		14.896	15.330	15.103	16.649	16.850	16.978
Produtividade Operacional	lig/empr	900	849	837	738	708	684
Financeiros [4]							
Receita Líquida	milhões R$	9.941,6	9.231,0	8.579,5	7.809,3	5.970,8	5.527,3
LAJIDA [5]	milhões R$	3.213,4	3.222,5	2.727,0	2.865,0	2.698,9	2.446,1
Margem do LAJIDA	%	32,4	34,9	31,8	36,7	45,2	44,3
Resultado (Lucro/Prejuízo Líquido)	milhões R$	1.223,4	1.630,4	1.507,7	862,9	1.055,3	789,4

[1] 99% ou mais
[2] Por razões metodológicas, contempla uma margem de variação de mais ou menos 2 pontos percentuais
[3] Número de empregados próprios, não inclui cedidos a outros órgãos.
[4] Cálculo a partir de 2008 de acordo com CPCs/IFRS (Dados Consolidados)
[5] Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

BALANÇO DE METAS

A companhia atingiu plenamente as seis metas de desempenho fixadas para o exercício de 2011 e que balizaram a concessão de benefícios salariais determinados no Plano de Participação nos Resultados (PPR).

O abastecimento de água mantém-se em patamar que podemos considerar como tendo sido universalizado em nossa área de operação. As novas ligações deste serviço acompanham o crescimento vegetativo das áreas atendidas pela empresa e do negócio. Mesmo assim atingiram, em 2011, a segunda maior marca dos últimos 12 anos.

A coleta e o tratamento dos esgotos coletados continuam a expandir-se dentro do projetado. Vale destacar que obtivemos, em 2011, o melhor resultado dos últimos 12 anos em relação ao número de novas ligações de esgoto efetuadas.

Indicadores	Unidade	Meta	Realizado
Margem LAJIDA [1]	%	43,3	43,4
Índice de satisfação do cliente	%	80	92
Número de novas ligações de água	mil un	143,5	207,9
Número de novas ligações de esgoto	mil un	195,0	246,4
Índice de perdas de faturamento de água	%	25,7	25,6
Ações em tratamento de esgotos [2]			
Número de estações de tratamento de esgoto entregues (inclui pré-operação)	unidades	12	12
Quantidade de autorizações de serviços emitidas para início de obras de estação de tratamento de esgotos	unidades	21	22

[1] Cálculo pelo método anterior à vigência do CPCs/IFRS
[3] A meta é composta por duas ações, de forma a refletir com maior fidelidade o esforço da companhia na expansão dos sistemas de tratamento de esgotos

Quanto ao índice de perdas, o resultado alcançado no exercício segue tendência traçada pela companhia para os próximos oito anos. A meta é, até 2019, reduzir o percentual a 13%, embora este índice deva sofrer ajuste no decorrer de 2012. O volume economizado em 2011, com a redução das perdas totais de 26% para 25,6%, é suficiente para abastecer o equivalente a 23 mil pessoas sem a necessidade de utilização de novos mananciais, nem investimentos adicionais em reservação e produção de água. Vale lembrar que o indicador vem caindo sistematicamente desde 2004, quando se encontrava em 34%.

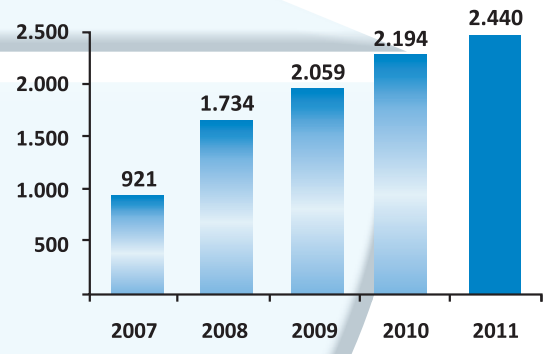
A companhia também manteve alto índice de satisfação de seus clientes, corroborado tanto pelo percentual de 92% medido em pesquisas de opinião feitas junto a 5.860 usuários, quanto pela manutenção da não participação da Sabesp no ranking das empresas com mais reclamações junto ao Procon - do qual saímos em março de 2010.

GESTÃO EMPRESARIAL

A Sabesp mantém o ritmo de investimentos em busca da meta de até o fim desta década, levar os seus serviços a todos os domicílios urbanos atendidos pela companhia.

Em 2011, aplicamos R$ 2,4 bilhões, incluindo os investimentos na forma de Parceria Público-Privada (PPP) no valor de R$ 121,4 milhões. A utilização desses modelos de financiamento permite à companhia acelerar e otimizar o processo de licitação de obras e serviços e acessar recursos públicos fora do contingenciamento público, agilizando a execução do plano de investimentos.

Histórico de Investimentos [1] (R$ milhões correntes)



[1] *Calculado a partir de 2008 de acordo com CPCs/IFRS* - não inclui os compromissos assumidos nos contratos de programa (R$ 253 milhões, R$ 18 milhões e R$ 63 milhões e 139 milhões, respectivamente)

Investimentos Realizados em 2011 por região (R$ milhões correntes)

	Água	Esgoto	Total
Região Metropolitana de São Paulo	633,2	697,8	1.331,0
Sistemas Regionais (interior e litoral)	502,2	607,0	1.109,2
Total	1.135,4	1.304,8	2.440,2

Obs.: não inclui os compromissos assumidos nos contratos de programa (R$ 139 milhões)

O **abastecimento de água** manteve a tendência à universalização nas áreas urbanas. Realizamos em 2011 a segunda maior expansão dos últimos 12 anos: 208 mil novas ligações. O resultado é importante para garantir segurança no abastecimento, auxiliado por ações de recuperação e preservação de mananciais, incentivo à redução de consumo e diminuição de perdas de água. Encerramos 2011 abastecendo cerca de 23,9 milhões de pessoas diretamente, que somadas à população dos municípios atendidos no atacado e aqueles operados em parceria com a iniciativa privada, totalizam 27,6 milhões.

Quanto ao **serviço de coleta de esgotos**, foram feitas 246 mil novas ligações no ano, o segundo melhor resultado desde 1997. O índice de coleta subiu para 82% e o de tratamento alcançou 76% do volume coletado. Cerca de 20,5 milhões de pessoas são atendidas atualmente por redes de coleta, enquanto a companhia trata volume de esgoto gerado por 14,9 milhões de pessoas.

Em 2011, seis novos municípios tiveram também os serviços de esgoto universalizados, totalizando 147 municípios.

Novas ligações de água e esgoto executadas e população beneficiada em 2011

		RMSP	Sistemas Regionais (Interior e Litoral)	Total
Água	Número de novas ligações [1]	123,5	84,4	207,9
	População atendida [2]	360	210	570
Esgoto	Número de novas ligações [1]	126,0	120,4	246,4
	População atendida [2]	510	370	880

[1] em milhares de unidades
[2] em milhares de habitantes

Plano de Metas (2011-2019)

	Realizado	Metas [1]					
	2011	2011	2012	2013	2014	2015	2019
Abastecimento de Água		Tende à universalização					
Coleta de Esgoto (%)	82,3	82,5	83	84	85	86	95
Tratamento de Esgotos Coletados (%)	75,8	79,5	77	78	80	82	95
Novas Ligações de Água (mil)	207,9	143,5	159	161	160	156	635[2]
Novas Ligações de Esgoto (mil)	246,4	168,7[3]	207	212	231	236	996[2]
Perdas de Água (%)	25,6	25,7	25,3	23,5	21,7	19,9	13,1

[1] As metas deverão ser ajustadas com a conclusão do ciclo de planejamento 2011/2020 e do Censo 2010 do IBGE
[2] Meta Acumulada 2016/2019
[3] Para 2011, a meta de ligações de esgotos no PPR foi maior que a do Plano de Metas como forma de induzir uma realização superior, necessária à universalização da coleta

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

O plano de investimentos da Sabesp está ancorado num portfólio de programas estruturantes, organizados em dois eixos: garantir a segurança no abastecimento de água e contribuir para a despoluição e a recuperação dos nossos rios, córregos e demais corpos d'água.

Nosso **Programa Metropolitano de Água** tem objetivo de aumentar em 20% - correspondentes a 13,2 m³/s - a capacidade atual de produção, no horizonte até 2017. Em 2011, foram concluídas obras de produção e adução, melhorando o nível de abastecimento de água da RMSP. Destaque para a conclusão das intervenções que resultaram na ampliação da capacidade de tratamento do Sistema Produtor do Alto Tietê em 50%, de 10m³/s para 15 m³/s, feitas por meio de PPP em conjunto com a CAB Ambiental. Também foram entregues mais 14 grandes empreendimentos, que, juntos, beneficiam direta e indiretamente 6,6 milhões de pessoas - principalmente das regiões Leste e Oeste da capital - com mais água tratada. O investimento acumulado no programa desde 2006 é de R$ 1,7 bilhão, com recursos próprios e financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

continua...

...continuação da página anterior

Às ações na RMSP, se junta o **Água no Litoral**. São obras de ampliação da produção, melhoria da qualidade, aumento da adução e da capacidade de reservação de água tratada na região metropolitana da Baixada Santista e Litoral Sul, que abriga cerca de 1,7 milhão de pessoas em nove municípios - população que chega a quase 3 milhões de pessoas em épocas de veraneio.

Em 2011, foram aplicados R$ 158 milhões em obras como a implantação do Sistema Produtor Mambu-Branco prevista para ser concluída no segundo semestre de 2012, em Itanhaém, e a construção da Estação de Tratamento de Água Jurubatuba, a ser finalizada no decorrer deste ano no Guarujá. Esta tem início de operação parcial previsto para o primeiro semestre de 2012. Até o fim de 2011, o valor investido no programa, iniciado em 2008 soma R$ 472,7 milhões.

Paralelamente aos empreendimentos para ampliar a produção e o tratamento de água, a Sabesp desenvolve entre suas ações estruturantes o **Programa Corporativo de Redução de Perdas**. Até 2019 prevemos investir R$ 4,3 bilhões em ações como substituição de redes, troca de tubulações, setorização (com redução de pressão da água) e substituição de hidrômetros. Atualmente nosso objetivo é reduzir o índice de perdas a 13% até 2019, porém essa meta está em revisão em função dos resultados atingidos até o momento.

Já investimos R$ 1,03 bilhão no programa, dos quais cerca de R$ 326,7 milhões em 2011. Parte dos recursos são próprios e o restante vem de financiamentos concedidos pela Japan International Cooperation Agency (Jica), pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES. Cabe registrar que, em fevereiro de 2012, foi assinado contrato de financiamento da segunda etapa do programa junto à Jica no valor de aproximadamente R$ 710 milhões, aos quais se somarão mais R$ 390 milhões de contrapartida da Sabesp.

Em 2011, conseguimos diminuir o índice de perdas de faturamento de 26% para 25,6%. Vale registrar que a média de perdas brasileira encontra-se ao redor de 37%.

Mas apenas isso não é suficiente. Dada a baixa disponibilidade hídrica, principalmente na metrópole paulista, o planejamento realizado pela empresa inclui a implantação de um novo sistema produtor para suprir as demandas crescentes da RMSP: o sistema **São Lourenço** (Alto Juquiá), que terá capacidade de produção de **4,7 m³/s** e abastecerá a região oeste da Grande São Paulo, beneficiando quase **1,5 milhão** de habitantes.

A recuperação e a despoluição dos corpos d'água representam desafio tão ou mais severo do que assegurar o abastecimento. Neste sentido, entendemos que a recuperação do principal rio do Estado de São Paulo e seus afluentes é uma das tarefas fundamentais com as quais a Sabesp pode contribuir. Por isso, nosso esforço em prol da expansão dos serviços de esgotamento sanitário na RMSP, onde a estrutura instalada pela companhia nos últimos 20 anos como parte do Projeto Tietê representou a inclusão de 8,5 milhões de pessoas no sistema de coleta e tratamento.

O **Projeto Tietê** é nosso principal programa de investimentos em esgotamento sanitário e encontra-se atualmente em sua terceira etapa, iniciada em 2009. Seu objetivo é, até 2016, ampliar o índice de coleta de esgotos na RMSP para 87% e o de tratamento para 84% do total coletado, com investimentos estimados em aproximadamente US$ 1,1 bilhão, com recursos próprios e financiamentos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Caixa Econômica Federal e pelo BNDES. Dos R$ 423,3 milhões já investidos nesta etapa do programa, R$ 228,4 milhões o foram em 2011.

Cerca de 43% das obras desta etapa já estão em execução e outras 25% encontram-se em licitação. Ao término das intervenções, mais cerca de 1,5 milhão de pessoas serão beneficiadas com coleta e 3 milhões com tratamento de esgotos.

A quarta e última etapa do Projeto Tietê, com execução prevista para ocorrer entre 2013 e 2018, encontra-se atualmente em fase de planejamento. Com ela, espera-se eliminar o lançamento de esgotos *in natura* no rio Tietê na RMSP nas áreas reguladas operadas pela Sabesp.

Para tanto, consideramos ser fundamental também o envolvimento da sociedade civil no enfrentamento do problema. Assim, em 2011 apoiamos o lançamento da campanha **Tietê Vivo - Compromisso de Todos Nós**, lançada pela Fundação SOS Mata Atlântica. Por meio de página no Facebook, estão sendo angariados apoios a ações de despoluição do Tietê por meio da ratificação de dez mandamentos em prol da recuperação do rio.

Especificamente no município de São Paulo, as ações de despoluição do rio Tietê são complementadas pelo programa **Córrego Limpo**, desenvolvido em parceria com a prefeitura local. Como o próprio nome sugere, visa a recuperação de corpos d'água, com a melhoria do sistema de esgotamento sanitário e a eliminação de lançamentos de esgotos *in natura* nestes córregos, a limpeza de margens e leitos, a remoção e o reassentamento de imóveis situados nas faixas ribeirinhas.

Em 2011 formatamos a terceira fase do programa (52 córregos) e concluímos a limpeza de mais sete córregos, beneficiando contingente de cerca de 48 mil pessoas.

Já são 103 os córregos despoluídos desde 2007 na capital, beneficiando um contingente de pouco mais de 1,7 milhão de pessoas, com investimento total de R$ 129,5 milhões. Com isso, cerca de 1.100 L/s de esgotos deixaram de ser lançados nestes riachos. Em 2012, a previsão é limpar mais 45 córregos, beneficiando mais 700 mil pessoas, com investimento de R$ 36 milhões por parte da Sabesp.

Por fim, também na RMSP desenvolvemos o programa **Vida Nova**, voltado a recuperar e proteger represas, utilizadas para o abastecimento de água da metrópole. São intervenções em 43 favelas das sub-bacias Guarapiranga e Billings, beneficiando 50 mil famílias.

A responsabilidade da Sabesp repousa na implantação e melhoria de sistemas de água e esgotos, com investimento de R$ 355 milhões. Em 2011, investimos R$ 29,4 milhões do total de R$ 45,5 milhões já aplicados até agora no programa. A previsão de conclusão do programa é 2015, abarcando investimento total de R$ 1,3 bilhão, com recursos também da União, do Estado, dos municípios, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano e do Banco Mundial.

No litoral, nossas ações estruturantes de esgotamento sanitário estão organizadas em torno do **Onda Limpa**. Na Baixada Santista, as obras começaram em 2007 e caminham para o encerramento em 2013. Além de recursos próprios, o programa conta com financiamento da Jica e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Até agora foram aplicados R$ 1,6 bilhão - sendo R$ 159,8 milhões em 2011. Com o término da construção das estações de tratamento de esgotos e a instalação das redes, temos priorizado a conexão dos imóveis ao sistema coletor de esgoto, que, até o fim de 2011, totalizava 63 mil ligações das 123 mil previstas.

A Baixada Santista exibe atualmente um dos mais baixos índices de mortalidade infantil do Estado de São Paulo. Na última década, o indicador caiu mais de 30%: de 22,2 óbitos para cada mil nascidos vivos para 15,2 na região. É correto afirmar que a melhora do abastecimento de água e do esgotamento sanitário foi um dos fatores a contribuir para tanto.

A Sabesp já está elaborando uma segunda fase do Onda Limpa, destinada a fazer com que, até 2018, todas as cidades da Baixada Santista tenham todo o seu esgoto coletado e tratado.

O Onda Limpa também se desdobra em ações específicas no Litoral Norte do Estado de São Paulo. A meta é elevar o índice de coleta e tratamento de esgoto nos municípios de Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba dos atuais 49% para 85% até 2015, com previsão de investimento de R$ 500 milhões, envolvendo recursos próprios, do BNDES e do FGTS. Vale lembrar que, em 2007, antes do programa, o percentual estava em 30%. Serão beneficiadas 600 mil pessoas, entre moradores e turistas que visitam a região. Em 2011, a Sabesp investiu R$ 24,6 milhões no programa - de um total de R$ 114,6 milhões já aplicados até agora - envolvendo recursos próprios, do BNDES, do FGTS e da Caixa. Também está prevista a realização de uma Parceria Público-Privada para sua consecução.

Exemplo de iniciativa bem sucedida na nossa estratégia de recuperar importantes mananciais foi a regeneração das águas do rio Paraíba do Sul, na região paulista do Vale do Paraíba. Com obras de expansão da coleta e do tratamento de esgotos em municípios populosos como São José dos Campos e Taubaté, análises da Cetesb registraram aumento expressivo do índice de oxigenação das águas do Paraíba do Sul em 2011 e com isso, peixes que tinham virado raridade, como lambaris, piabas, bagres, traíras e tilápias, voltaram a povoar as águas da região.

NOVAS POLÍTICAS E PROGRAMAS

Atualmente, um dos grandes desafios que se coloca para o processo de universalização dos serviços de saneamento é o fato de que os investimentos unitários são crescentes à medida que se avança em direção às classes com menor poder aquisitivo, justamente as que têm menor capacidade de gerar receitas para a empresa. Neste sentido, torna-se importante desenhar novas políticas públicas e ações que colaborem para a consecução das metas de expansão da companhia, concorram para o sucesso dos programas estruturantes já em vigor e atendam ao preceito da inclusão social.

Dentro desta estratégia, em 2011, o esforço da Sabesp em favor da universalização dos serviços de saneamento no Estado ganhou reforços de dois programas governamentais: o **Pró-Conexão,** iniciativa que se destina a subsidiar obras intradomiciliares para que famílias de baixa renda possam conectar seus domicílios à rede pública de esgoto; e o **Água é Vida**, voltado à implantação de serviços de saneamento em comunidades de baixa renda situadas em áreas afastadas das sedes de cidades do interior paulista.

A companhia será responsável pela assistência técnica aos municípios e pela implantação de sistemas de água nas mesmas comunidades beneficiadas com tratamento de esgoto. Após a conclusão das obras, a Sabesp será responsável pela manutenção e operação dos sistemas.

Em outra iniciativa em conjunto com o poder público, em dezembro foi iniciado o programa **Nossa Guarapiranga**, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade da água de um dos principais mananciais que abastece a região metropolitana de São Paulo. Foram instaladas 11 barreiras para contenção de lixo nas saídas dos principais córregos que deságuam no espelho d'água, para recolher 20 m³ de resíduos por dia em média. As ações que já vêm sendo desenvolvidas em parceria com o Governo do Estado e prefeituras, têm ajudado a evitar que uma carga de 106 l/s de esgoto chegue às represas Guarapiranga e Billings.

CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE

A implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário proporciona diversos benefícios ao meio ambiente e à qualidade de vida da população atendida. Entre eles, os mais relevantes são a preservação e a melhoria da condição dos recursos hídricos e, no litoral, a recuperação da balneabilidade das praias. Sem falar no efeito benéfico imediato nas condições de saúde da população.

Entretanto, nossa atividade pode gerar impactos ambientais negativos decorrentes das etapas de implantação e operação. Como os coletores-tronco e interceptores de esgoto seguem por fundos de vale, e as estações de tratamento estão instaladas, em geral, nas cotas mais baixas, surgem situações que demandam ocupação de áreas de preservação permanente, exigindo, em alguns casos, recomposição de áreas de mata ciliar.

Impactos socioambientais negativos também estão associados à desapropriação de áreas, remoção de vegetação, geração de lodos de tratamento de água e esgoto, emissão de metano em tratamento anaeróbio e geração indireta de gás carbônico (CO^2) pelo consumo de energia. Registre-se que a Sabesp é um dos maiores consumidores individuais de energia do Estado de São Paulo, respondendo por 1,8% do total: em 2011, foram 2.276 gigawatts-hora.

A Sabesp tem procurado incorporar a variável ambiental desde a concepção até a operação de seus sistemas, incluindo implementação de práticas voltadas para a sustentabilidade e projetos em parceria com a sociedade. Pesquisa de satisfação feita junto aos clientes em 2011 indica o reconhecimento deste esforço: 79% nos consideram uma empresa "socioambientalmente responsável". Quando investigamos junto aos entrevistados se a companhia se preocupa com a preservação do meio ambiente, dos rios, dos mananciais de água e da vegetação, a concordância foi de 78%.

COMPROMISSO SOCIAL

A Sabesp orgulha-se dos laços que estabelece com a população do Estado de São Paulo. Temos convicção de que, ao prestar melhores serviços, garantir a oferta de água com qualidade e regularidade e tratar bem nossos recursos hídricos, estamos contribuindo para a geração de valor em nossa sociedade.

O reconhecimento desse esforço está demonstrado no alto índice de respostas positivas obtidas na pesquisa de satisfação junto aos clientes, quando foi avaliado se a companhia se preocupa com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com o bem-estar social. Questionados, 80% responderam afirmativamente à pergunta: "Na sua opinião, a Sabesp é uma empresa socialmente responsável?

Nosso comprometimento com a satisfação dos clientes atendidos ficou ainda mais evidenciado no novo Planejamento Estratégico que estabelecemos para vigorar entre 2011 e 2020. Revisamos nossa visão de futuro, destacando nossa preocupação e nosso foco em "excelência no atendimento ao cliente". O Mapa Estratégico foi revisto, abrangendo 14 objetivos considerados estratégicos para o período. A missão da companhia não foi alterada.

Também incluímos entre nossas diretrizes estratégicas a valorização do capital humano como força competitiva. Dentro deste espírito, estamos empenhados em tornar a empresa um ambiente melhor para se trabalhar. Em 2011 nos debruçamos sobre dois assuntos que consideramos cruciais para aumentar a satisfação de nossos colaboradores: a adoção de um novo Plano de Cargos e Salários e o equacionamento do nosso plano de previdência complementar, o Sabesprev. As ações empreendidas permitem antever a apresentação de resultados à corporação no decorrer de 2012.

CONSOLIDAÇÃO DE MERCADO

A Sabesp preocupa-se em manter e expandir a base de municípios operados, por meio de contratos de programa integralmente adequados às exigências do novo marco regulatório do setor. Tal estratégia é particularmente importante neste momento, que coincide com o encerramento do primeiro ciclo de vigência de dezenas de contratos cujo marco inicial remonta à época da constituição da companhia na primeira metade dos anos 70.

Em 2011, foram assinados 25 contratos de programa, totalizando 225 contratos renovados que atendem com à Lei do Saneamento e outros 39 cobertos por arcabouço legal anterior a ela - que vencerão entre 2012 e 2033. Juntos, estes municípios respondem por 74% das receitas auferidas pela companhia.

Para enfrentar a concorrência no segmento de grandes clientes, em que diversos consumidores industriais e comerciais preferem utilizar poços artesianos ou "carros-pipa" para se abastecer de água, a Sabesp adotou uma política tarifária flexível para competir no mercado, com a formalização de contratos de demanda firme.

NOVOS NEGÓCIOS E PARCERIAS EM SOLUÇÕES AMBIENTAIS

A Sabesp também busca atuar em novos mercados, consolidando-se no setor de maneira sustentável. Nesse sentido, tem investido em parcerias para a atuação em outros estados e países e, no desenvolvimento da plataforma Sabesp Soluções Ambientais, voltada a expandir as operações em mercados e junto a grandes clientes. Em 2011, nossos principais destaques foram a expansão do Programa de Uso Racional da Água (Pura) e as iniciativas em favor da produção de água de reúso.

Atualmente, o **Pura** encontra-se implantado em mais de 2,2 mil imóveis do Governo do Estado de São Paulo e da prefeitura de São Paulo. Neles, a Sabesp é responsável pela contratação de obras e serviços de engenharia necessários para a redução do consumo de água. Com estas medidas, conseguimos conservar volume mensal de água suficiente para abastecer em torno de 23 mil pessoas sem a necessidade de utilizar novos mananciais. O programa também colabora para a postergação de investimentos em sistemas de água e esgoto.

A companhia também tem investido firmemente na expansão da produção de água gerada a partir do tratamento de esgotos para usos industriais, refrigeração de equipamentos e outros fins não-potáveis. Temos hoje capacidade de produzir 319 mil m³/mês de **água de reúso**, entretanto, atualmente fornecemos apenas 160 mil m³/mês em função, principalmente, de dificuldades na logística de distribuição, da prospecção ainda incipiente de novos clientes e da necessidade de aperfeiçoamento do processo de produção.

Nosso maior projeto nesta área, o **Aquapolo Ambiental,** deve entrar em operação em abril de 2012. Trata-se da maior planta para produção de água de reúso no Hemisfério Sul, cuja vazão final prevista é de 1 m³/s, volume suficiente para abastecer 300 mil pessoas. Em 2011 o projeto foi o segundo colocado no *Global Water Awards*, prêmio concedido pela Global Water Intelligence para destacar iniciativas inovadoras em abastecimento e saneamento em todo o mundo.

Outras iniciativas voltadas para a oferta de soluções ambientais são os contratos de fidelização junto a grandes consumidores, que garantem receita anual de aproximadamente R$ 233 milhões à companhia; o tratamento de esgotos não-domésticos provenientes de processos produtivos de clientes da Sabesp, pelo qual foram coletados e tratados mais de 26 milhões de m³ em 2011, gerando faturamento de R$ 181,8 milhões.

Projetos já implantados, relacionados à medição individualizada de consumo de água em condomínios residenciais e à telemedição (que possibilita o monitoramento de consumo em tempo real via internet) vem sendo avaliados e replanejados de forma a viabilizar sua evolução.

A Sabesp também atua em novos mercados em parceria com sócios privados e por meio de sociedades de propósito específico na: (i) prestação de serviços de água e/ou esgotos em quatro municípios do estado: Andradina, Castilho, Mairinque e Mogi Mirim; (ii) implantação e operação de uma estação de tratamento de efluentes industriais e condicionamento de lodo em Barueri; (iii) prestação de serviços de consultoria em uso racional da água e gestão comercial e operacional no Panamá e em Honduras; e (iv) parcerias com as concessionárias estaduais de saneamento dos estados de Alagoas (Casal) e Espírito Santo (Cesan).

PESQUISA E INOVAÇÃO

A superintendência específica criada em 2010 já vem obtendo resultados positivos, como a inédita experiência, em termos nacionais, de utilização de gás gerado pelo tratamento do esgoto como combustível para carros, atualmente em implantação.

Uma parceria com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, propõe capturar o metano dos biodigestores de lodo da ETE de Franca e ajudar na redução da emissão de poluentes na atmosfera. No segundo trimestre de 2012 o sistema começará a abastecer 49 carros da empresa naquela região. Serão três anos de testes, incluindo a logística de distribuição do combustível e a análise dos resultados. A empresa está investindo R$ 900 mil no sistema e o parceiro alemão, mais R$ 5,1 milhões.

Adicionalmente, dentro do acordo de cooperação firmado com a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), em 2011, 11 projetos foram aprovados, envolvendo universidades, cujos temas abarcam alternativas de tratamento, disposição e utilização de lodo de estações de tratamento de água e de esgotos; monitoramento da qualidade da água; e eficiência energética, entre outros.

Com relação à proteção de direitos de propriedade intelectual na companhia, em 2011 foi obtida a carta-patente "Disposição construtiva em simulador hidráulico predial para fins didáticos", além da realização de três depósitos de patentes ainda sob sigilo e o registro do software "SGH - Sistema de Gestão de Hidrometria".

A Diretoria de Sistemas Regionais, por sua vez, lançou em 2011 o programa Excelência e Inovação, voltado a identificar, reconhecer, promover e disseminar práticas e projetos inovadores que agreguem valor ao negócio. Alguns focos são a redução dos custos de energia, do número de acidentes de trabalho e de reclamações de clientes.

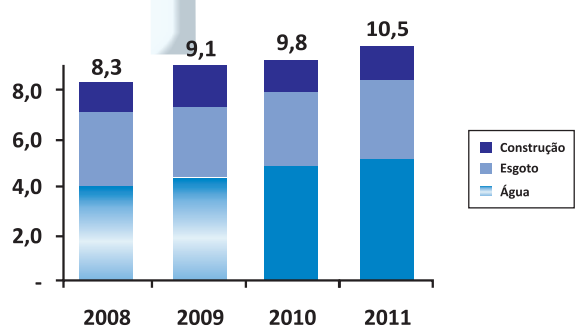
Em 2011, nosso investimento em PD&I foi de R$ 3,2 milhões.

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Empenhada em agregar valor ao negócio e alcançar a universalização do saneamento nas regiões onde atua, em 2011 a companhia manteve em marcha suas ações para a adequada gestão das suas finanças. O modelo de Gestão por Valor Agregado, implantado em 2009, foi incorporado ao sistema corporativo da companhia, permitindo aos gestores obter visão detalhada da sua área de operação, e contribuindo para a otimização de sua base de ativos e para a melhoria continuada dos resultados.

Em 2011, a receita operacional bruta da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto apresentou um acréscimo de 8,5%, passando de R$ 7,7 bilhões para R$ 8,3 bilhões em 2011. Se considerarmos também a receita de construção, a receita total passou de R$ 9,8 bilhões em 2010 para R$10,5 bilhões em 2011, um acréscimo de 7,6%.

Histórico de Receita Operacional Bruta (R$ bilhões correntes)



	2008	2009	2010	2011
Total	8,3	9,1	9,8	10,5
Construção	1,7	2,0	2,1	2,2
Esgoto	2,9	3,1	3,4	3,7
Água	3,7	4,0	4,3	4,6

Os fatores determinantes para o crescimento da receita bruta de água e esgoto foram o crescimento do volume faturado de 2,6% em água e de 3,6% em esgoto, além do reajuste tarifário de 4,05%, aplicado em setembro de 2010, e de 6,83% aplicado em setembro de 2011.

Volume faturado de água e esgoto[1] por categoria de uso - milhões de m³

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%
Residencial	1.449,0	1.488,0	2,7	1.177,2	1.220,7	3,7	2.626,2	2.708,7	3,1
Comercial	162,3	167,6	3,3	150,8	156,4	3,7	313,1	324,0	3,5
Industrial	37,2	38,7	4,0	37,8	40,5	7,1	75,0	79,2	5,6
Pública	50,2	53,1	5,8	40,1	41,5	3,5	90,3	94,6	4,8
Total varejo	**1.698,7**	**1.747,4**	**2,9**	**1.405,9**	**1.459,1**	**3,8**	**3.104,6**	**3.206,5**	**3,3**
Atacado	293,3	297,3	1,4	28,4	27,2	(4,2)	321,7	324,5	0,9
Água de reúso	0,3	0,3	-	-	-	-	0,3	0,3	-
Total	**1.992,3**	**2.045,0**	**2,6**	**1.434,3**	**1.486,3**	**3,6**	**3.426,6**	**3.531,3**	**3,1**

[1] Não auditado

continua...

...continuação da página anterior

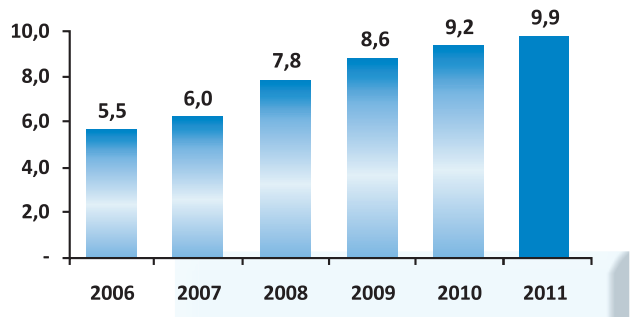
Volume Faturado de Água e Esgoto[1] por Região - milhões de m³

	Água			Esgoto			Água + Esgoto		
	2010	2011	%	2010	2011	%	2010	2011	%
Metropolitana	1.119,2	1.150,6	2,8	947,2	976,8	3,1	2.066,4	2.127,4	3,0
Sistemas Regionais [2]	579,5	596,8	3,0	458,7	482,3	5,1	1.038,2	1.079,1	3,9
Total varejo	**1.698,7**	**1.747,4**	**2,9**	**1.405,9**	**1.459,1**	**3,8**	**3.104,6**	**3.206,5**	**3,3**
Atacado	293,3	297,3	1,4	28,4	27,2	(4,2)	321,7	324,5	0,9
Água de reúso	0,3	0,3	-	-	-	-	0,3	0,3	-
Total	**1.992,3**	**2.045,0**	**2,6**	**1.434,3**	**1.486,3**	**3,6**	**3.426,6**	**3.531,3**	**3,1**

[1] Não auditado
[2] Composto pelas regiões do litoral e interior

A receita operacional líquida também apresentou crescimento de 7,6% em relação ao ano anterior, totalizando R$ 9,9 bilhões.

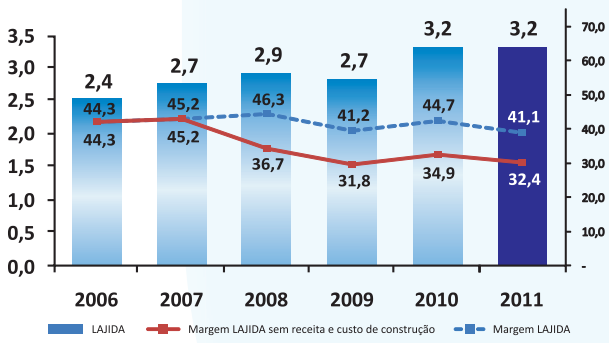
Histórico de Receita Operacional Líquida [1] (R$ bilhões correntes)



[1] Calculado de acordo com o CPCs/IFRS a partir de 2008

No ano de 2011, a receita de construção apresentou um acréscimo de 4,4%. O aumento deveu-se, principalmente, a um maior custo de construção em 2011. A variação de 4,4% na receita contra 4,6% no custo de construção deve-se à mudança no índice para o cálculo da margem de construção passando de 2,6% em 2010 para 2,3% em 2011.
Os custos e despesas somados aos custos de construção, no montante de R$ 7,5 bilhões, apresentaram um acréscimo de 14,0% em relação ao ano de 2010. O LAJIDA manteve-se estável em R$ 3,2 bilhões entre os dois períodos. A margem LAJIDA atingiu 32,4%, comparativamente a 34,9% no ano anterior. Desconsiderando os efeitos da receita e do custo de construção, a margem LAJIDA resulta em 41,1% em 2011 (44,7% em 2010).
Expurgando também o efeito da complementação do passivo atuarial no valor de R$ 157,5 milhões referente ao Plano G0, não recorrente para os próximos anos, e os efeitos da receita e custo de construção, a margem LAJIDA atinge 43,1% em 2011.

Histórico do LAJIDA e Margem LAJIDA [1] (R$ bilhões correntes)



[1] Calculado a partir de 2008 de acordo com o CPCs/IFRS

Em 2011, a companhia obteve lucro de R$ 1,2 bilhão, um recuo de 25,0% quando comparado a 2010, devido principalmente a variação cambial sobre empréstimos e financiamentos externos, no valor de R$ 448,5 milhões decorrente da valorização de 12,6% do dólar norte americano em 2011 ante uma desvalorização de 4,3% em 2010. A despeito do tamanho do desafio de universalizar os serviços, a companhia considera-se bem posicionada para alcançar o objetivo, com sustentabilidade financeira, ambiental e social e rentabilidade para o acionista.
Aproximadamente 75%, equivalente a R$ 6,5 bilhões, do investimento planejado para 2009-2013 já foi realizado. A companhia vem continuamente priorizando a captação de recursos a custos mais baixos e compatíveis com a atividade de saneamento - inclusive por meio do alongamento dos prazos da dívida de mercado de capitais, o que desconcentra vencimentos e, consequentemente, minimiza pressões sobre o caixa.
Em 2011, criou-se, no âmbito da Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, a Superintendência de Tarifas e Custos, visando o desenvolvimento de propostas e análises para subsidiar a discussão da Sabesp com seus diversos públicos de interesse, assim como nos processos de definição dos custos decorrentes da prestação dos serviços, reestruturação e revisão tarifária. A nova metodologia tarifária proposta pela Agência Reguladora de Saneamento do Estado de São Paulo (Arsesp) trará previsibilidade de receita, que é fundamental para que a empresa possa alcançar as metas de cobertura de serviço previstas no plano de investimento, além de garantir a prestação de serviço com qualidade.
Ainda relativo à revisão tarifária, o contrato de prestação de serviços celebrado com o Município de São Paulo, em junho de 2010, prevê que a Sabesp contribua com 7,5% da receita bruta obtida com a prestação de serviços na capital, líquida de COFINS e PASEP, para o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. Desde a assinatura do contrato estamos realizando repasse, mesmo sem a compensação nas tarifas, uma vez que os 7,5% não foram levados em consideração quando o cálculo da fórmula reajuste tarifário vigente foi estabelecido. A Arsesp está estruturando a metodologia tarifária do segundo ciclo, que está prevista para ser implantada em agosto de 2012, na qual esperamos que inclua esse repasse e, consequentemente proporcione uma remuneração mais adequada para a Companhia.
Também avançamos rumo a uma solução para nosso plano de previdência, o Sabesprev. Em fins de dezembro, a Sabesp firmou acordo com as entidades representativas dos empregados para promover alterações nos seus planos previdenciários. Prevê ampliação de incentivos para os que se dispuserem a migrar da modalidade Benefício Definido para Contribuição Definida e mudanças nos benefícios de risco.
A proposta, negociada durante seis meses, permitirá, ainda, enfrentar o problema do déficit técnico do plano básico, estimado em R$ 538,6 milhões. Além disso, garantirá que o déficit não se repetirá doravante, trazendo melhoria no clima organizacional e maior confiança dos nossos colaboradores quanto ao planejamento de seu futuro. As propostas apresentadas ainda necessitam de aprovação dos órgãos de controle do Governo do Estado e também serão submetidas à avaliação do Poder Judiciário, em virtude de ação judicial que, em novembro de 2010, suspendeu as migrações para o plano Sabesprev Mais.
Cabe registrar, ainda, que a eficácia da estratégia que a companhia vem adotando ao longo dos anos voltou a ser reconhecida pelo mercado em vários momentos no decorrer de 2011, tais como:

- a elevação do rating da companhia pela agência de classificação de risco de crédito Standard & Poors, na Escala Global de "BB" para "BB+" e na Escala Nacional Brasil de "brAA-" e "brAA+";
- a homenagem conferida pela Anefac na cerimônia de entrega do Troféu Transparência 2011, por ter estado entre os finalistas em 11 das 15 edições do prêmio, que reconhece as empresas que se destacam pela clareza e qualidade das informações publicadas nos balanços contábeis. A Sabesp foi vencedora nos anos 2000, 2006 e 2010;
- o Prêmio Valor 1000, promovido pelo jornal *Valor Econômico*, na categoria "Água e Saneamento": pela quinta vez, a Sabesp foi reconhecida pela "boa gestão e pela administração rigorosa das despesas operacionais", de acordo com o Anuário;
- o destaque do setor "Saneamento e Serviços de Água e Gás" conferido pela Prêmio Abrasca de Criação de Valor 2011, por ter alcançado os mais elevados percentuais de criação de valor, em relação a seu valor de mercado, ao longo dos últimos três anos; e
- a permanência, pelo quinto ano consecutivo, na carteira do Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM&FBovespa.

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2011, o endividamento total da companhia era de R$ 8,4 bilhões sendo que a relação entre a dívida líquida e o LAJIDA era de 2,0 vezes.
Alinhada à maturação dos investimentos característica do setor, a maior parte dessa dívida (68%) foi contraída com organismos multilaterais e instituições nacionais de fomento com custos baixos e prazos longos. A dívida em moeda estrangeira representa 36% do total.
Ao longo do ano, foram captados R$ 1,7 bilhão e a companhia amortizou R$ 1,9 bilhão.
Para garantir os investimentos necessários à universalização do saneamento no Estado de São Paulo, a empresa continuou buscando as fontes de recursos mais adequadas ao perfil dos seus negócios, cujos resultados são descritos a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

- **Japan International Cooperation Agency - JICA**
  Recursos complementares para o Programa Onda Limpa - 1ª Etapa, com montante de aproximadamente ¥ 19,2 bilhões, equivalentes a R$ 371,5 milhões, totalmente desembolsados em março e abril de 2011. Estão sendo utilizados para execução de obras e serviços na região metropolitana da Baixada Santista. O prazo de vencimento é de 18 anos e a taxa de juros, entre 1,8% e 2,5% ao ano;
  Em fevereiro de 2012, a companhia assinou contrato de empréstimo para a segunda etapa do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água, no valor de ¥ 33,6 bilhões (equivalentes na data de assinatura a cerca de R$ 710 milhões). Esta fase tem investimentos previstos de R$ 1,1 bilhão (¥ 52,207 bilhões) dos quais R$ 390 milhões (¥18,623 bilhões) serão contrapartida da Sabesp. O prazo de financiamento é de 25 anos, sendo sete de carência, com taxa de juros de 1,7% ao ano.
- **Caixa Econômica Federal**
  São 36 contratos para: estudos e projetos, e obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios operados pela companhia. O valor total aproximado é de R$ 215 milhões, com juros indexados à TR mais 6% ao ano, acrescidos de taxa de administração de 1,4% ao ano e taxa de risco de 0,3% ao ano. O prazo total é de até nove anos para a modalidade de estudos e projetos, e de até 24 anos para obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
- **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**
  Para obras e serviços de esgotamento sanitário em municípios da região metropolitana de São Paulo e projeto executivo do Sistema Produtor São Lourenço, no valor aproximado de R$ 183,4 milhões e juros indexados à TJLP acrescidos de 1,72% ao ano. O prazo total é de 15 anos para as obras e de oito anos para o projeto executivo.

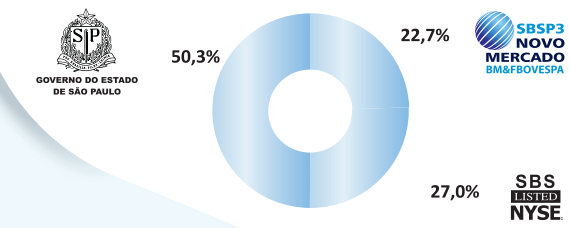
TÍTULOS DE DÍVIDA

Em janeiro de 2011, a Sabesp realizou a 13ª emissão de debêntures em série única, no montante total de R$ 600 milhões, pagando juros semestralmente a CDI mais um spread médio de 0,95% ao ano, destinada ao resgate da 5ª emissão de notas promissórias da companhia no mesmo valor.
Em fevereiro de 2011, a Sabesp promoveu o lançamento da 14ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, no montante de R$ 275,3 milhões. Trata-se da segunda emissão de um total de três previstas no contrato de promessa de subscrição firmado com o BNDES. Os recursos servem a diversos projetos de investimentos da companhia em sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos.
Em março de 2011, foi efetivada liquidação do FIDC SABESP I, com a amortização da última parcela das cotas sêniores, no valor de R$ 8,3 milhões.
Além disso, em junho de 2011, ocorreu a amortização final da 8ª emissão de debêntures, no valor de R$ 481,4 milhões, relativa ao saldo remanescente da segunda série.
A Sabesp ainda realizou, em outubro de 2011, com recursos de caixa, o resgate antecipado total do saldo das debêntures em circulação da 9ª emissão, no valor de R$ 240,7 milhões, liquidando, assim, suas debêntures de maior custo.
Adicionalmente, em fevereiro de 2012, a Sabesp concluiu sua 15ª emissão de debêntures, no valor total de R$ 771,1 milhões, em duas séries, sendo a 1ª série no montante de R$ 287,3 milhões, remunerada a CDI + 0,99% ao ano, e a 2ª série no valor de R$ 483,8 milhões, pagando IPCA e juros anuais de 6,20% ao ano, recursos estes captados para saldar compromissos financeiros vincendos em 2012, principalmente, a liquidação da 13ª emissão de debêntures. Assim, em fevereiro de 2012, efetuamos a liquidação antecipada da totalidade da 13ª Emissão de Debêntures, no valor de R$ 600 milhões, cujo vencimento estava previsto para agosto de 2012. Os recursos captados também suportaram a amortização, ocorrida em março de 2012, de 50% da 2ª série da 11ª emissão de debêntures, no total de R$ 202,5 milhões.

MERCADO DE AÇÕES

O ano de 2011 foi bastante positivo para os papéis da Sabesp. A despeito da queda de 18,11% verificada no Ibovespa no ano, as ações da companhia na BM&FBovespa encerraram o ano cotadas a R$ 52,03, com valorização de 22,16% em comparação ao final de 2010. Foi entre as que compõem o índice, uma das que obteve melhor desempenho.
As ações da empresa participaram de 100% dos pregões da BM&FBovespa e movimentaram um volume financeiro de R$ 2,9 bilhões em 2011.
A cotação dos ADR da companhia registrou valorização de 5,24%, fechando o ano a US$ 55,65, com 30 milhões de ADRs em circulação. O volume financeiro negociado na NYSE em 2011 foi de US$ 3,7 bilhões, quase 31% superior ao de 2010.
Em 2011 o número de instituições financeiras que cobrem o papel Sabesp manteve-se estável em 19 instituições.

Composição acionária em 31/12/2011



A ação da Sabesp é negociada na BM&FBovespa sob o código SBSP3 e na Bolsa de Valores de Nova York sob o código SBS e continua integrando os principais índices da bolsa brasileira. Pelo quinto ano consecutivo, o papel participa da carteira teórica do ISE.

DIVIDENDOS

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, as ações ordinárias têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, obtido depois das deduções determinadas ou admitidas em lei e que pode ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio.
Relativo ao ano de 2010, a Sabesp creditou o montante de R$ 456 milhões em dividendos, a título de juros sobre capital próprio, correspondentes a cerca de R$ 2,00 por ação ordinária e *dividend yield* de 4,7%.
Relativos ao ano de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 578,7 milhões, correspondendo a R$ 2,54 por ação ordinária e *dividend yield* de 4,88%, a ser pago em até 60 dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2012 que aprovará as contas de 2011.

Débitos dos municípios atendidos no atacado

Em 2011, o principal avanço nesta área foi a aprovação da criação de uma empresa de economia mista para explorar os serviços de água e esgoto em Diadema, oitavo maior município da região metropolitana de São Paulo, com 390 mil habitantes.
Em 29 de julho de 2011 foi publicada a lei Municipal nº 3.123/2011, que dispôs sobre a criação da nova companhia de água e esgoto de Diadema (CAED), e autorizou o poder executivo a celebrar contratos convênios ou outros tipos de ajustes necessários com a Sabesp. Contudo, houve a necessidade de alteração de alguns artigos da lei, que ainda está pendente a apreciação pelo Município. A nova empresa será criada pelo município e a proposta, segundo a modelagem desenvolvida, é que posteriormente a Sabesp compre 49,9% de suas ações. A Sabesp contratou uma empresa especializada na área de assessoria econômica e "valuation" para realizar a avaliação econômico-financeira da Saned e a PricewaterhouseCoopers para executar *due dilligence* na empresa. Tais levantamentos devem ser concluídos até final de março de 2012. Ainda não é possível prever quando a nova empresa entrará em operação.
Além do desfecho das tratativas com Diadema, a Sabesp continuou, ao longo do ano, as negociações com municípios atendidos no atacado para recuperar valores devidos pelo fornecimento de água tratada e por tratamento de esgotos. Os desdobramentos registrados em 2011 foram os seguintes:

- **Guarulhos**: Os pagamentos relativos ao consumo mensal de 2011 permaneceram parciais e a arrecadação correspondente aos precatórios não veem sendo realizadas em função da Emenda Constitucional nº 62/2009. Contudo, foram impetrados mandados de segurança em face das decisões que extinguiram os sequestros, sendo concedida recentemente a segurança pleiteada em um deles. Por essa razão, alguns pedidos de sequestro de receitas referente a parcelas vencidas e não pagas serão agora retomados. Paralelamente, estão sendo adotadas as medidas cabíveis para retomada da totalidade dos sequestros existentes;
- **Santo André**: Em 2011, os pagamentos continuaram de forma parcial, mesmo com a decisão judicial tomada em 2009, que obriga o município a incluir em seu orçamento o valor integral das despesas relativas ao fornecimento de água pela Sabesp;
- **Mauá**: Os pagamentos relativos ao consumo mensal de 2011 continuaram de forma parcial. No entanto, o município efetuou depósitos referentes a faturas vencidas em 2008, contribuindo com a redução da dívida. Além disso, semelhante a Guarulhos, também foram impetrados mandados de segurança em face das decisões que extinguiram os pedidos de sequestro de receita feitos pela Sabesp para os casos de precatórios. Um deles foi, recentemente, julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo concedida a segurança pleiteada. Por essa razão, os pedidos de sequestro de receita referente a parcelas vencidas e não pagas serão agora retomados;
- **Mogi das Cruzes**: a repactuação da dívida antiga, de aproximadamente R$ 8,5 milhões, foi paga integralmente à Sabesp e um novo acordo para pagamento das faturas vencidas e não pagas no período de janeiro a junho de 2011, no valor aproximado de R$ 13,0 milhões, foi assinado. O início dos pagamentos ocorreu em dezembro.

A SABESP NO NOVO AMBIENTE REGULADO

A partir das novas diretrizes nacionais para o saneamento básico - Lei Federal nº 11.445/2007 - e da Lei Complementar Estadual n° 1.025/2007, a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela Sabesp submete-se à fiscalização e regulação, inclusive tarifária, da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp).
O novo cenário ensejou, no primeiro trimestre de 2011, a criação de um Comitê de Assuntos Regulatórios na empresa, como órgão permanente, consultivo e deliberativo, composto pela Diretora-Presidente e pelos diretores Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores, Metropolitano e de Sistemas Regionais, para orientar, definir diretrizes, estratégias e coordenar os trabalhos da Superintendência de Assuntos Regulatórios.
Essa superintendência específica é o canal exclusivo de comunicação da Sabesp com a agência e deve zelar pelo estrito cumprimento das demandas regulatórias, articulando e integrando as áreas internas na identificação, adaptação, criação e implantação dos processos necessários, sempre com a observância das melhores práticas.
Em 2011, a Arsesp publicou normas relevantes objetivando a remuneração do capital investido, a revisão tarifária, a confidencialidade e o sigilo no trato de informações regulatórias.
Tema de extrema relevância para o equilíbrio econômico-financeiro da companhia, a regulação econômica começou a tomar forma concreta em 2011 a partir de dois parâmetros fundamentais: a base de remuneração dos ativos e o custo de capital (WACC, Custo Médio Ponderado de Capital, na sigla em inglês) da companhia.
A definição do WACC em 8,06% para aplicação no segundo ciclo da revisão tarifária foi um dos fatos econômico-financeiros mais importantes ocorridos em 2011 para a futura regra de tarifação dos serviços prestados pela Sabesp e, portanto, para as receitas e o caixa futuros da companhia.
De acordo com o órgão regulador, a revisão tarifária será orientada para:

- Fixar um marco inicial para as revisões tarifárias periódicas previstas na legislação e em contratos da Sabesp com os municípios;
- Rediscutir todos os critérios adotados com relação ao custo dos serviços, à estrutura tarifária, à política de subsídios e outros;
- Estabelecer metodologia, normas e procedimentos para revisões e reajustes futuros.

Ainda em 2011, a Arsesp definiu as etapas do processo e do cronograma de eventos para a implementação da primeira revisão tarifária, iniciando os trabalhos para a avaliação de ativos da companhia e o cálculo da base de remuneração regulatória. Essa programação deve estender-se até a publicação dos resultados, prevista para 30 de agosto de 2012, com a homologação da estrutura e dos preços a serem praticados.
Em outubro, a companhia encaminhou plano de negócios à Arsesp, com informações essenciais sobre receita, despesa e investimentos, e aguarda a divulgação de Proposta de Tarifa Média Inicial e Fator de Ganhos de Eficiência, prevista pelo órgão regulador para maio de 2012.
Adicionalmente, a companhia pleiteia junto à Arsesp a antecipação do reajuste tarifário, com objetivo de acelerar a recuperação de gastos já incorridos e, assim, aliviar pressões sobre o caixa. O pedido encontra-se sob análise do órgão regulador.
Ainda em 2011, a Arsesp disciplinou a classificação e os procedimentos para o trâmite interno de documentos, dados e materiais, conferindo maior segurança jurídica no manejo de informações consideradas sigilosas ou confidenciais. Atualmente, promove, ainda, duas consultas públicas (ARSESP n° 03/2011 e ARSESP n° 01/2012), visando, respectivamente, estabelecer o conceito de desabastecimento e respectivas sanções administrativas e a

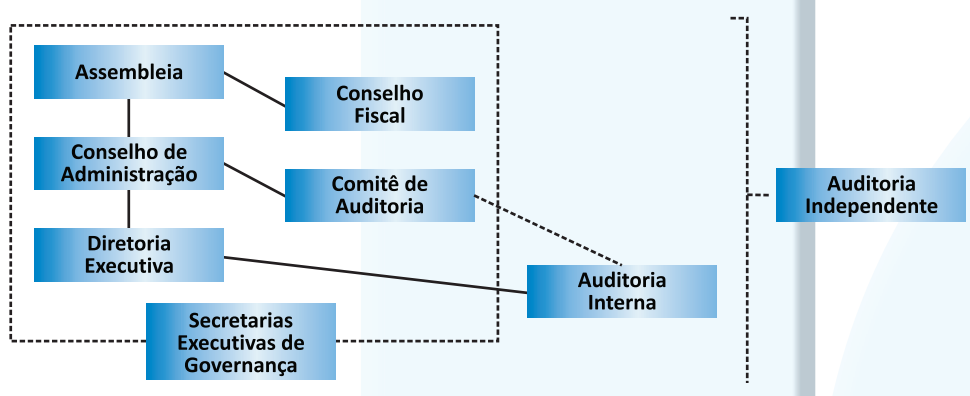
continua...

...continuação da página anterior

metodologia detalhada para o processo de revisão tarifária da Sabesp - Segundo Ciclo. Estes processos estão em curso e a companhia participa formulando requerimentos e contribuições.
Os processos de implantação das normas editadas pela Arsesp foram iniciados em 2009 de forma gradual e progressiva, sendo intensificados em 2011. Os resultados e impactos são significativos, especialmente nas áreas comerciais e operacionais e deverão ser equacionados na reestruturação e na revisão tarifária.
Merece destaque a remessa do contrato de adesão no padrão Arsesp para todos os clientes da companhia. Com isso, alterou-se a regra de cobrança tarifária: antes direcionada ao proprietário do imóvel conectado às redes públicas de esgoto, e agora ao usuário-consumidor. A alteração, apesar de pertinente, poderá afetar discussões judiciais em andamento e processos comerciais.
A Sabesp é frequentemente fiscalizada pela Arsesp e procura atender às determinações e recomendações decorrentes de Termos de Notificação, além de apresentar suas justificativas técnicas, legais e fáticas. Esta conduta tem resultado na lavratura de poucos Autos de Infração e na aplicação de multas de valores não expressivos.
As normas de fiscalização e a comunicação de incidentes na prestação dos serviços foram incorporadas aos nossos processos. Parte da fiscalização ocorre *online,* pelo Sistema de Comunicação de Incidentes criado pela Arsesp, imprimindo mais transparência e controle aos procedimentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Este foi um ano de mudança de comando no nosso acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, alterando de forma importante a composição da nossa administração, sem no entanto, impactar o desempenho da companhia.
No Conselho de Administração, entre outras mudanças, Dilma Pena antes conselheira-presidente foi indicada ao cargo de Diretora-Presidente da companhia, passando a compor o nosso principal órgão de governança apenas como membro, em linha com as melhores práticas de governança corporativa. Por sua vez, Manuelito Pereira Magalhães Junior, antes membro do Conselho, passou a responder pela Diretoria de Gestão Corporativa da empresa. Exceto a Diretora-Presidente, nenhum outro Diretor compõe o Conselho de Administração.
O Conselho de Administração é formado atualmente por 10 membros. Entre eles, cinco já eram nossos conselheiros e foram reeleitos pela Assembleia Geral de Acionistas ocorrida em abril de 2011. Três são independentes, de acordo com os critérios do Novo Mercado. Na diretoria, quatro dos seis membros, incluindo o Diretor-Presidente, foram trocados ao longo do ano.
A figura a seguir mostra como é organizada nossa estrutura de governança. Mais informações sobre o funcionamento das diferentes instâncias que a compõem estão disponíveis na seção "Governança Corporativa" na área de Relações com Investidores do website da companhia.



De acordo com a legislação societária brasileira, a remuneração a ser paga aos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores é estabelecida, de forma agregada, pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração dos conselheiros de administração e diretores em 2011, incluindo benefícios, foi de aproximadamente R$ 2,6 milhões. A este montante somam-se aproximadamente R$ 1,1 milhão referente a remuneração variável.
Nossas ações estão listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e na Bolsa de Nova York na forma de ADR Nível III - tanto em um quanto no outro caso, trata-se do mais alto nível de governança. Na bolsa brasileira, Sabesp também participa do Índice de Governança Corporativa - IGC e do Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG, além de compor, desde 2007, o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

Código de Ética e Conduta

O Código de Ética e Conduta da Sabesp é seu principal referencial orientador, cujos valores éticos destacam o respeito à sociedade, ao cliente, ao meio ambiente e às pessoas. Estabelece a relação da companhia com seus diversos públicos de interesse: administradores, conselheiros, empregados, clientes, fornecedores, acionistas, governos, comunidade e sociedade em geral.
O Comitê de Ética e Conduta é responsável por estimular o comprometimento dos empregados com o Código e por zelar por sua divulgação, disseminação e constante pertinência, atualização e adequação, devendo orientar e propor ações para sua observância em todos os níveis da empresa. Também é fundamental para a consolidação da reputação da Sabesp como empresa socialmente responsável e comprometida com a transparência.

Canal de Denúncias

O canal está preparado para acatar denúncias internas e externas, via telefone, e-mail, caixa postal, Ouvidoria e Serviço de Atendimento ao Cliente, sempre preservando o anonimato. Em 2011, foram registradas 152 denúncias, das quais 62% foram concluídas e 38% estão em averiguação. Entre elas:
- 46% referem-se a supostas irregularidades em processos que envolvem ligações e serviços operacionais de água e esgoto;
- 19% referem-se a supostos comportamentos inadequados, tais como constrangimento moral, discriminação, assédio e injustiça no tratamento;
- 24% referem-se a situações envolvendo processos administrativos diversos, como uso indevido de transportes, estoque de produtos, tecnologia da informação; e
- 11% referem-se a supostas irregularidades em licitações e compras, e no gerenciamento de contratos de obras e serviços prestados por empreiteiras.

Ficou estável a quantidade de ocorrências cadastradas no ano de 2011. Nesse período, foram aplicadas penalidades a 31 empregados próprios ou de empresas prestadoras de serviços (14 advertências, 3 suspensões e 14 demissões).
Em 2011, visando mitigar os riscos que envolvem supostas irregularidades em serviços operacionais de água e esgoto, foi iniciado um programa de combate a fraudes nas unidades de negócio da região metropolitana de São Paulo, responsáveis por aproximadamente 70% da receita bruta de vendas da companhia. Para atender ao programa, 33 empregados foram treinados.
Ainda em 2011, oito unidades de negócio, responsáveis por aproximadamente 80% da receita bruta de vendas da empresa, foram submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção. Estes riscos estão catalogados em sistema informatizado e servem de base para os trabalhos de auditoria.

Controles Internos

A avaliação dos controles internos, realizada sistematicamente de maneira estruturada desde 2005, é operacionalizada tendo como referência os *frameworks* do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) e do Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT).
Anualmente, o processo de avaliação dos controles internos é reexaminado considerando tanto a eventual existência de novos riscos associados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras quanto de possíveis alterações significativas nos processos e sistemas informatizados.
Os controles, que são testados por uma unidade independente da companhia, abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as regras oficiais; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da companhia.
A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2010, em cumprimento à seção 404 da lei norte-americana Sarbanes-Oxley, foi concluída em junho de 2011 e não identificou qualquer deficiência considerada material, assim como já havia ocorrido em anos anteriores. Os testes relativos ao exercício 2011 serão concluídos em abril de 2012.

Gestão de Riscos

De maneira geral, as organizações estão expostas, todos os dias, a incertezas e sua maximização do valor empresas é alcançada à medida que se estabelecem estratégias e objetivos que norteiem o equilíbrio entre as metas de crescimento, o retorno dos investimentos e os riscos associados.
Nesta direção, em 2008 a Sabesp sistematizou a gestão dos riscos corporativos, com procedimentos de identificação, mensuração e tratamento dos riscos de origem interna e externa à organização.
No segundo semestre de 2011 a companhia deu novo passo na direção do aperfeiçoamento de seu processo de governança, propôs ao acionista controlador a criação de uma unidade específica para gestão de riscos - antes conduzida pela área de auditoria - obedecendo a rigorosos critérios de independência e em linha com exigências contemporâneas de mercado, como a lei Sarbanes-Oxley, o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, normas técnicas como a ABN NBR ISO 31000 - Gestão de Riscos - Princípios e Diretrizes, e outros procedimentos definidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pela BM&FBovespa.
Entre os objetivos desta nova área estão: (i) a preservação e o aumento do valor da organização, mediante a redução da probabilidade e/ou impacto de eventos de perda, combinada com a diminuição de custos de capital resultante da menor percepção de risco por parte de financiadores, seguradoras e mercado em geral; (ii) a promoção de maior transparência a investidores e ao público em geral, a partir da implementação de técnicas consagradas de riscos e ações de mitigação; (iii) a melhora dos padrões de governança, por meio da explicitação do perfil de riscos adotado.

GESTÃO AMBIENTAL

A Sabesp tem priorizado a implementação de políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.
A nossa Política de Meio Ambiente, vigente desde janeiro de 2008, estabelece as diretrizes para gestão ambiental da empresa.
Em 2011 a companhia atuou em várias frentes para aprimorar a gestão ambiental. A atuação integrada da empresa, pautada nas diretrizes propostas em sua política, é um dos fatores determinantes para que a universalização dos serviços de saneamento em nossa área de atuação, de maneira ambientalmente sustentável, possa ser realidade até o fim desta década.

O Sistema de Gestão Ambiental e a Certificação ISO 14001

A estratégia adotada pela Sabesp para sua gestão ambiental foi a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas estações de tratamento de esgotos (ETE) e nas estações de tratamento de água (ETA), associada à certificação ISO 14001 de parte das unidades em operação. Estabelecemos metas para a implementação do SGA, de maneira progressiva, contemplando a distribuição geográfica da base operada, e procurando, ainda, cobrir tipos diversificados de tratamento e portes.
Em dezembro de 2010, já havíamos atingido 50 ETEs certificadas pela norma ISO 14001. Já o SGA foi implantado em 65 ETEs e ETAs.
Em 2011, nosso desafio foi a consolidação da metodologia de implantação e manutenção do SGA. Além disso, a Sabesp foi submetida à auditoria de recertificação. Nos próximos anos, a companhia pretende prosseguir com a implantação do SGA em suas unidades. A meta é chegar a 302 ETEs e ETAs com SGA implantado até 2018, bem como certificar as que forem consideradas de interesse estratégico, num total de 155 até 2018.

Programa Corporativo de Regularização do Licenciamento Ambiental e das Outorgas de Uso de Recursos Hídricos

Considerando a necessidade de manutenção e regularização do licenciamento ambiental das instalações da empresa, bem como das outorgas de direito de uso de recursos hídricos, a Sabesp vem aprimorando seus instrumentos de gestão. Parte do parque operacional existente é objeto de um Programa Corporativo de Manutenção e Regularização de Licenciamento Ambiental e de Regularização de Outorgas de Direito de Uso de Recursos Hídricos.
Para os novos empreendimentos, a obtenção das licenças e outorgas já faz parte de seu ciclo de vida.

Participação nos Colegiados de Recursos Hídricos

Atualmente, cerca de 150 empregados participam diretamente dos 21 comitês de bacia de âmbito estadual e 2 comitês de âmbito federal.
A Sabesp também participa de câmaras técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio de vagas da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (Aesbe), e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, como representante da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo.

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

A Sabesp iniciou o pagamento pelo uso da água em rios de domínio federal na bacia hidrográfica do Paraíba do Sul no ano de 2003 e nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí no ano de 2006. Em 2007, o Estado de São Paulo implementou a cobrança pelo uso da água em rios de seu domínio nas bacias dos rios Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, e, em 2010, na bacia dos rios Sorocaba e Médio Tietê.
No ano de 2011 a Sabesp pagou pelo uso dos recursos hídricos R$ 19,3 milhões nessas 3 bacias. Para o próximo ano há expectativa de início dos pagamentos em mais 5 bacias: Baixada Santista e Alto Tietê, que já realizaram o Ato Convocatório, e Baixo Tietê, Tietê / Batalha e Tietê / Jacaré, cujos decretos já foram assinados em dezembro de 2010. Outras 6 bacias já tiveram seus critérios aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos e aguardam assinatura do decreto, podendo implementar a cobrança ainda no próximo ano.

Programa de Educação Ambiental - PEA Sabesp

A Sabesp desenvolve ações de educação ambiental e sanitária como parte integrante de seus valores e de sua comunicação corporativa, na busca da conscientização e da mudança de cultura de seus empregados e da sociedade. O Programa Corporativo de Educação Ambiental - PEA dá diretrizes para mais de 100 ações e projetos, cabendo destacar as seguintes ações em 2011:
- 1.843 visitas de escolares a ETA e ETE atendendo, no total, 72.671 pessoas;
- realização de palestras em escolas, comunidades e empresas. Atendemos um público de 165.607 pessoas, em um total de 2.169 eventos;
- a adoção do Programa de Uso Racional da Água (Pura) em escolas, que permitiu a redução de 72 milhões de litros por mês no consumo de água em unidades educacionais do município de São Paulo;
- o Programa Participação Comunitária, que utiliza a educação ambiental para sensibilizar a população sobre a regularização das ligações de água e esgotos e o uso inteligente dos equipamentos de saneamento.

Em outra vertente, também oferecemos educação ambiental para o público infantil, em que se destaca o Clubinho Sabesp (www.clubinhosabesp.com.br), que tem atualmente 30 mil associados com idade entre 6 e 13 anos. Em 2011 lançamos a campanha "Privada não é Lixeira", que orientam as crianças a não jogar lixo em vasos sanitários.

Mudanças Climáticas e Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Nos últimos anos o tema das mudanças climáticas passou a fazer parte das agendas política e econômica mundiais, com repercussão marcante na vida das empresas, demandando inovação e novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a superação desse imenso desafio pela humanidade. Cabe registro de que as mudanças poderão afetar os negócios de várias formas, a exemplo da alteração do regime de chuvas, maior evaporação em represas, maior consumo provocado pela elevação da temperatura média e elevação do nível e alteração do regime de marés, afetando potencialmente a operação dos emissários submarinos.

Programa de Gestão de Emissão de GEE

A Sabesp também vem cumprindo seu papel no esforço global para aprimoramento do conhecimento da temática das mudanças climáticas, bem como para a busca de novas formas de produção.
Em 2008 elaboramos nosso primeiro inventário corporativo de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano 2007. A partir dessa etapa, iniciamos o aperfeiçoamento das metodologias e ferramentas utilizadas e hoje estamos concluindo as etapas iniciais de concepção do nosso Programa Corporativo de Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).
Um dos avanços desse trabalho em 2011 foi a finalização do inventário corporativo de emissões de GEE do ano 2008, cujos resultados confirmam as conclusões obtidas no levantamento anterior: cerca de 92% das emissões de GEE da empresa são oriundas do processo esgoto (coleta e tratamento) e 6,45% do consumo de energia elétrica.
Até o fim de 2012, deverão ser concluídos os inventários corporativos dos anos 2009 e 2010.
Vale destacar que a empresa tem voltado seus esforços para o desenvolvimento de iniciativas que reduzam essas emissões. Entre elas destacam-se as iniciativas para o aproveitamento de biogás gerado a partir de lodos de esgotos como combustível para nossa frota de veículos; a troca da frota veicular adotando-se no caso dos veículos leves, a tecnologia flex, com obrigatoriedade de abastecimento com álcool e as ações de recomposição de matas ciliares em mananciais para captura de carbono.

Carbon Disclosure Project - CDP

A Sabesp vem participando do Carbon Disclosure Project - CDP Investors há cinco anos. Trata-se de divulgação de dados de emissões de gases de efeito estufa bem como de informações a respeito do seu negócio quanto aos impactos, riscos potenciais e oportunidades relacionadas às mudanças climáticas, com base em questionário formulado pelo CDP, entidade apoiada por cerca de 550 investidores institucionais que gerenciam mais de US$ 70 trilhões em todo o mundo.

Carbon Disclosure Project Supply Chain

Em dezembro de 2010 a Sabesp aderiu ao CDP Supply Chain, uma vertente do CDP. O projeto está fundado na colaboração com nossos principais fornecedores quanto aos riscos das mudanças climáticas e de suas emissões de gases de efeito estufa.
O projeto propiciou em 2011 a interação entre a Sabesp e cerca de 100 dos nossos principais fornecedores, com possibilidade de aplicação de estratégias colaborativas de gestão. O nível de adesão dos fornecedores convidados foi de cerca de 20%.

Ciclo de Conferências de Gestão Ambiental

A Sabesp realiza anualmente o Ciclo de Conferências de Gestão Ambiental, como estratégia de gestão ambiental corporativa e com objetivo de promover a discussão, a troca de conhecimentos e a disseminação de informações sobre as questões ambientais em desenvolvimento na empresa.
Com a mobilização de aproximadamente 3 mil participantes, já foram realizadas 14 conferências desde o inicio de 2008 até hoje. Em 2011 foram organizados dois eventos: um voltado à representação institucional e à gestão de recursos hídricos, e outro para debater o papel da educação ambiental e os desafios da inovação tecnológica no saneamento.

Programa Sabesp 3Rs e Ecoposto Sabesp

Objetivando organizar e padronizar as diversas iniciativas de coleta seletiva da empresa e definir critérios para destinação dos materiais recicláveis para cooperativas de catadores, em 2008 foi implantado o Programa Sabesp 3Rs. Baseado no conceito "reduzir, reutilizar e reciclar", em 2011 encaminhou 286 toneladas de materiais para reciclagem.
Uma outra iniciativa da companhia foi o lançamento em 2011 de "ecopostos" para recolher recicláveis nas principais instalações da empresa inseridas em áreas residenciais.

Boas Práticas Ambientais

A Sabesp atua em várias frentes e parcerias no sentido de aprimorar cada vez mais suas boas práticas ambientais. São diversas as parcerias estabelecidas, dentre as quais podemos destacar as que seguem.

Programa Nossa Guarapiranga

Em dezembro foi iniciado o Nossa Guarapiranga - Programa de Proteção e Limpeza da Represa Guarapiranga. Entre seus objetivos estão a melhoraria da qualidade ambiental de um dos principais mananciais que abastece a região metropolitana de São Paulo e a minimização de riscos à qualidade da água.
Foram instaladas 11 barreiras ("ecobarreiras") para contenção de lixo nas saídas dos principais córregos que deságuam na represa. Também foram contratados 10 botes e um barco. A meta é recolher 20 m3 de resíduos por dia em média, o equivalente a quatro caçambas.
Os benefícios alcançarão diretamente a cerca de 1 milhão de pessoas e, indiretamente, 2 milhões abastecidos com as águas do manancial na RMSP.

1 Milhão de Árvores no Cantareira

Trata-se de experiência exitosa lançada em 2008 em parceria com a ONG The Nature Conservancy (TNC) e Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ). Em menos de dois anos, superamos a meta original, com 1,25 milhão de mudas plantadas no Sistema Cantareira, que responde por metade do abastecimento de água da RMSP. Estamos agora formatando o lançamento da segunda fase, para atingir o segundo milhão.
Em 2011 o projeto ganhou o Prêmio 5 de Junho, promovido pelo Instituto de Negócios Públicos do Brasil, na categoria recuperação de áreas degradadas.

continua...

...continuação da página anterior

Hortas Comunitárias

Em 2011 ampliamos a área e o número de famílias beneficiadas pelo programa, com mais 2 mil m2 de área cultivada na faixa de adutora junto à ETA Guaraú e nove famílias. Temos hoje 32 famílias beneficiadas com geração de renda, por meio da produção de legumes e verduras livres de agrotóxicos. A iniciativa também reduz problemas na conservação da faixa de servidão das adutoras, como o despejo de entulho.

Abraço Verde

Em ações de educação ambiental em parceria com prefeituras e ONGs, a Sabesp plantou 26.974 mudas em diversas áreas públicas em 22 municípios do interior e litoral em 2011.
Iniciativa relevante é o Abraço Verde, lançado em 2008 para complementar a arborização das calçadas nas cerca de 4 mil instalações da companhia. Em agosto, o programa foi considerado uma das 30 melhores práticas socioambientais do país pela seletiva "Benchmarking Ambiental Brasileiro", conduzida pelo Instituto Mais, e passou a fazer parte de banco de estudos de casos de sucesso (www.maisprojetos.com.br). Em 2011, foram plantadas 363 mudas.

Programa Verde Vida

Desenvolvido na unidade de negócios Pardo e Grande desde 2007, inclui educação ambiental, recomposição da mata ciliar, reflorestamento, preservação cultural com cavalgadas na região e, principalmente, ações para a preservação e recuperação do rio Canoas, responsável por 80% do abastecimento de água em Franca. Uma de suas principais parceiras é a Associação Amigos do Rio Canoas. Já foram plantadas 80 mil mudas, sendo 4.020 em 2011, muitas delas provenientes do viveiro mantido pela ETE de Franca.

ETE de Jales oferece riqueza socioambiental

Com área de 72 mil hectares, a Sabesp mantém na ETE de Jales, em parceria com universidades, escolas e ONGs da região, um espaço de grande beleza natural aberto à comunidade, formado pelo plantio de cerca de 130 mil árvores ao longo dos últimos 10 anos. O projeto inclui jardins temáticos, viveiro de mudas, trilhas, pomares e uma horta orgânica, além de um tanque para pesca - que atende a carência de lazer de idosos da região.
Em 2011, a ETE recebeu 2.232 visitantes e estudantes de 45 escolas da região. A ETE de Jales também realiza, em parceria com a Santa Casa local, o projeto "Nasce uma criança, plante uma árvore", quando foram plantadas em 2011 10.664 mudas de frutíferas e nativas. A iniciativa conquistou o Prêmio Mario Covas, promovido pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, na categoria "Inovação em Gestão Pública" .

Ecomobilizações

Trata-se de mutirões para coleta de lixo e plantio de mudas nas margens de corpos d'água realizados em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica, com apoio de prefeituras, associações de bairro e comunidade do entorno de córregos, represas e praias. Ao todo, já foram realizadas 17 edições, cinco delas em 2011.

Compras sustentáveis

Este conjunto de ações avança em várias frentes, na aquisição de itens que geram menos impactos socioambientais, em especial por meio de compra de produtos químicos a granel, eficiência energética, restrições a substâncias perigosas e proibição de uso de amianto.
Cabe destacar que, em 2011, o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis concedeu Selo Socioambiental para 171 especificações de compra da Sabesp. A meta é estendê-lo para cerca de 700 itens ao longo de 2012.

Uso de agregados de entulho em obras

Em 2011 ampliamos a utilização de agregados de reciclagem de resíduos de construção e demolição (RCD) em nossas obras. Adotamos a alternativa ambientalmente correta e cerca de 50% mais barata no fechamento de 2.500 m de vala (base e sub-base) da adutora Vila Marchi-Alvarenga, parte do Projeto Tietê. Foram usados 3.750 m³ de agregados provenientes da usina Urbem.
Em outubro, o Comitê de Editais da companhia aprovou alterações nas cláusulas contratuais para que se libere o uso do agregado de RCD para aplicações não estruturais, como assentamento de alvenaria, confecção de calçadas, sub-base de pavimentos internos e cobertura para valas de tubulações de água e esgoto.

Apoios e patrocínios a iniciativas ambientalmente relevantes

A Sabesp apoia projetos de ONG, universidades e empresas que tenham foco na sustentabilidade e na preservação de recursos hídricos, de modo a que esse fomento vá ao encontro do negócio da empresa e permita alavancar propostas que melhorem a qualidade de vida, possam ser ampliadas ou reproduzidas em outros locais.
A Sabesp também apoia com recursos ou chancela não onerosa, a edição de livros, a realização de seminários e competições esportivas e outros eventos na modalidade de reforço da imagem institucional.

Programa de Reciclagem de Óleo de Fritura - Prol

O Prol é um programa para fomentar iniciativas de reciclagem de óleo de fritura em toda a base operada da Sabesp. Visa prevenir a poluição de corpos d' água; gerar renda para cooperativas, firmas e entidades beneficentes e disponibilizar matéria-prima mais barata. Adicionalmente, ao evitar o descarte indevido do óleo, a reciclagem previne a obstrução da rede de esgotos.
Em 2011, superamos a marca de 50 agências comerciais e outras instalações da companhia com coleta de óleo disponível ao público. Já há postos instalados em cerca de 35 municípios.

Banco Cyan

Em 2011 firmamos parceria com a Ambev no Banco Cyan, sistema de descontos que premia quem economizar água. A ação consiste no estabelecimento de metas de redução de consumo, sugeridas de acordo com o perfil de uso do imóvel. Qualquer diminuição no uso resulta em pontos que o cliente pode converter em descontos para compras na internet em instituições parceiras do projeto.
A iniciativa foi lançada em março e, desde então, contribuiu para a economia de 60 milhões de litros de água.

Audiências de Sustentabilidade

As audiências são eventos para estimular o debate e divulgar iniciativas ecológicas, sociais, culturais e esportivas em favor da sustentabilidade. A Sabesp convida ONG, associações, empresas, universidades a expor propostas numa determinada linha temática.

Desde dezembro de 2007 já foram realizadas 28 edições. Em 2011 foram organizadas três audiências: duas para lançar o nosso relatório de sustentabilidade 2010 e discutir previamente o seu conteúdo, servindo como painéis de engajamento com a sociedade e outra sobre educação e cultura na preservação de mananciais.

Programa de rádio Meu Ambiente

Em agosto de 2010, lançamos o programa "Meu Ambiente", que fornece, pelo menos uma vez a cada semana, conteúdo inédito de sustentabilidade em áudio. Os programas são disponibilizados sem custo para rádios de todo o país em página da web. Em 2011, foram produzidas 110 edições.
Desde o início das veiculações, foram entrevistadas 308 pessoas, entre especialistas, autoridades públicas, técnicos da empresa e cidadãos comuns. O programa contou, até dezembro de 2011, com 8.478 acessos por emissoras de rádio e internautas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

O compromisso da Sabesp com a sociedade a que servimos parte da premissa de que os impactos positivos que uma empresa pode exercer na cadeia de valor em que atua vão muito além da oferta de produtos e serviços com qualidade e regularidade, ou da manutenção de empregos e da geração de resultados econômicos e financeiros. Desenvolver práticas de relacionamento, comunicação e engajamento com nossos públicos de interesse (clientes, acionistas, colaboradores, governos e comunidade), pautadas por princípios de ética e transparência, é fator essencial para a sustentabilidade da companhia. Estabelecemos diretrizes empresariais relativas à sustentabilidade socioambiental e à valorização do capital humano, alinhadas com nosso Código de Ética e Conduta, na busca do desenvolvimento sustentável, da gestão integrada, do respeito aos direitos humanos e à diversidade e da melhoria da qualidade de vida. Em nossos processos licitatórios, adotamos critérios que visam reduzir impactos na cadeia de suprimentos. A Sabesp buscou aplicar seu grau de influência, baseado numa carteira de contratações de R$ 3,05 bilhões em 2011, para estimular a produção de bens e serviços socialmente mais justos e ambientalmente mais responsáveis. Na área social, destacamos a manutenção de adesões voluntárias a movimentos nacionais e internacionais. Destaca-se o Pacto Global da ONU, que reúne empresas em prol dos princípios de direitos humanos do trabalho, da proteção ambiental e do combate à corrupção. A Sabesp é parceira também do Instituto Ethos, além de apoiar e incentivar os Oito Objetivos do Milênio da ONU, integrados em nosso Programa de Voluntariado Empresarial. Também apoiamos o projeto Planeta Sustentável, liderado pela Editora Abril. Vale dizer, também, que a companhia orgulha-se de seu compromisso com a infância brasileira, preocupa-se com a prevenção e a erradicação do trabalho infantil e é reconhecida como "Empresa Amiga da Criança" pela Fundação Abrinq. Somos, ainda, co-mantenedores do Instituto Criança Cidadã, voltado à formação de jovens oriundos de famílias em situações de dificuldade econômica e social, provendo educação, cultura e assistência na região metropolitana de São Paulo. Em 2011, aportamos R$ 2,4 milhões, propiciando atendimento gratuito a 7 mil crianças e adolescentes. Estas iniciativas se coadunam com nosso Código de Ética e Conduta, cujos valores são: respeito à sociedade, ao cliente, ao meio ambiente e às pessoas; integridade; competência e cidadania. Para garantir que estes princípios sejam respeitados, dispomos de um canal de denúncias interno e de um procedimento corporativo de apuração de responsabilidades. Também mantemos aberto canal de recebimento de manifestações externas, por meio da Ouvidoria e do Serviço de Atendimento ao Cliente. Neste ano, pela segunda vez consecutiva, mantivemo-nos fora da lista das empresas mais reclamadas junto ao Procon, na qual figurávamos até março de 2010.

Relacionamento com clientes

Uma mudança empreendida em 2011 na visão de futuro da empresa reflete nosso compromisso máximo com a satisfação dos nossos 27,5 milhões de clientes. Como parte do novo planejamento estratégico da companhia para o período 2011-2020, nossa visão passou a ser: "Em 2018 ser reconhecida como empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, *com excelência no atendimento ao cliente*". Na busca de nossas metas, estamos aperfeiçoando os canais de atendimento ao cliente; a divulgação e a distribuição dos contratos de adesão e as iniciativas com vistas a solucionar débitos pendentes junto à companhia - notadamente de famílias de baixa renda - e a regularizar ligações de água e esgoto em áreas ocupadas irregular ou ilegalmente. Seguindo deliberações da Arsesp, a partir de setembro de 2011 a Sabesp passou a entregar a seus usuários os contratos de adesão, que explicitam seus direitos e deveres e ratificam nossa posição em prol de uma relação transparente com os clientes. Até o fim de 2011, foram entregues pouco mais de 5,7 milhões de contratos. A melhoria do relacionamento com nossos clientes também passa pelo pronto atendimento dos que procuram nossas centrais telefônicas por meio do número 195 - em que 100% dos atendimentos são feitos com até 60 segundos de espera - e nossas aproximadamente 350 agências e postos de atendimento presencial - 60 na região metropolitana de São Paulo e em torno de 290 no interior e litoral do estado. Neste ano, ampliamos a implantação do Tace (Técnico de Atendimento ao Cliente Externo) para mais 70 municípios atendidos. Hoje, 308 cidades já contam com o sistema, pelo qual a leitura, a emissão e a apuração do consumo de serviços de água e/ou esgotos são feitas no ato e no domicílio do cliente por profissionais da Sabesp. Nestas ocasiões, nossos colaboradores também estão aptos a prestar esclarecimentos e dar orientações - tudo visando a melhor servir e a reduzir a necessidade de o cliente se deslocar até uma agência de atendimento. Também em 2011, disponibilizamos no sítio da empresa nossa nova "Agência Virtual", que entrou no ar em novembro. O objetivo é permitir que, até o segundo semestre de 2012, 80% dos serviços mais solicitados nos demais canais de atendimento da empresa - tais como ligação e religação de água e de esgoto, regularização de contas em atraso, alteração de endereço de entrega e de data de vencimento das contas - sejam atendidos por meio da internet. A nossa preocupação com a inclusão social está presente na adoção da chamada "tarifa social", pela qual populações de baixa renda podem pagar valores menores pelo serviço prestado pela companhia. O benefício é regulamentado pela Arsesp e atende famílias com renda mensal de até três salários mínimos, além de respeitar critérios de tamanho de moradia e consumo de energia. Atualmente, cerca de 8,6 mil domicílios são contemplados. A tarifa social da Sabesp é uma das mais baixas praticadas pelas companhias estaduais de saneamento, e chega a ser 64% menor do que a tarifa residencial normal - considerando-se residências com consumo médio de 15 m3 mensais de água. A companhia também tem atuado na regularização de ligações irregulares, desafio importante para empresas de saneamento básico e que produz resultados significativos em termos de melhoria das condições de saúde pública e inclusão social. Pusemos em marcha, na zona leste da região metropolitana de São Paulo, o Projeto Paritá (Projeto de Ações para Regularização, Integração e Transformação de Áreas Irregulares). Em 2011, foram regularizadas cerca de 1.300 ligações de água em 14 áreas ocupadas irregularmente; entre 2008 e 2010, outras 37 áreas haviam sido contempladas. Considerando os resultados obtidos nos últimos quatro anos, diminuímos em 22,5% o universo dos domicílios com ligações irregulares localizados na zona leste da RMSP e atendemos cerca de 20 mil habitantes. Vale dizer que estas ações também possibilitaram a redução de perdas de 2,3 milhões de m3 anuais de água. Ainda em áreas de menor renda, a companhia desenvolveu projeto-piloto de prevenção de incêndios no assentamento Sônia Ribeiro, no Jardim Aeroporto, na capital, por meio da instalação de hidrantes públicos em redes de distribuição de água. A experiência dará origem a convênio a ser assinado com a prefeitura de São Paulo para a instalação de equipamentos de prevenção em 21 assentamentos precários da capital ao longo de 2012 (projeto-piloto PREVIN). A Sabesp realiza pesquisa de satisfação junto a seus clientes desde 2004/2005. Em 2006 a pesquisa tornou-se anual, sempre aplicando uma mesma metodologia, a fim de possibilitar a comparação entre diferentes unidades de negócio e diferentes períodos. O objetivo é aprimorar, a partir das respostas obtidas, os serviços prestados aos nossos usuários. Em 2011, o índice geral de satisfação em relação à empresa atingiu 92%. Em relação aos resultados do levantamento anterior, feito em 2010, houve aumento de três pontos percentuais. Acreditamos que o bom resultado seja fundamentado, principalmente, na qualidade e na regularidade da água fornecida pela companhia: 92% dos entrevistados disseram-se "satisfeitos" ou "muito satisfeitos" com o serviço. Os resultados da pesquisa consideram uma margem de erro de 1,3 ponto percentual, num intervalo de confiança de 95%. Foram entrevistados 5.860 clientes, de todas as categorias e portes de consumo, da região de atuação da Sabesp no Estado de São Paulo.

Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal qualificado de atendimento. Atua na mediação de conflitos entre a companhia e seus clientes e acompanha as manifestações dos que recorrem à Arsesp. Em 2011, recebeu 44.169 manifestações e reclamações de clientes, das quais 99% foram atendidas e/ou solucionadas. A fim de garantir celeridade e dar agilidade à solução das demandas recebidas, a Sabesp adota procedimentos e mantém acordos com o Procon e o Judiciário em busca de alternativas de conciliação. Uma destas experiências é o Juizado Especial Cível (JEC) Digital, parceria entre a companhia e o Sistema de Juizados Especiais. Em 2011, efetuamos 354 atendimentos, com redução de 15% no número de clientes que buscaram aquele órgão em comparação com igual período de 2010. O índice de acordos antecipados e em audiência manteve-se em patamares satisfatórios, da ordem de 72% das manifestações, reafirmando o compromisso da empresa com a busca do equilíbrio na relação com o cliente e com soluções mais rápidas e adequadas para ambas as partes. A Ouvidoria também acompanha as reclamações cadastradas pela Fundação Procon. Em 2011, foram recebidas 1.488 demandas de clientes junto ao órgão em âmbito estadual, com queda de 5,5% na comparação com o exercício anterior. O acompanhamento nesta fase preliminar, que antecede o registro do processo administrativo formal pelo Procon, permitiu a redução de 88% no número de manifestações passíveis de audiência. Portanto, em 2011 apenas 179 manifestações permaneceram sob acompanhamento da fundação após a primeira resposta encaminhada pela Sabesp. Consideramos que o número de registros iniciais atualmente cadastrados em todas as unidades do Procon e encaminhadas para avaliação da Sabesp representa volume pequeno frente ao total de consumidores atendidos diretamente pela empresa - a saber, 23,9 milhões de pessoas. Todas as manifestações são cadastradas e enviadas, por meio de sistema do tipo CRM (Costumer Relationship Management), para avaliação e tratamento pelas unidades de negócio da Sabesp e são integralmente respondidas.

Relacionamento com investidores

Ao longo de 2011, a empresa esteve presente nas principais conferências voltadas ao público investidor, no Brasil e no exterior, e recebeu em suas instalações centenas de analistas, investidores e acionistas. A preocupação em promover uma comunicação fácil e de qualidade com o mercado, que contribua para percepção de valor do nosso papel e, consequentemente, da empresa, foi reconhecida pelo IR Global Rankings 2011, ao premiar a Sabesp por ter obtido o maior avanço de qualidade no sítio de relações com investidores na América Latina. Também por meio dele, acionistas e investidores podem contatar a equipe de Relações com Investidores, responsável por fazer chegar à alta administração da Companhia as demandas do mercado. A companhia também foi destaque do setor "Saneamento e Serviços de Água e Gás" do Prêmio Abrasca de Criação de Valor 2011. A entidade considerou que alcançamos os mais elevados percentuais de criação de valor, em relação a nosso valor de mercado, ao longo dos últimos três anos.

Relacionamento com fornecedores

Em nosso relacionamento com a cadeia de suprimentos, buscamos estimular a concorrência e permitir a conquista de melhores resultados para a companhia e maior geração de valor para a sociedade. Incentivamos a participação de empresas locais, embora não possamos, por força de lei, adotar qualquer discriminação ou privilégio neste sentido. Também temos buscado encorajar nossos fornecedores a aderir a práticas de gestão e redução de emissões de gases de efeito estufa. Como empresa de economia mista que é, a Sabesp depende de procedimento seletivo prévio em suas contratações, obrigação constitucional regulamentada pela Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações). Isso implica oferecer as mesmas condições de concorrência e participação aos fornecedores, independente do local onde estejam instalados. Tal isonomia é observada a partir da ampla divulgação dos certames por meio do nosso portal de licitações eletrônicas, disponível em nosso sítio na internet. A Sabesp foi a primeira empresa pública a implantar um processo de compras eletrônicas no país. Além de reduzir custos, o sistema oferece a seus fornecedores e à população maior transparência, eficiência e agilidade. Em 2011, foram realizados quase 2 mil pregões eletrônicos, perfazendo valor de R$ 1,5 bilhão, com economia de R$ 211 milhões para os cofres da companhia. A Sabesp promove a participação e a contratação de fornecedores locais em suas regiões de atuação. Como nossa estrutura organizacional é dividida em unidades de negócio, cada uma tem seu próprio orçamento e autonomia para realizar contratações de forma descentralizada. Como parte do atendimento à ampla legislação periférica sobre contratações, também é assegurado tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte e às sociedades cooperativas, incentivando também, desta forma, a participação e a contratação de fornecedores locais. Em 2011, esta participação - considerando apenas as contratações por dispensa de licitação por valor e por convite - chegou a 40%. A Sabesp mantém a maior publicidade possível ao mercado acerca de seu planejamento de compras, no sentido de estimular a concorrência. Neste sentido, elaboramos o manual "Diretrizes Concorrenciais nas Compras Públicas", disponível em nosso sítio, no qual estabelecemos linhas gerais para ampliar o leque de fornecedores e promover maior competição. Em atendimento ao Decreto Estadual n° 53.336/08, a Sabesp também divulga seu Relatório de Contratações Públicas Sustentáveis, que lista nossas principais ações socioambientais e boas práticas aplicadas à nossa cadeia de suprimentos. Nos editais e minutas de contrato também são fixados aspectos socioambientais, destacando-se condições de participação: Estão proibidas de participar dos processos licitatórios da Sabesp sociedades que se encontrem interditadas por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98; coibição ao trabalho de menores; declaração de não utilização de mão de obra análoga a trabalho forçado ou compulsório, em quaisquer de suas formas, em sua cadeia produtiva; para a execução de obras e serviços de engenharia, somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, em conformidade com o Decreto Estadual n° 53.047/08; Diretriz Normativa para Qualificação de Fornecedores que tenham compromisso com o meio ambiente e seu entorno. Também cobra o cumprimento da legislação ambiental local por meio das licenças de instalação e operação emitidas pelos órgãos ambientais. Além disto, avalia os riscos toxicológicos dos produtos, de forma que se garanta segurança de uso tanto nas estações de tratamento, como para o consumidor final.

Relacionamento com colaboradores

Para que possa manter a liderança, crescer no ritmo requisitado e superar os constantes desafios do mercado é fundamental à Sabesp contar com profissionais competentes e comprometidos com os resultados organizacionais. Esse diferencial composto pelo nosso quadro de empregados é um ativo estratégico que buscamos preservar. A Sabesp pretende ser referência em gestão de pessoas, viabilizando o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento, elevando a satisfação e o bem-estar no ambiente de trabalho. Nossa corporação conta atualmente com 14.896 empregados, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Predominam os do sexo masculino (80%), com formação de ensino médio (49%), de etnia branca (84%), com mais de 40 anos de idade (70%). A permanência média na empresa é de 17 anos. A Sabesp contrata prestadores de serviços conforme a necessidade. Dispõe, nestas condições, de aproximadamente 7,4 mil profissionais. Além disso, abrigamos 918 estagiários e 506 jovens aprendizes - que conjugam a oportunidade de trabalho à realização de cursos de qualificação administrativa em parceria com o Senai. A construção de uma sociedade mais justa e sustentável passa, necessariamente, pela valorização da diversidade e pela inclusão social. A Sabesp atende ao Decreto Federal nº 3.298 de 1999, que determina reserva de 5% das vagas oferecidas nos processos seletivos públicos para pessoas portadoras de deficiência. Em 2011, tínhamos 63 postos de trabalho ocupados nestas condições, sendo 71% colaboradores com deficiência física, 21% auditiva e 8% visual. Também mantemos, desde 2005, convênio com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) pelo qual, atualmente, 100 pessoas portadoras de deficiência atuam em nossos postos de atendimento ao público, atividade para a qual recebem mais de 108 horas de treinamento prévio. O trabalho desenvolvido pela companhia evidencia o combate ao preconceito e à discriminação, valorizando as diferenças como estratégia para o desenvolvimento empresarial e social. À Sabesp foi outorgado o Selo Paulista de Diversidade - Categoria Plena, concedido pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo. Para obter a sua renovação, em 2011 a companhia foi auditada pela empresa certificadora Fundação Vanzolini. Ilustram nossa preocupação inclusiva, a adequação de agências e instalações internas, visando à acessibilidade, e a criação de canal de atendimento para deficientes auditivos. A empresa mantém um pacote de benefícios que vai além das disposições legais, procurando garantir a manutenção das condições de saúde, bem-estar social, desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, satisfação e segurança dos empregados e seus dependentes. São comuns a todos os funcionários, independente do regime de horário ou cargo, gênero ou etnia - apenas os aprendizes obedecem a legislação específica. À empregadas e empregados que possuem a guarda legal dos filhos é concedido reembolso de auxílio-creche ou a utilização do Centro de Convivência Infantil da companhia, atendendo crianças na faixa etária entre 6 meses e 6 anos incompletos. A empresa faculta aos que possuem filhos portadores de necessidades especiais reembolso de despesas para tratamento em instituições especializadas equivalente a até duas vezes o valor do auxílio-creche, sem limite de idade. Aos empregados afastados por auxílio-doença ou acidente cujo salário encontra-se acima do valor máximo pago pelo INSS, é concedida, automaticamente, complementação salarial pelo período de até seis meses. Além destes benefícios, por meio da Fundação Sabesp - Sabesprev a empresa subvenciona a assistência médica e a previdência privada de todos os seus empregados. Em 2011, a companhia contribuiu com 1,41% da folha de pagamento mensal para seu plano de previdência privada na modalidade Benefício Definido. Em fins de dezembro de 2011, a Sabesp firmou acordo com as entidades representativas dos empregados para promover alterações no seu plano previdenciário. A proposta

continua...

...continuação da página anterior

prevê ampliação de incentivos para os que se dispuserem a migrar da modalidade Benefício Definido (Plano Básico) para Contribuição Definida (Plano Sabesprev Mais). Contempla, também, mudanças nos benefícios de risco. Com o acordo, esperamos enfrentar o problema do déficit técnico do Plano Básico, estimado em R$ 538,6 milhões. A solução ainda está sujeita, porém, à aprovação dos órgãos de controle do Governo do Estado, bem como à avaliação do Poder Judiciário, em virtude de ação judicial que, em novembro de 2010, suspendeu as migrações para o Plano Sabesprev Mais. No que tange ao plano de saúde Sabesprev, em 2011 também foi constituída comissão paritária para estabelecer propostas de melhoria das coberturas, com custos compatíveis aos de mercado, contemplando análise de desempenho dos planos atualmente administrados pela Sabesprev nos quesitos: resultados financeiros, atendimento e rede de atendimento para ativos e inativos.

Gestão de pessoas

A adoção de um modelo de gestão de pessoas adequado às realidades de mercado, ágil e flexível é imprescindível para o desempenho empresarial. Entendemos ser necessário rediscutir as bases e traçar novos cenários em relação à política de recursos humanos e de terceirização da companhia. Esta abordagem deverá refletir e contemplar as tendências de mercado, as expectativas da direção e dos empregados. Também estamos buscando o envolvimento do público interno por meio de estratégias de integração e motivação, e temos a perspectiva de retomar em 2012 o processo de Gestão do Clima Organizacional. Pretendemos ser considerados, num futuro próximo, uma das melhores empresas do país para se trabalhar. Para atingir este objetivo, iniciamos ações voltadas a aperfeiçoar o quadro atual da organização e as relações da empresa com seus empregados. Entre elas está o aprimoramento do Plano de Cargos e Salários (PCS). Buscamos alinhar a Sabesp com práticas e procedimentos em vigor no mercado e implantar um plano efetivo de carreira baseado no mérito, na avaliação de desempenhos, capacidades e competências.

Relações trabalhistas e sindicais

A Sabesp incentiva e apoia seus empregados a participar de entidades e associações, como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional. A totalidade de nossos colaboradores tem liberdade de associação, possui representação sindical e é abrangida por acordos de negociação coletiva. A empresa conduz os processos de negociação com responsabilidade e transparência, e valoriza o diálogo saudável com as entidades sindicais. Reúne-se também, em qualquer tempo, para discussão de propostas razoáveis que visam atender expectativas dos empregados e manter o bom clima organizacional, respeitados o limite de sua capacidade financeira e as diretrizes governamentais. Durante o ano de 2011, não foram verificadas situações nas quais este direito de liberdade de associação e negociação tenha sofrido risco. A Sabesp negocia anualmente com as cinco principais entidades sindicais que representam a maioria (90%) de seus empregados: Sintaema, Sintius, Seesp, Sasp e Sintec. Vale ressaltar que 80% dos nossos colaboradores são espontaneamente associados a uma delas. O processo de negociação coletiva de 2011/2012 ocorreu em maio e envolveu as principais entidades sindicais que representam os empregados. Resultou em reajuste de 8% nos salários e benefícios, e no estabelecimento de Programa de Participação nos Resultados - PPR. Cabe registrar que, conforme ajustado com os sindicatos na negociação coletiva de 2010, em 31/01/2011 foi pago adiantamento de 30% dos valores relativos à PPR daquele ano e em 29/04/2011 ocorreu o pagamento final vinculado ao cumprimento de metas. O montante distribuído foi de R$ 51 milhões, contemplando 15.424 empregados. Em 2011, foram realizadas aproximadamente 2,7 mil movimentações de pessoal, que envolveram promoções, transferências, designação e destituição de função de colaboradores. Elas são precedidas de avaliações de competência ou desempenho dos empregados pelos respectivos gerentes. A Sabesp cumpre a legislação brasileira que resguarda os empregados para que não ocorram mudanças que afetem suas condições de trabalho. Na eventualidade de alterações de processos que impactem a relação trabalhista, a companhia discute previamente com representantes dos empregados.

Qualificação e formação de mão de obra

Temos presente que a sustentabilidade do nosso negócio depende dos que irão ocupar posições de liderança na empresa no médio e longo prazos. Isso é ainda mais fundamental quando se sabe que 35% dos nossos gerentes estarão aptos a se aposentar nos próximos cinco anos. Neste sentido, em 2011 formamos nossa primeira turma do Programa de Preparação para Sucessão e Carreira, composta por 39 pessoas que apresentam competências essenciais e potenciais para serem líderes do futuro na Sabesp. O processo de desenvolvimento compreende MBA, *coaching*, avaliação, cursos de idiomas e de aperfeiçoamento individualizado, nacional e internacional, em questões prioritárias do negócio. Em 2012, iniciaremos um Programa de Excelência Gerencial e abriremos a segunda turma para o de sucessão e carreira. A qualificação e a formação de nossos colaboradores sempre mereceu atenção especial. A Sabesp é uma das pioneiras em educação corporativa no Brasil com sua Universidade Empresarial, implantada em 2001 para capacitar lideranças e colaboradores de todos os níveis. Em 2011 o processo de capacitação contabilizou 112 mil participações, sendo 4% gerentes, 17% universitários, 28% operacionais, 42% técnicos, 5% estagiários e 4% aprendizes, atingindo a média de 46 horas/pessoa. Ressalte-se a educação à distância, com uma grade de cerca de 350 cursos, perfazendo média anual de 12 mil participações. Os investimentos da Universidade em capacitação são da ordem de R$ 9 milhões e privilegiam cursos voltados, principalmente, a sustentabilidade, governança corporativa, meio ambiente, responsabilidade social, qualidade, saúde e segurança, além das competências essenciais ao negócio. Em 2011, houve forte investimento nas atividades de capacitação em higiene, segurança e medicina do trabalho, incluindo aspectos de direitos humanos. A companhia também direcionou esforços para o aumento da qualificação de seu corpo profissional, subsidiando cursos de pós-graduação, MBA, técnico-profissionalizantes e de idiomas, por meio de parcerias com instituições renomadas do mercado. Além disso, convênios com mais de 150 instituições de ensino propiciam descontos de até 40% a empregados e seus dependentes legais em cursos de graduação, pós-graduação, ensino médio, fundamental, técnico, educação infantil, idiomas, supletivo e alfabetização.

Segurança e saúde no trabalho

As atividades de saneamento básico são, pela sua própria natureza, suscetíveis a ocorrências de acidentes de trabalho. Assim, o objetivo da gestão da saúde e segurança do trabalho da companhia é garantir ações que promovam o desenvolvimento da cultura de prevenção na empresa e a melhoria das condições de trabalho, agregando qualidade de vida aos empregados e prestadores de serviço. O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho da Sabesp é certificado pela norma OHSAS 18001, abrangendo 100 estabelecimentos no escopo de serviços e obras com escavação e em espaços confinados executados em vias públicas. Em 2011, o Bureau Veritas Certification auditou a Sabesp para a manutenção da certificação e a companhia foi novamente certificada. Um quarto dos nossos empregados, incluindo gestores e empregados, trabalham em comitês formais de segurança e saúde, e envolvem-se em atividades como: sistematização, monitoramento e programas específicos. Destaca-se, em particular, o empenho e o comprometimento dos nossos 3.650 cipeiros, brigadistas e profissionais da área. A política de saúde e segurança da companhia tem como principais direcionadores: (i) a responsabilidade pela segurança e saúde do trabalho é de todos; e (ii) o desempenho relacionado à segurança e à saúde do trabalho deve ser acompanhado e aprimorado permanentemente. Os programas desenvolvidos em saúde e segurança do trabalho têm obtido gradativa redução na frequência e na gravidade dos acidentes. Os mais frequentes ocorrem no trânsito (26%) e com quedas (24%). As principais causas estão relacionadas a atitudes comportamentais (66%). Em 2011 foi realizado investimento médio de R$ 10 milhões em prevenção de acidentes. Também foi criado o canal de comunicação para o público externo especificamente para questões de segurança e saúde do trabalho.

Gestão da qualidade

Com a crescente perspectiva de atuação em novos mercados, novos produtos e serviços, e a regulação do setor, o Sistema Integrado da Qualidade é um grande aliado para o aprimoramento contínuo da gestão da Sabesp. O Programa de Excelência da Gestão da Qualidade vem priorizando a ampliação da certificação da norma ISO 14001 (gestão ambiental) e a manutenção da certificação integrada para as normas ISO 9001 (qualidade) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional). Em 2011, foram realizadas auditorias de manutenção e de recertificação do Sistema Integrado da Qualidade referente às normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. A Sabesp possui atualmente 13 laboratórios acreditados pela norma ISO/IEC 17025 e certificados pelo Inmetro, garantindo que o produto água não oferece impactos diretos sobre a saúde de seus usuários. Neste sentido, cabe registrar que, embora não utilize procedimentos relativos à minimização de riscos específicos de rotulagem dos produtos e serviços - pois estes destinam-se a produtos envasados -, a companhia divulga na conta mensal de serviços de água e/ou esgotos os parâmetros de qualidade da água (turbidez, cloro, flúor, coliformes totais, coliformes termotolerantes), conforme Decreto Presidencial nº 5.440/05 e portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde.

Relacionamento com a comunidade

A Sabesp busca apoiar atividades educacionais voltadas a clientes, fornecedores e comunidades, fazendo frente a anseio captado em nossas pesquisas de opinião. Neste sentido, destacam-se os treinamentos para uso racional da água e de educação ambiental. A companhia abre as portas de suas instalações para escolas que queiram conhecer o processo de tratamento de água e/ou esgotos: em 2011, foram realizadas quase 2 mil visitas, atendendo, no total, mais de 72 mil pessoas. A Sabesp atua nas comunidades em parceria com prefeituras locais. Programas voltados à população de baixa renda incluem trabalhos técnicos e sociais e têm como objetivo a sustentabilidade socioeconômica e ambiental dos empreendimentos, contemplando a participação comunitária e a educação ambiental, observadas as características da obra e do perfil do público beneficiado. Vale destacar a metodologia denominada Governança Colaborativa, desenvolvida pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e empregada, por exemplo, em programas como o "Córrego Limpo" pela Diretoria Metropolitana. Nesta abordagem, projetos socioambientais são mantidos com a participação de todas as partes interessadas e os beneficiários são acompanhados e apoiados por visitas das equipes de responsabilidade social da companhia. Na RMSP, a Sabesp também desenvolve o "Agente da Gente" - Programa de Participação Comunitária, pelo qual estabelecemos um canal de comunicação eficaz entre nossos 40 técnicos e líderes comunitários locais. Juntos, eles trabalham para envolver os moradores, transformando-os em multiplicadores da conscientização ambiental. Em 2011 foram mais de 600 mil atendimentos, incluindo participações em palestras e eventos relacionados ao saneamento. A companhia busca, continuamente, meios de aproximar os profissionais de sua área operacional das comunidades atendidas. Neste sentido, uma das frentes tem sido realizar serviços por meio de mão de obra própria, modelo adotado pela Diretoria de Sistemas Regionais. Batizada de "Gente que Faz", trata-se, também, de estratégia que visa valorizar o corpo de funcionários e agregar valor aos resultados da companhia. Merece destaque, ainda, a realização, nas semanas imediatamente anteriores ao período chuvoso de 2011, de reuniões com representantes do poder público e da sociedade civil com vistas a apresentar a gestão da operação das barragens do Sistema Cantareira, bem como a estabelecer ações articuladas para enfrentar e prevenir eventuais situações emergenciais nos meses de verão. Foram realizados cinco encontros - em Atibaia, Campinas, Nazaré Paulista, Piracicaba e Vargem - envolvendo órgãos como o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), a Defesa Civil do Estado, autoridades municipais (Executivo e Legislativo), representantes da sociedade civil, consórcios municipais, outras empresas de saneamento e órgãos de imprensa.

Relacionamento com governos

A Sabesp é concessionária de serviços públicos. Nesta condição, tem entre suas principais partes interessadas os governos - seja o federal, o estadual ou os municipais. Obedecemos a leis, normas e regulamentos editados pelo Poder Executivo, ao mesmo tempo em que buscamos colaborar no processo de formulação de políticas públicas de saneamento. Nosso relacionamento com o governo federal é pautado pela defesa do interesse público. Como sociedade de economia mista, dependemos, por exemplo, da aprovação de órgãos federais para obtenção de financiamentos internacionais. Também nos esforçamos para acessar recursos orçamentários eventualmente postos à disposição pela União. Temos procurado, por meio de entidades representativas do setor, influir nas discussões sobre a tributação federal incidente sobre a prestação dos serviços de água e esgoto, que consideramos muito elevada no país - cabe mencionar que, em 2011, a Sabesp pagou R$ 1,21 bilhão a título de imposto de renda, Pasep, Cofins e CSLL. No âmbito estadual, temos no Governo do Estado de São Paulo nosso acionista controlador. Colaboramos na elaboração de programas públicos e na definição de diretrizes para o setor de saneamento, no intuito de acelerar a consecução da meta de universalização dos serviços em nosso estado. Também destinamos recursos para ações suportadas pelo governo estadual - como as de apoio à cultura e ao esporte, baseadas em incentivos fiscais. Temos nos municípios o poder concedente dos serviços que prestamos. Consideramo-nos, pois, nossos principais clientes. Nossos contratos de programa são definidos em estreita parceria com as prefeituras, de modo a ampliar a aderência de nossas obras e ações às necessidades e demandas das populações atendidas. Também desenvolvemos projetos de cunho socioambiental com as municipalidades, a fim de gerar maiores benefícios à população.

Incentivo à cultura e ao esporte

A Sabesp propicia apoio institucional e financeiro para projetos ambientais, socioculturais e esportivos desenvolvidos por organizações voltadas à preservação ambiental e alinhados aos princípios de responsabilidade social, ao incentivo à cultura e ao bem-estar da comunidade. Nos últimos anos, a companhia vem estreitando sua relação com a cultura, por meio de patrocínios a eventos e da criação de novos espaços e programas culturais, como o "Sabesp para quem tem sede de cultura", pelo qual a companhia incentiva projetos nas áreas de cinema, literatura, artes plásticas, música, dança, teatro, circo e preservação de patrimônios culturais. Em 2011, foram investidos R$ 13,4 milhões e 19 longa metragens foram selecionados para receber um total de R$ 8 milhões por meio do Programa de Fomento ao Cinema Paulista. Os filmes contemplados foram escolhidos pela Secretaria de Estado da Cultura e receberam recursos que a Sabesp disponibiliza por meio das leis Rouanet e do Audiovisual. Dois deles tratam da temática da sustentabilidade: "Metrópolis - Desafios para o Desenvolvimento Sustentável", de Chico Guariba, e "Coração do Brasil", de Daniel Santiago. Desde 2004, quando a companhia aderiu ao programa, 127 filmes já receberam patrocínio, totalizando investimentos de R$ 48 milhões no setor - um deles é "Xingu", de Cao Hamburger, que estreará em 2012. A escolha é feita por especialistas, diretores, produtores e curadores, de acordo com critérios como interesse cultural e artístico, qualidade do projeto e dos profissionais envolvidos. Hoje a Sabesp é a empresa que mais investe em cinema no Estado de São Paulo e uma das três maiores incentivadoras do setor em todo o país. Em respeito à diversidade, a companhia foi pioneira no Brasil ao exigir, a partir de 2011, que as produções que levam seu patrocínio disponibilizem cópia com recursos que permitam a deficientes auditivos e também visuais apreciá-las. "Onde Está a Felicidade?", filme dirigido por Carlos Alberto Riccelli, foi o primeiro a trazer legenda e audiodescrição. Todos os filmes que receberam investimentos da companhia em 2011 assumiram igual compromisso. Também pusemos em marcha o projeto Escola no Cinema, destinado a incrementar o relacionamento com estudantes e professores: 10 mil estudantes já assistiram a sessões comentadas no Cine Sabesp, uma das últimas salas de cinema de rua da capital paulista e atualmente mantida pela empresa. Mais da metade destes frequentadores jamais havia ido ao cinema. A sala também costuma ser usada para o Festival Ecocine, que terá nova edição em 2012. A Sabesp também incentivou atividades esportivas, destinando R$ 3 milhões na forma de incentivos fiscais em 2011. Entre os beneficiários estão a equipe aquática do Esporte Clube Pinheiros e o polo aquático da Associação Comunidade Mãos Dadas. Outros R$ 3 milhões foram enviados pela companhia ao Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, por meio do Condeca.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2011
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

1. Base de Cálculo	2011 Valor (mil reais)	2010 Valor (mil reais)
Receita líquida (RL)	9.927.445	9.230.370
Resultado operacional (RO)	2.354.495	2.672.119
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.395.844	1.291.749

2. Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	109.966	7,88%	1,11%	100.278	7,76%	1,09%
Encargos sociais compulsórios	133.908	9,59%	1,35%	127.207	9,85%	1,38%
Previdência privada	65.923	4,72%	0,66%	5.329	0,41%	0,06%
Saúde	108.243	7,75%	1,09%	98.695	7,64%	1,07%
Segurança e saúde no trabalho	10.254	0,73%	0,10%	9.631	0,75%	0,10%
Educação	688	0,05%	0,01%	292	0,02%	0,00%
Cultura	970	0,07%	0,01%	767	0,06%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.779	0,63%	0,09%	7.026	0,54%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	1.473	0,11%	0,01%	1.592	0,12%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	56.692	4,06%	0,57%	27.525	2,13%	0,30%
Outros	4.563	0,33%	0,05%	3.581	0,28%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	501.459	35,93%	5,05%	381.923	29,57%	4,14%

3. Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	24	0,00%	0,00%
Cultura	20.163	0,83%	0,20%	15.182	0,57%	0,16%
Saúde e saneamento	2.510	0,10%	0,03%	240	0,01%	0,00%
Esporte	5.943	0,24%	0,06%	3.493	0,13%	0,04%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	7.820	0,32%	0,08%	12.294	0,46%	0,13%
Total das contribuições para a sociedade	36.436	1,49%	0,37%	31.233	1,17%	0,34%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.466.228	62,27%	14,77%	1.557.913	58,30%	16,88%
Total - Indicadores sociais externos	1.502.664	63,82%	15,14%	1.589.146	59,47%	17,22%

4. Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	9.304	0,38%	0,09%	411	0,02%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	21.122	0,87%	0,21%	22.359	0,84%	0,24%
Total dos investimentos em meio ambiente	30.426	1,25%	0,31%	22.770	0,85%	0,25%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	

5. Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	14.896	15.330
Nº de admissões durante o período	723	1.090
Nº de empregados(as) terceirizados(as) *	7.399	-
Nº de estagiários(as) e aprendizes	1.424	1.056
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	7.757	7.868
Nº de mulheres que trabalham na empresa	2.928	2.932
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,09%	21,57%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	2.137	2.150
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,72%	3,83%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais (inclui empregados e parceria AVAPE)	163	57

6. Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	23	nd
Número total de acidentes de trabalho	187	136
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção (x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção (x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) ( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências ( ) todos(as) empregados(as) ( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve () segue as normas da OIT (x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá ( ) seguirá as normas da OIT (x) incentivará e seguirá a OIT
A previdêncla privada contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	( ) direção ( ) direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (x) são exigidos	( ) não serão considerados ( ) serão sugeridos (x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve ( ) apóia (x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá ( ) apoiará (x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa Ouv. 44.169; no Procon CIP 1.488; na Justiça JEC/Conc. 354	na Empresa nd; no Procon nd; na Justiça nd
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa Ouv. 99%; no Procon CIP 88%; na Justiça JEC/Conc. 72%	na Empresa nd; no Procon nd; na Justiça nd
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011: 5.714.179**	**Em 2010: 5.316.928**
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	**25,6%** governo **28,9%** colaboradores(as) **5,1%** acionistas **24,1%** terceiros **16,3%** retido	**29,2%** governo **23,6%** colaboradores(as) **8,6%** acionistas **16,5%** terceiros **22,1%** retido

7. Outras Informações

"Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção". "Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente."

* O Nº de empregados(as) terceirizados(as) é estimado considerando a mão de obra alocada aos contratos de serviço, pois a Sabesp não contrata direto terceiros.

continua...

...continuação da página anterior

SBS LISTED NYSE

SBSP3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

sabesp

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
CNPJ/MF nº 43.776.517/0001-80 - Companhia Aberta

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO

	Nota	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2011	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2010
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.142.079	1.988.004	2.149.989	1.989.179
Contas a receber de clientes	8	1.072.015	971.047	1.072.659	971.318
Saldos com partes relacionadas	9	185.333	137.772	185.333	137.772
Estoques		44.576	36.090	44.611	36.096
Caixa restrito	7	99.729	302.570	99.729	302.570
Impostos a recuperar		117.893	108.675	118.116	108.675
Demais contas a receber		43.069	30.716	55.396	44.511
Total do ativo circulante		**3.704.694**	**3.574.874**	**3.725.833**	**3.590.121**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	8	333.713	352.839	333.713	352.839
Saldos com partes relacionadas	9	170.288	231.076	170.288	231.076
Indenizações a receber	10	60.295	146.213	60.295	146.213
Depósitos judiciais		54.178	43.543	54.178	43.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	177.926	77.913	179.463	78.440
Agência Nacional de Água - ANA		100.551	62.540	100.551	62.540
Demais contas a receber		35.034	47.884	39.933	49.370
		931.985	**962.008**	**938.421**	**964.021**
Investimentos		21.986	8.262	-	-
Propriedade para investimento		52.585	-	52.585	-
Intangível	11	20.125.721	18.541.522	20.141.677	18.546.836
Imobilizado	12	181.585	206.384	356.468	249.606
Total do ativo não circulante		**21.313.862**	**19.718.176**	**21.489.151**	**19.760.463**
Total do Ativo		**25.018.556**	**23.293.050**	**25.214.984**	**23.350.584**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2011	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2010
Circulante					
Empreiteiros e fornecedores		244.658	142.634	255.557	144.043
Parcela corrente de empréstimos e financiamentos de longo prazo	13	1.629.184	1.239.716	1.630.010	1.242.143
Salários, encargos e contribuições sociais		243.502	246.325	243.876	246.467
Outros impostos e contribuições a recolher	14	180.794	157.768	181.122	158.050
Juros sobre o capital próprio a pagar		247.486	354.254	247.486	354.254
Provisões	16	764.070	766.603	764.070	766.603
Serviços a pagar		383.116	295.172	383.116	295.172
Outras obrigações		263.336	299.314	263.431	299.382
Total do passivo circulante		**3.956.146**	**3.501.786**	**3.968.668**	**3.506.114**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	6.794.148	6.969.576	6.966.285	7.022.472
Outros impostos e contribuições a recolher	14	18.363	53.045	18.363	53.045
Cofins/Pasep diferidos		114.106	112.962	114.957	112.962
Provisões	16	807.759	693.227	807.759	693.227
Obrigações previdenciárias	17(b)	2.050.697	1.804.038	2.050.697	1.804.038
Outras obrigações		731.441	476.616	742.359	476.926
Total do passivo não circulante		**10.516.514**	**10.109.464**	**10.700.420**	**10.162.670**
Total do passivo		**14.472.660**	**13.611.250**	**14.669.088**	**13.668.784**
Patrimônio líquido	**18**				
Capital social		6.203.688	6.203.688	6.203.688	6.203.688
Reserva de capital		124.255	124.255	124.255	124.255
Reservas de lucros		4.217.953	3.353.857	4.217.953	3.353.857
Total do patrimônio líquido		**10.545.896**	**9.681.800**	**10.545.896**	**9.681.800**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**25.018.556**	**23.293.050**	**25.214.984**	**23.350.584**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora (BR GAAP) 2011	Controladora (BR GAAP) 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 2010
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	21	9.927.445	9.230.370	9.941.637	9.231.027
Custo das vendas e dos serviços prestados	22	(6.018.732)	(5.194.154)	(6.030.977)	(5.194.548)
Lucro bruto		3.908.713	4.036.216	3.910.660	4.036.479
Despesas de vendas	22	(619.304)	(712.941)	(619.542)	(712.946)
Despesas administrativas	22	(841.077)	(651.271)	(846.593)	(653.200)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(90.253)	1.809	(90.138)	1.830
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		(3.584)	(1.694)	-	-
Lucro operacional		2.354.495	2.672.119	2.354.387	2.672.163
Despesas financeiras	23	(701.889)	(788.832)	(702.766)	(789.467)
Receitas financeiras	23	465.753	343.807	465.926	343.914
Variações cambiais, líquidas	23	(396.882)	66.151	(396.801)	66.146
Despesas financeiras, líquidas		(633.018)	(378.874)	(633.641)	(379.407)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.721.477	2.293.245	1.720.746	2.292.756
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(598.024)	(697.077)	(598.303)	(697.115)
Diferido	15	99.966	34.279	100.976	34.806
		(498.058)	(662.798)	(497.327)	(662.309)
Lucro líquido do exercício		1.223.419	1.630.447	1.223.419	1.630.447
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	19	5,37	7,16	5,37	7,16

A Companhia não possui outros resultados abrangentes portanto, a demonstração do resultado abrangente não está apresentada.
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009		6.203.688	124.255	378.526	1.732.115	-	-	8.438.584
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.630.447	1.630.447
Reserva legal	18(c)	-	-	81.522	-	-	(81.522)	-
Juros sobre o capital próprio (R$1,70 por ação)	18(c)	-	-	-	-	-	(387.231)	(387.231)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	68.761	(68.761)	-
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	1.092.933	-	(1.092.933)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		6.203.688	124.255	460.048	2.825.048	68.761	-	9.681.800
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.223.419	1.223.419
Reserva legal	18(e)	-	-	61.171	-	-	(61.171)	-
Juros sobre o capital próprio (R$1,27 por ação)	18(c)	-	-	-	-	-	(290.562)	(290.562)
Dividendos adicionais de 2010 aprovados		-	-	-	-	(68.761)	-	(68.761)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	288.143	(288.143)	-
Transferências para reserva de investimentos		-	-	-	583.543	-	(583.543)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		6.203.688	124.255	521.219	3.408.591	288.143	-	10.545.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2011	Controladora (BR GAAP) 31 de dezembro de 2010	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2011	Consolidado (BR GAAP e IFRS) 31 de dezembro de 2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do IR e CS	**1.721.477**	**2.293.245**	**1.720.746**	**2.292.756**
Ajustes para reconciliação do lucro líquido:				
Depreciação e amortização	768.704	552.176	768.769	552.184
Prejuízo na venda de ativos imobilizados e intangíveis	56.548	16.385	56.548	16.385
Provisão para devedores duvidosos	289.589	402.694	289.589	402.694
Provisões	614.993	352.614	614.993	352.614
Juros sobre empréstimos e financiamentos	434.315	449.682	439.117	450.297
Variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos	442.954	21.139	442.954	21.139
Juros e variações monetárias sobre passivos	31.422	4.112	31.422	4.112
Juros e variações monetárias sobre ativos	(33.589)	(59.916)	(33.589)	(59.916)
Margem de valor justo sobre ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão	(47.589)	(49.603)	(47.589)	(49.603)
Indenizações a receber	85.918	-	85.918	-
Resultado da equivalência patrimonial	3.584	1.694	-	-
Repasse Prefeitura Municipal de São Paulo	15.386	80.368	15.386	80.368
Provisão Sabesprev Mais	(8.746)	32.587	(8.746)	32.587
Outros ajustes	4.833	19.332	4.833	19.331
Lucro líquido ajustado (Caixa gerado nas operações)	**4.379.799**	**4.116.509**	**4.380.351**	**4.114.948**
Variação no Ativo				
Contas a receber de clientes	(358.143)	(245.412)	(358.516)	(245.683)
Saldos e transações com partes relacionadas	20.455	36.708	20.455	36.708
Estoques	(8.490)	3.490	(8.519)	3.484
Impostos a recuperar	(61.926)	(157.916)	(62.149)	(157.916)
Depósitos judiciais	573	(14.864)	573	(14.864)
Demais contas a receber	(41.080)	(16.038)	(43.025)	(30.508)
Variação no passivo				
Empreiteiros e fornecedores	135.961	(67.337)	145.451	(66.087)
Serviços recebidos	87.944	55.678	87.944	55.678
Salários, encargos e contribuições sociais	(49.814)	(17.624)	(49.582)	(17.525)
Outros impostos e contribuições a recolher	(14.416)	(8.558)	(14.649)	(8.316)
Impostos sobre receitas	1.144	(7.455)	1.995	(7.455)
Provisões	(197.521)	(330.256)	(197.521)	(330.256)
Obrigações previdenciárias	(11.268)	(15.881)	(11.268)	(15.881)
Outras obrigações	140.220	118.396	150.855	118.774
Caixa proveniente das operações	**4.023.438**	**3.449.440**	**4.042.395**	**3.435.101**
Juros pagos	(736.382)	(618.600)	(736.853)	(618.600)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(588.484)	(733.452)	(588.484)	(733.452)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.698.572**	**2.097.388**	**2.717.058**	**2.083.049**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Caixa restrito	202.841	(189.820)	202.841	(189.820)
Aumento de investimento	(17.308)	(5.620)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(11.995)	(44.161)	(143.684)	(87.383)
Aquisição de intangíveis	(2.056.756)	(1.810.999)	(2.067.435)	(1.814.166)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.883.218)**	**(2.050.600)**	**(2.008.278)**	**(2.091.369)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Captações	1.685.506	3.370.709	1.854.052	3.425.417
Amortizações	(1.923.862)	(1.800.507)	(1.979.099)	(1.800.507)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(422.923)	(398.419)	(422.923)	(398.419)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(661.279)**	**1.171.783**	**(547.970)**	**1.226.491**
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.988.004	769.433	1.989.179	771.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.142.079	1.988.004	2.149.989	1.989.179
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**154.075**	**1.218.571**	**160.810**	**1.218.171**
Informações adicionais				
Capitalização de juros e encargos financeiro	261.886	228.899	261.886	228.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora 2011		Controladora 2010		Consolidado 2011		Consolidado 2010	
Receitas									
Vendas de produtos e serviços	21(a)	8.305.043		7.655.226		8.310.120		7.655.891	
Outras receitas		80.821		44.315		80.936		44.336	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	21(b)	2.224.633		2.130.675		2.234.778		2.130.684	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8(c)	(120.260)		(232.505)		(120.393)		(232.505)	
		10.490.237		9.597.711		10.505.441		9.598.406	
Insumos adquiridos de terceiros									
Custos das vendas, dos serviços prestados e de construção		(3.623.440)		(3.371.656)		(3.634.890)		(3.371.938)	
Materiais, força e luz, serviços de terceiros e outros		(667.932)		(660.171)		(670.492)		(661.133)	
Outras despesas operacionais	24	(162.639)		(37.626)		(162.639)		(37.626)	
		(4.454.011)		(4.069.453)		(4.468.021)		(4.070.697)	
Valor adicionado bruto		6.036.226		5.528.258		6.037.420		5.527.709	
Retenções									
Depreciação e amortização		(769.735)		(553.612)		(769.799)		(553.620)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		5.266.491		4.974.646		5.267.621		4.974.089	
Valor adicionado recebido em transferência									
Resultado de equivalência patrimonial		(3.584)		(1.694)		-		-	
Receitas financeiras		451.272		343.976		451.526		344.083	
		447.688		342.282		451.526		344.083	
Valor adicionado total a distribuir		5.714.179		5.316.928		5.719.147		5.318.172	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal									
Remuneração direta		992.045	17,4%	869.991	16,4%	994.312	17,4%	870.694	16,4%
Benefícios		551.616	9,7%	293.211	5,5%	551.921	9,7%	293.237	5,5%
FGTS		105.900	1,8%	89.233	1,7%	106.048	1,8%	89.281	1,7%
		1.649.561	28,9%	1.252.435	23,6%	1.652.281	28,9%	1.253.212	23,6%
Impostos, taxas e contribuições									
Federais		1.398.783	24,5%	1.491.591	28,0%	1.399.691	24,5%	1.491.299	28,0%
Estaduais		42.843	0,7%	39.358	0,7%	42.857	0,7%	39.359	0,7%
Municipais		24.602	0,4%	26.964	0,5%	24.738	0,4%	27.002	0,5%
		1.466.228	25,6%	1.557.913	29,2%	1.467.286	25,6%	1.557.660	29,2%
Remuneração de capitais de terceiros									
Juros, variações cambiais e monetárias		1.336.380	23,4%	842.949	15,9%	1.337.258	23,4%	843.588	15,9%
Aluguéis		38.591	0,7%	33.184	0,6%	38.903	0,7%	33.265	0,6%
		1.374.971	24,1%	876.133	16,5%	1.376.161	24,1%	876.853	16,5%
Remuneração de capitais próprios									
Juros sobre o capital próprio	18(c)	290.562	5,1%	387.231	7,3%	290.562	5,1%	387.231	7,3%
Lucros retidos		932.857	16,3%	1.243.216	23,4%	932.857	16,3%	1.243.216	23,4%
		1.223.419	21,4%	1.630.447	30,7%	1.223.419	21,4%	1.630.447	30,7%
Valor adicionado distribuído		5.714.179	100,0%	5.316.928	100,0%	5.719.147	100,0%	5.318.172	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação da página anterior

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo ("SABESP" ou "Companhia") é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, com foco no cliente, de forma sustentável e competitiva, com excelência em soluções ambientais.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 363 municípios do Estado de São Paulo, tendo cessado temporariamente a operação dos municípios de Araçoiaba da Serra, Iperó, Cajobi, Álvares Florense e Macatuba, devido a ordens judiciais, cujos processos encontram-se em andamento. Na maioria desses municípios as operações decorrem de contratos de concessão firmados por 30 anos. Encontram-se vencidas, em 31 de dezembro de 2011, 99 concessões, sendo que todas estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2012 e 2033 vencerão 39 concessões. O restante das concessões opera em base de continuidade. Estas concessões com prazo indeterminado e aquelas em renegociação, com prazo expirado, são amortizadas pela vida útil dos ativos das concessões. Até 31 de dezembro de 2011, foram assinados no total 225 contratos (2010 - 201 contratos).

A Administração prevê que todas as concessões vencidas e ainda não renovadas resultarão em novos contratos ou prorrogações, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil do intangível utilizado nos 99 municípios em negociação totaliza R$ 6.588 milhões que representam 32,44% do total e a receita bruta desses municípios totaliza R$ 2.513 milhões que representam 23,87% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 55,1% da receita bruta em 2011 (dezembro de 2010 - 54,7%).

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, nos próximos 30 anos, prorrogáveis por igual período. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o "Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário". O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

No município de Santos, na Baixada Santista, que possui população expressiva, a Companhia opera amparada em escritura pública de autorização, situação similar a de alguns outros municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

As renovações das concessões processam-se com base na Lei 11.445, promulgada em 5 de janeiro de 2007, que estabelece a estrutura regulamentar de saneamento básico, prevendo diretrizes nacionais e princípios básicos para a prestação desses serviços, como controle social, transparência, autoridade de integração da infraestrutura de saneamento, gestão de recursos hídricos e articulação entre as políticas da indústria e as políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de supressão da pobreza, de promoção da saúde e proteção ambiental e outras questões relacionadas.

As ações da Companhia estão listadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) desde abril de 2002, e na Bolsa de Nova York (NYSE), na forma de ADRs (American Depositary Receipts) desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho e Attend Ambiental. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas prevêem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão das investidas. Para efeito de classificação contábil, nas demonstrações financeiras, tais empresas são consideradas como "controladas em conjunto", conforme critérios estabelecidos no CPC 19.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2012.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

A Companhia está apresentando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Companhia, essas políticas contábeis sobre as demonstrações financeiras individuais diferem do International Financial Reporting Standards - IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas na Nota 5.

2.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SABESP e de suas investidas: Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Attend Ambiental e Águas de Castilho as quais foram incluídas na proporção de sua participação acionária. A Companhia mantém o controle acionário compartilhado, cujo exercício social é coincidente com os das controladoras. As políticas contábeis de suas investidas são uniformes em relação às políticas da Companhia. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma os saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação da participação da controladora no capital e resultado acumulado da empresa consolidada.

Embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão, indicando controle compartilhado participativo. Por isso as demonstrações financeiras foram proporcionalmente consolidadas.

As empresas consolidadas foram as seguintes:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm - Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo o objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Sesamm era de R$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação. A Companhia concluiu que ambas as empresas, SABESP e Inima, detém o controle conjunto sobre a Sesamm. Desta forma, a SABESP registra sua participação na Sesamm pelo método de consolidação proporcional, equivalente a 36% sobre os ativos, passivos, receitas e despesas da Sesamm.

Em 31 de dezembro de 2011, as operações da Sesamm ainda não haviam sido iniciadas.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil - Cab Ambiental constituíram a empresa Águas de Andradina S.A., com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da empresa era de R$ 2.908, divididos em 2.908.085 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituíram a empresa Saneaqua Mairinque S.A., com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da empresa era de R$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Aquapolo Ambiental S.A.

Em 08 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Foz do Brasil S.A., constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S.A.; Quattor Petroquímica S.A.; Quattor Participações S.A. e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da empresa era de R$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

O início das operações está previsto para abril de 2012.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil - Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho. A SABESP detém 30% do capital social de R$ 622 divididos em 622.160 ações nominativas sem valor nominal.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituíram a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior. A SABESP detém 45% do capital social de R$ 2.000 divididos em 2.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

As operações iniciaram-se em janeiro de 2011.

Abaixo segue resumo da participação da SABESP nas demonstrações financeiras dessas investidas:

	2011					
	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Águas de Castilho 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%	Attend Ambiental 45%
Ativo Circulante	2.658	360	133	561	12.424	5.003
Ativo não Circulante	14.447	1.300	423	164	180.717	223
Passivo Circulante	832	815	256	228	10.262	127
Passivo não Circulante	11.120	84	47	28	167.498	5.130
Patrimônio Líquido	5.153	761	253	469	15.381	(31)
Receita operacional	9.203	2.985	651	2.498	-	-
Despesa operacional	(10.494)	(2.954)	(568)	(2.730)	(1.438)	(992)
Receitas financeiras líquidas	115	31	5	44	-	60
Lucro (prejuízo) no exercício	(1.176)	62	88	(188)	(1.438)	(932)

	2010			
	Sesamm 36%	Águas de Andradina 30%	Saneaqua Mairinque 30%	Aquapolo Ambiental 49%
Ativo Circulante	420	178	851	13.798
Ativo não Circulante	5.353	106	10	46.094
Passivo Circulante	2.702	119	177	1.331
Passivo não Circulante	-	301	9	53.909
Patrimônio Líquido	3.071	(136)	675	4.652
Receita operacional	-	247	447	-
Despesa operacional	(638)	(451)	(384)	(1.023)
Receitas financeiras líquidas	95	-	12	-
Lucro (prejuízo) no exercício	(543)	(204)	75	(1.023)

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

3.2 Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são os mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos de contas a receber de clientes, demais contas a receber e empréstimos. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3 Receita de vendas e serviços prestados

(a) Receita de vendas e serviços prestados

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação com custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do "contas a receber" envolvido e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas, principalmente com as prefeituras.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso corrente indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 12(a). Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil e reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos "a fundo perdido", para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica "outras receitas operacionais".

continua...

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

(i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e

(ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 "Receita de vendas e serviços prestados".

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

(1) Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato. Nenhum ativo financeiro foi reconhecido, em função da expectativa e do histórico da continuidade da prestação de serviços. Não há expectativa de recebimento, de indenização em caixa. (2) Na continuidade da operação, o ativo será mantido no intangível.

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas ao longo da vida útil e as despesas associadas à sua manutenção são reconhecidas como despesas quando incorridas.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No caso de ativos com vida útil indefinida, portanto não sujeitos à amortização, eles são testados anualmente, independente da existência de evidências de perda (impairment). O valor recuperável é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos o custo de venda. Uma perda por impairment é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos para venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação do impairment, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório, exceto no caso de ágio.

As UGC's analisadas pela Companhia para avaliação do valor recuperável do ativo foram definidas de acordo com a visão de negócios da Administração, sendo analisadas por unidade de negócio, ou seja, um agrupamento de municípios que possuem custos compartilhados ou são atendidos pela mesma bacia hidrográfica.

A metodologia para a apuração do valor em uso, principalmente dos ativos de concessão, é o fluxo de caixa descontado, considerando um período de cinco anos. De 2017 até o prazo final de cada concessão, o fluxo de caixa operacional é atualizado anualmente em 4,5% e ajustado a valor presente pelo custo médio ponderado de capital (WACC).

O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuro e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2011 a administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através de operações futuras.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 13. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos abaixo.

A capitalização ocorre durante o período no qual o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os funcionários da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, gerais da Companhia como um todo, e no desempenho de cada unidade de negócio. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo das vendas e dos serviços prestados.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais, depósitos caução e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente das despesas que se esperam ser exigidas para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos caução embasados no direito de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos civis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 16.

Os depósitos caução não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos caução são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades fiscais.

As obrigações legais decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, cujos montantes são reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota desde 2008 o Regime Tributário de Transição - RTT, conforme previsto na Lei 11.941/09, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios contábeis da Lei 6.404/76, antes das alterações da Lei 11.638/07.

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e obrigatório à partir de 2010.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009. Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia adotou as prerrogativas definidas no RTT.

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente (por cada controlada) com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas à incidência do Pasep - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, sobre diferenças de bases fiscais de faturamento a empresas governamentais, as quais são tributáveis quando as faturas são liquidadas.

Esses tributos são apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas da demonstração do resultado.

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

O passivo relacionado aos planos de pensão, está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

A Companhia adota o método do "corredor" para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nas premissas atuariais e ajustes aos planos de pensão, dentro dos limites do "corredor", na medida em que superarem 10% do valor justo dos ativos do plano ou 10% do valor presente da obrigação de benefícios definidos, são debitados ou creditados ao resultado sobre o período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo das vendas e dos serviços prestados, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, mas esta se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos anteriormente. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

A Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada, Fundação Sabesp de Seguridade Social - Sabesprev em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

(b) Contribuição definida

A Companhia participa de plano de pensão de contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem contratuais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo - TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro. As informações por segmento estão demonstradas na Nota 20.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é também moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2011

a) Novas normas e revisões

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação de emissões de direitos"	Alteração para permitir que direitos, opções ou garantias para adquirir um número fixo de instrumentos da própria entidade, por um valor fixo em qualquer moeda, sejam classificados como instrumentos patrimoniais, desde que a entidade ofereça os direitos, opções e garantia de maneira proporcional a todos os proprietários da mesma classe de seus instrumentos não-derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - "Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais"	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010
Alteração ao IFRS 1 - "Primeira Adoção do IFRS - Isenção Limitada a partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para Entidades que fazem a Adoção pela Primeira Vez"	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as provisões para a transição para as alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14 - "IAS 19 - Limite de Ativos de Benefício Definido" Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, em que há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em certas circunstâncias são reconhecidos como ativo e não como despesa.	1º de janeiro de 2011

continua...

b) Aprimoramentos aos IFRSs efetuados em 2010 para aplicação em 2011

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 1, "Primeira adoção das normas internacionais de contabilidade"	**(a) Mudanças na política contábil no ano da adoção** Esclarece que, se uma entidade que faz a adoção pela primeira vez muda suas políticas contábeis ou seu uso de isenção do IFRS 1 após ter publicado um relatório financeiro intermediário de acordo com o IAS 34, "Relatório financeiro intermediário", essa empresa deve explicar as mudanças e atualizar as reconciliações entre GAAP anterior e IFRS.	Aplicado prospectivamente.
	(b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost) Permite que as entidades que adotam pela primeira vez o IFRS utilizem o valor justo determinado por um evento específico como custo atribuído, mesmo se o evento ocorrer após a data de transição, mas antes de as primeiras demonstrações financeiras em IFRS serem emitidas. Quando essa remensuração ocorre após a data de transição para IFRS, mas durante o período abrangido por suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, qualquer ajuste subsequente àquele valor justo determinado pelo evento será reconhecido no patrimônio.	As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data de mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.
	(c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados As entidades sujeitas à regulamentação de tarifa podem usar os valores contábeis anteriores, de acordo com o GAAP anterior, do ativo imobilizado ou dos ativos intangíveis como custo atribuído em uma base item a item. É requerido que as entidades que usam essa isenção testem cada item para impairment de acordo com o IAS 36 na data de transição.	Aplicado prospectivamente.
IFRS 3 - "Combinações de negócios"	**(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado** Esclarece que as alterações ao IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações", IAS 32, "Instrumentos financeiros: Apresentação", e IAS 39, "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam a contraprestação contingente que surgiu da combinação de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisada em 2008).	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicada retroativamente.
	(b) Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito a seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente a partir da data em que a entidade aplica o IFRS 3.
	(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente.
IFRS 7, "Instrumentos financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.
IAS 1, "Apresentação das demonstrações financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.
IAS 27, "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das mudanças nas taxas de câmbio", IAS 28 - "Investimentos em coligadas" e IAS 31 - "Participações em joint ventures", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27 (R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.
IAS 34, "Apresentação de relatórios financeiros intermediários"	Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: - Circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; - transferência de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; - mudanças na classificação dos ativos financeiros; e - mudanças nos ativos e passivos contingentes.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.

(c) Exigências futuras

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2011.

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações" sobre transações de baixa no reconhecimento	Esta alteração promoverá a transparência na divulgação das transações de transferência e melhorará o entendimento do usuário sobre a exposição ao risco associado a transferências de ativos financeiros, bem como sobre o efeito desses riscos na posição financeira da entidade, particularmente daqueles envolvendo securitização de ativos financeiros. A aplicação antecipada, sujeita à aprovação da UE é permitida.	1º de julho de 2011
Alteração ao IFRS 1 - "Primeira Adoção", sobre remoção de datas fixas e hiperinflação	Incluem duas alterações ao IFRS 1, Primeira Adoção dos IFRS. A primeira substitui referências à data fixa de 1º de janeiro de 2004 pela data de transição ao IFRS, evitando assim que entidades que adotam pela primeira vez os IFRS tenham que reapresentar transações de baixa que ocorreram antes da data de transição. A segunda alteração fornece orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de relatórios financeiros de acordo com as normas internacionais após um período em que a entidade não pôde cumprir com as disposições do IFRS, porque a sua moeda funcional estava sujeita à hiperinflação severa.	1º de julho de 2011
Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre Renda" sobre tributos diferidos	Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda. No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda. Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado.	1º de janeiro de 2012
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes.	1º de julho de 2012
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Estas alterações eliminam a abordagem do corredor e calculam os custos financeiros com base na captação líquida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece os controles como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - "Acordos Conjuntos"	O IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e *joint ventures*. Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam seus ativos, passivos, receitas e despesas. *Joint ventures* existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de *joint ventures* não é mais permitida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades"	O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisado em 2011) - "Demonstrações Financeiras Separadas"	O IAS 27 (revisado em 2011) inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011) - "Associadas e Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)"	O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e associadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.
- IFRS 11 - "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.
- IFRS 12 - "Divulgação de participação em outras entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.
- IFRS 13 - "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. A Administração está avaliando os impactos destas mudanças para a Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 Gestão de Risco Financeiro

4.3.1 Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, notadamente pelas variações cambiais, taxas de inflação e taxas de juros, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos, ainda que possa contratar operações de câmbio futuro e financiamento em Reais para reduzir o risco cambial.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação ao dólar norte-americano e ao iene. Os passivos da SABESP em moeda estrangeira incluem empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, principalmente.

No caso de desvalorização do real em relação à moeda estrangeira na qual a dívida esteja denominada, a SABESP incorrerá em prejuízo monetário com relação a tal dívida.

Os riscos cambiais específicos da SABESP estão associados às exposições geradas por sua dívida de curto e longo prazos em moeda estrangeira.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" fazendo, no entanto, uma gestão ativa da dívida e buscando reduzir a exposição em moeda estrangeira em mercado de capitais, priorizando assunção de novas dívidas junto a organismos multilaterais e bancos e agências oficiais de governo estrangeiro, que se caracterizam pelo baixo custo e prazo longo, aproveitando, ademais, as janelas de oportunidades para trocar dívidas existentes de mercado de capitais por dívidas de menor custo.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, R$ 3.053,4 milhões e R$ 2.248,9 milhões, que correspondem a 36,4% e 27,2%, respectivamente, do endividamento da SABESP, eram denominados em moeda

continua...

estrangeira. O endividamento denominado em moeda estrangeira da SABESP consiste, principalmente, em dívidas contraídas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Como resultado, a SABESP está exposta a riscos cambiais que poderão gerar efeitos materiais adversos aos seus negócios.
A exposição da Companhia ao risco cambial do principal é a seguinte:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Moeda estrangeira	R$	Moeda estrangeira	R$
Empréstimos e financiamentos - US$	1.113.236	2.088.208	1.084.898	1.807.657
Empréstimos e financiamentos - Iene	39.456.912	959.198	21.316.000	436.978
Custas de captação	-	(13.656)	-	(10.801)
Juros e encargos	-	19.671	-	15.094
TOTAL	-	3.053.421	-	2.248.928

Em 31 de dezembro de 2011, caso o Real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10% em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro depois dos impostos e no patrimônio líquido para o exercício teria sido de R$ 201.129 (dezembro/2010 - R$ 148.146), a mais ou menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

Simulação de valorização/ desvalorização do real em 10%	2011	2010
Empréstimos em moeda estrangeira	3.047.406	2.244.635
Variação do Dólar/ Iene	10%	10%
Valorização ou desvalorização do real	304.741	224.464
Alíquota do imposto de renda/ contribuição social	34%	34%
Imposto de renda/ contribuição social	103.612	76.318
Valorização ou desvalorização do real líquida de impostos	201.129	148.146

Risco de taxa de juros
Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, R$ 2.364,1 milhões ou 28,1% e R$ 2.529,4 milhões ou 30,6%, do endividamento financeiro da SABESP eram denominadas em reais e baseadas na variação da Unidade Padrão de Referência - UPR, que consiste na Taxa Referencial - TR. Ainda, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, R$ 1.882,3 milhões ou 22,3% e R$ 2.009,4 milhões ou 24,4%, do endividamento financeiro da SABESP eram denominadas em reais e baseadas na variação do Taxa DI.
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, R$ 1.152,1 milhões e R$ 996,1 milhões, respectivamente, do endividamento financeiro denominados em Dólares norte-americanos da SABESP eram baseadas na variação das taxas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, calculadas com base nos custos de imobilização destas organizações.
Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a SABESP não possuía nenhum instrumento financeiro de proteção contra as taxas de juros Unidade Padrão de Referência - UPR, Taxa DI ou pelas praticadas pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, porém a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. A SABESP é legalmente obrigada a investir o saldo do fluxo de caixa em instituição financeira controlada pelo Governo Federal.
A SABESP aloca o excedente de caixa, cujos saldos em disponibilidades correspondiam a R$ 2.031,1 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R$ 1.853,2 milhões em 31 de dezembro de 2010, principalmente em operações de curto prazo. Como resultado, a exposição da SABESP às taxas de juros praticadas no Brasil é parcialmente limitada pelo ganho de investimentos de curto prazo da SABESP, que normalmente pagam remuneração com base na variação da Taxa DI.
A Companhia manteve aproximadamente 28% de seus empréstimos em moeda nacional e estrangeira com pagamento em taxa de juros fixa. Durante 2011 e 2010, os empréstimos às taxas variáveis eram mantidos em reais, em dólares e em ienes.
A tabela abaixo mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
UPR(i)	2.364.126	2.529.398
CDI(ii)	1.882.341	2.009.391
IGP-M(iii)	-	493.869
TJLP(iv)	886.138	703.710
IPCA(v)	187.697	223.996
Fixa	49.609	-
Total de empréstimos e financiamentos em moeda local	5.369.911	5.960.364

(i) UPR - Unidade Padrão de Referência
(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário
(iii) IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
(iv) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo
(v) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos e financiamentos, nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.
Em 31 de dezembro de 2011, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 1% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro depois dos impostos teria sido de R$ 35.114 (dezembro/2010 - R$ 39.338) a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente exclusivamente junto ao Banco do Brasil (rating AA+(bra)). Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.
A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e contas a receber de clientes na data do balanço. Notas 4.3 (e), 6, 8, 9 e 10.

(c) Risco de liquidez
A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.
O excesso de caixa mantido pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.
A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	Consolidado				
	2012	2013	2014/ 2015/2016	2017 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Empréstimos e financiamentos	2.115.837	1.689.526	3.008.577	5.162.889	11.976.829
Empreiteiros e fornecedores	255.557	-	-	-	255.557
Serviços a pagar	383.116	-	-	-	383.116
Em 31 de dezembro de 2010					
Empréstimos e financiamentos	1.744.324	2.071.161	3.834.599	4.880.026	12.530.110
Empreiteiros e fornecedores	144.043	-	-	-	144.043
Serviços a pagar	295.172	-	-	-	295.172

Não há ativos ou passivos financeiros classificados como outros ativos e passivos.

(d) Análise de sensibilidade
A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos à uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).
Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

	31/12/2011			
Instrumentos Financeiros	Risco	Cenário I R$	Cenário II R$	Cenário III R$
Passivo Financeiro				
Empréstimos e Financiamentos				
Banco do Brasil, CEF (i)	Alta da TR	1.746.424	2.024.832	2.385.658
Debêntures(ii)	Alta da TJLP	326.806	362.493	404.856
Debêntures (ii)	Alta do CDI	1.897.259	2.238.530	2.297.422
Debêntures(ii)	Alta do IPCA	184.939	194.376	204.648
Debêntures (ii)	Alta da TR	371.690	412.091	460.249
BID, BIRD E EUROBONUS (iii)	Alta do US$	2.238.998	2.309.419	2.379.841
JICA(iv)	Alta do Iene	1.051.366	1.314.208	1.577.049

(i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&F. Para os cenários II e III foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto;
(ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de dezembro de 2011 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional. Para os cenários II e III foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de desconto. Para as debêntures indexadas ao DI foi realizada a análise de sensibilidade a partir do aumento em 25% e 50% da curva DI de mercado;
(iii) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio;
(iv) Os contratos com o JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011. Para os cenários II e III foram considerados os aumentos de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de câmbio.

(e) Qualidade dos créditos dos ativos financeiros
A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou sujeitos à provisão para deterioração pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
brAAA	38.058	27.673
brAA+	2.102.304	1.945.697
Outros (*)	1.717	14.634
	2.142.079	1.988.004

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de *rating* utilizadas pela Companhia.
Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S.A.	AA+(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Caixa Econômica Federal	AA+ (bra)	Aaa.br	-
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	brAAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)	Aaa.br	AAAbr

4.4 Gestão de capital
Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Total de empréstimos e financiamentos	8.423.332	8.209.292
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(2.142.079)	(1.988.004)
Dívida líquida	6.281.253	6.221.288
Total do capital próprio	10.545.896	9.681.800
Capital total	16.827.149	15.903.088
Índice de alavancagem	37%	39%

Em 31 de dezembro de 2011 o índice de alavancagem da Companhia diminui para 37%, comparado com 39% em 31 de dezembro de 2010, devido ao aumento nas aplicações financeiras.
O capital não é administrado ao nível do Consolidado, somente ao nível da Controladora, uma vez que as investidas não apresentam saldos relevantes.

4.5 Estimativa do valor justo
Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment),* esteja próxima de seus valores justos.
A mensuração do valor justo foi de acordo com a seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja direta, como preços ou indiretamente, derivados dos preços (nível 2).
- Inserções para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (nível 3).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado usado para os ativos financeiros é o preço atual de licitação. Esses instrumentos estão incluídos no nível 1.
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, depósitos a prazo e certificados de depósitos bancários) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados de mercado observáveis onde disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.
Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados de mercado observáveis, o instrumento estará incluído no nível 3.
Técnicas de avaliação específica utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:
- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

O único instrumento financeiro avaliado a valor justo mantido pela Companhia é representado por investimentos de curto prazo em certificados de depósitos bancários (CDB), classificados como equivalente de caixa, nos montantes de R$ 2.027.285 e R$ 1.852.588 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (controladora) e de R$ 2.031.122 e R$ 1.853.177 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (consolidado), respectivamente. Estes investimentos são ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, mensurados conforme nível 2.

4.6 Instrumentos financeiros
A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos como descrito abaixo.
Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.142.079	2.142.079	1.988.004	1.988.004
Caixa restrito	99.729	99.729	302.570	302.570
Contas a receber de clientes, líquido	1.405.728	1.405.728	1.323.886	1.323.886
Saldos com partes relacionadas, líquido	355.621	355.621	368.848	368.848
Depósitos judiciais	54.178	54.178	43.543	43.543
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.423.332	8.368.632	8.209.292	9.644.938
Empreiteiros e fornecedores	244.658	244.658	142.634	142.634

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2.149.989	2.149.989	1.989.179	1.989.179
Caixa restrito	99.729	99.729	302.570	302.570
Contas a receber de clientes, líquido	1.406.372	1.406.372	1.324.157	1.324.157
Saldos com partes relacionadas, líquido	355.621	355.621	368.848	368.848
Depósitos judiciais	54.178	54.178	43.543	43.543
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	8.596.295	8.500.515	8.264.615	9.698.547
Empreiteiros e fornecedores	255.557	255.557	144.043	144.043

Empréstimos e Financiamentos
Em conformidade com as práticas contábeis relativas aos instrumentos financeiros, seguem abaixo demonstrados os valores de mercado dos fluxos de caixa projetados, trazidos a valor de mercado, dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

	Controladora			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos Bancários (i)	1.856.471	1.746.424	2.666.495	2.812.635
Debêntures (ii)	2.962.290	2.780.694	2.771.562	3.372.377
BNDES (iii)	496.823	496.823	509.572	509.572
Outros (iv)	4.718	4.718	12.735	12.735
Moeda estrangeira (v)	3.053.421	3.290.364	2.248.928	2.937.619
Arrendamento Mercantil (vi)	49.609	49.609	-	-
	8.423.332	8.368.632	8.209.292	9.644.938

	Consolidado			
	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos Bancários (i)	1.866.936	1.756.889	2.721.818	2.866.244
Debêntures (ii)	3.124.159	2.901.483	2.771.562	3.372.377
BNDES (iii)	496.823	496.823	509.572	509.572
Outros (iv)	5.347	5.347	12.735	12.735
Moeda estrangeira (v)	3.053.421	3.290.364	2.248.928	2.937.619
Arrendamento Mercantil (vi)	49.609	49.609	-	-
	8.596.295	8.500.515	8.264.615	9.698.547

continua...

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

(i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas a taxas foram obtidas da BM&F.

(ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, tendo como base a data de 31 de dezembro de 2011 e os títulos da Companhia negociados no mercado nacional.

(iii) Financiamentos - BNDES, são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia optou por divulgar como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2011.

(iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&F Bovespa.

(v) Os contratos com o BID, BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os contratos de Eurobonus foram precificados a valor de mercado pela cotação de mercado divulgada pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011. Os contratos com o JICA, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011.

(vi) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizados até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2011.

5 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes, e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, onde não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A definição da vida útil dos ativos intangíveis também requer um significante nível de premissas e estimativas, e o uso de diferentes premissas e estimativas e mudanças futuras podem afetar a vida útil desses ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

(c) *Impairment* de ativos de longa duração

A Companhia revisa anualmente os ativos de longa duração, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os intangíveis resultantes de contratos de concessão relacionados aos sistemas de água e esgoto.

A avaliação do impairment dos ativos de longa duração exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, e a vida útil remanescente dos ativos e/ou prazo de duração do Contrato de Concessão, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

(d) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, civeis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. A Companhia constitui provisão para contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros, cujos resultados podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 16.

(e) Obrigações Previdenciárias - Planos de Pensão

A Companhia tem planos de benefício definido e, também de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera, para a Companhia, obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar aos empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no período corrente e anterior. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Os planos de benefício definido, em geral, estabelecem o valor do benefício que o empregado receberá em sua aposentadoria, e normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A Companhia utiliza o método do "corredor" para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Dessa forma, esses ganhos e as perdas, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos	114.794	135.416
Equivalentes de caixa	2.027.285	1.852.588
	2.142.079	1.988.004

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos	118.867	136.002
Equivalentes de caixa	2.031.122	1.853.177
	2.149.989	1.989.179

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, depositados em instituições financeiras controladas pelo Governo do Estado de São Paulo, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em dezembro de 2011 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100,19% do CDI (dezembro/2010 - 99,2%).

7 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registrava caixa restrito, no ativo circulante, no valor de R$ 99.729, sendo o montante de R$ 8.280 referente a caução BNDES e o montante de R$ 90.984 referente a arrecadação proveniente da prestação de serviços a entidades ligadas à Prefeitura do Município de São Paulo, líquidos de impostos. Esses recursos devem ser reinvestidos no sistema de água e esgoto da cidade de São Paulo.

8 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	885.203	827.990
Acordos (iii)	249.929	250.300
	1.135.132	1.078.290
Entidades governamentais:		
Municipais	578.463	556.212
Federais	2.517	2.645
Acordos (iii)	182.381	170.892
	763.361	729.749
Por atacado - Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	513.218	462.221
Mauá	244.204	220.228
Mogi das Cruzes	14.864	18.818
Santo André	547.764	489.486
São Caetano do Sul	1.955	3.537
Diadema	164.337	149.155
Total por atacado - Prefeituras Municipais	1.486.342	1.343.445
Fornecimento a faturar	457.321	391.822
Subtotal	3.842.156	3.543.306
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.436.428)	(2.219.420)
Total	1.405.728	1.323.886
Circulante	1.072.015	971.047
Não circulante (v)	333.713	352.839
	1.405.728	1.323.886

O saldo consolidado totaliza o montante de R$ 1.406.372 (dezembro/2010 - R$ 1.324.157), sendo a diferença de R$ 644 (dezembro/2010 - R$ 271), em relação ao saldo da controladora, referente ao contas a receber de clientes das investidas.

(i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas.

(ii) Rol especial - grandes consumidores, comércios, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).

(iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros.

(iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP e não pagam os valores em litígio. Esses valores não estão reconhecidos como receita operacional, em razão da incerteza que envolve o recebimento dos mesmos.

Os valores vencidos estão substancialmente incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa e estão classificados no não circulante, conforme movimentação abaixo:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	1.343.445	1.182.744
Faturamento por serviços prestados	340.068	353.546
Recebimentos - serviços do exercício corrente	(167.024)	(183.882)
Recebimentos - serviços de exercícios anteriores	(30.147)	(8.963)
Saldo no final do exercício	1.486.342	1.343.445
Circulante	26.485	38.665
Não circulante	1.459.857	1.304.780

(v) A parcela do não circulante consiste de contas a receber vencidas e renegociadas com os clientes e valores vencidos de fornecimento por atacado a prefeituras municipais, e está registrada líquida da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Sumário de contas a receber de clientes por vencimento

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valores a vencer	1.129.337	1.086.073
Vencidos:		
Até 30 dias	184.958	150.358
Entre 31 e 60 dias	79.720	67.539
Entre 61 e 90 dias	50.020	45.153
Entre 91 e 120 dias	39.686	39.084
Entre 121 e 180 dias	70.037	73.300
Entre 181 e 360 dias	137.039	119.967
Acima de 360 dias	2.151.359	1.961.832
Total vencidos	2.712.819	2.457.233
Total	3.842.156	3.543.306

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2011	2010
Saldo anterior	2.219.420	1.854.231
De particular/entidades públicas	47.679	200.321
De fornecimento por atacado	169.329	164.868
Adições no exercício	217.008	365.189
Saldo	2.436.428	2.219.420
Circulante	1.132.638	1.075.939
Não circulante	1.303.790	1.143.481

A Companhia contabilizou perdas prováveis de créditos no contas a receber no exercício de 2011 no montante de R$ 120.260 (dezembro/2010 - R$ 232.505) sendo R$ 77.905 (líquido de recuperações) baixado do contas a receber (dezembro/2010 - R$ 37.505) à rubrica "Despesas com vendas".

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

9 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio e receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	116.441	96.004
Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	41.360	21.360
Provisão para perdas (v)	(12.389)	(12.389)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - acordo Gesp (ii) e (vi)	31.887	28.203
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos - fluxo mensal (ii) e (vi)	8.034	4.594
Total do circulante	185.333	137.772
Não circulante:		
Serviços de água e esgoto - Acordo GESP (iii), (iv) e (v)	-	52.228
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos - Acordo GESP (ii) e (vi)	170.288	178.848
Total do não circulante	170.288	231.076
Total de recebíveis do acionista	355.621	368.848
Prestação de serviços de água e esgoto	145.412	157.203
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão	210.209	211.645
Total	355.621	368.848
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	153.368	179.319

	2011	2010
Receita bruta de vendas e serviços prestados		
Venda de água	216.933	204.595
Serviços de esgoto	188.059	178.935
Recebimentos de partes relacionadas	(425.129)	(401.626)
Receitas financeiras	271.847	137.613

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo Gesp dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, 2.492 e 2.554 aposentados, respectivamente, receberam complementos de aposentadoria, sendo que nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia pagou R$ 124.421 e R$ 118.408, respectivamente. Havia 14 empregados ativos em 31 de dezembro de 2011 que farão jus a esses benefícios por ocasião de sua aposentadoria, em comparação aos 32 em 31 de dezembro de 2010.

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças ("Acordo GESP"), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto quanto aos Benefícios.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiaí, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova ("Reservatórios"), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios lhe seriam transferidos pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questionou a validade jurídica desse acordo, cujo argumento principal é a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável, caso não se obtenha a aludida autorização legislativa, o que impediria a transferência dos respectivos reservatórios como amortização parcial do saldo a receber.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R$133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. O valor das parcelas é atualizado monetariamente de acordo com a variação do IPCA-IBGE, acrescida de juros simples de 0,5% ao mês.

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água - PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgoto de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro

continua...

de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver item (iii) acima) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. A quitação definitiva apenas ocorrerá com a efetiva transferência de propriedade no competente cartório de registro de imóveis. O saldo devedor restante de R$218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA/FIPE acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

A SABESP e o Governo do Estado de São Paulo estão trabalhando em conjunto para obter autorização legislativa a fim de viabilizar a transferência dos Reservatórios à SABESP, superando assim a incerteza jurídica causada pela ação Civil Pública que contesta a ausência de legislação específica para a transferência de propriedade dos reservatórios.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao valor controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 04 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como valor controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações visando recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da Bovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 09 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4819/58, o que permitirá equacionar, em definitivo, o aludido valor controverso em discussão entre a Companhia e do GESP. A despeito da ação judicial, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R$ 1.290.663 e R$ 1.230.064, respectivamente, incluindo o valor de R$ 696.283 referentes à transferência dos reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R$ 1.512.078 e R$ 1.316.706, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 17.

(b) Acordos para utilização de Reservatórios

A Companhia utiliza em suas operações os reservatórios de Guarapiranga e Billings, de propriedade de outra companhia controlada pelo Governo do Estado. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes. A Companhia não paga qualquer taxa pela utilização desses reservatórios, mas é responsável por sua manutenção e seus custos operacionais.

(c) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de água (PURA).

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos prevêem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(d) Garantias

O Governo do Estado concede garantias para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a elas relacionadas.

(e) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de funcionários com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, onde os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2011, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP à outras entidades estaduais somaram R$ 10.888 (dezembro/2010 - R$ 5.640). Em 31 de dezembro de 2011 não houve gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP (dezembro/2010 - R$ 264).

(f) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a SABESP possuía em aberto o montante de R$ 12.062 e R$ 11.395 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo. Dentre eles destacamos os serviços de fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, representando 86% do montante em 2011.

(g) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R$ 21.531 (dezembro/2010 - R$ 25.371) relativos, principalmente, a terrenos cedidos em comodato às Associações, Entidades Assistenciais, Organizações não Governamentais e ao DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica, entre outros. Os terrenos cedidos ao DAEE somam R$ 2.289.

(h) Banco do Brasil

A Companhia promoveu Ação Declaratória Cumulada Com Pedido Condenatório em face da Fazenda do Estado de São Paulo pleiteando compensação financeira pela alienação dos direitos de exclusividade na prestação de serviços bancários às entidades da administração direta e indireta em favor do Banco Nossa Caixa e posteriormente do Banco do Brasil, exigindo um percentual sobre os valores que o Estado de São Paulo recebeu de cada uma das instituições financeiras.

Em 28 de junho de 2011 foi assinado o Termo de Quitação entre a Companhia e o Estado de São Paulo, no qual a Companhia recebeu o montante de R$ 63.366 mediante abatimento, a título de compensação de crédito detido pelo Estado, correspondente aos juros sobre capital próprio do exercício de 2010.

(i) SABESPREV

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - ("SABESPREV"). O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2011 é de R$ 538.619 (dezembro/2010 - R$ 487.332).

(j) Remuneração da Administração

Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia e está sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração corresponde a 30% da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada recebem:

Bônus:

Para fins de remuneração dos administradores das companhias em que o Estado é o acionista controlador, como política motivacional, desde que a companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela companhia, prevalecendo o que for menor.

Gratificação anual:

Equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pago apenas aos Diretores Estatutários - vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias e pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Os gastos relacionados a remuneração dos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de R$ 2.614 e R$ 2.601 para os exercícios de 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente, e refere-se a benefícios de curto prazo. Uma quantia adicional de R$ 1.069, referente ao programa de bônus, foi registrado no período de janeiro a dezembro de 2011 (dezembro/2010 - R$ 845).

10 Indenizações a Receber

Indenizações a receber é um ativo não-circulante representando valores a receber do município de Diadema, como indenização pela retirada unilateral da concessão de serviço de água e esgoto da Companhia em 1995. Em 31 de dezembro de 2011, esse ativo importava em R$ 60.295. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de indenizações a receber era de R$ 146.213, que representavam os municípios de Diadema no valor de R$ 60.295 e Mauá no valor de R$ 85.918.

A Companhia investiu na construção de sistemas de água e esgoto nos municípios de Diadema e Mauá para atender aos seus compromissos de serviço de concessão. Pela rescisão unilateral das concessões de Diadema e Mauá, os municípios assumiram a responsabilidade de fornecer serviços de água e esgoto naquelas áreas. Naquele momento, a Companhia reclassificou os saldos do imobilizado relacionados aos ativos utilizados naqueles municípios para o ativo não-circulante (indenizações a receber).

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Diadema, reclassificados em dezembro de 1996 foi de R$ 75.231, e o saldo de indenizações a receber do município é de R$ 60.295 em 31 de dezembro de 2011.

A SABESP deu início a demandas judiciais para cobrar os valores devidos pelos municípios. Com relação a Diadema, iniciada a execução de acordo celebrado com a Prefeitura de Diadema e a Companhia de Saneamento de Diadema - Saned para o pagamento da indenização, o juiz de primeira instância acolheu os embargos da Prefeitura e extinguiu a execução. A SABESP interpôs apelação contra essa sentença, e em dezembro de 2005 foi dado parcial provimento ao recurso para declarar a validade do acordo e determinar que os embargos à execução fossem novamente julgados em primeiro grau. Em dezembro de 2007 foi proferida decisão judicial deferindo o prosseguimento da execução em face da Saned e mandando intimar essa companhia para que pagasse o valor integral do débito, em 15 dias, sob pena de multa. Foi deferida a realização de penhora de dinheiro em contas e aplicações financeiras da Saned (penhora on line) em até 10% do valor atualizado do débito, sendo bloqueados e levantados R$ 2.919 em 3 de março de 2009. Posteriormente, o Tribunal de Justiça determinou que a penhora fosse feita mediante depósito semanal pela Saned do valor correspondente a 20% de tudo o que receber em suas contas e aplicações financeiras. A Saned interpôs recursos especial e extraordinário contra essa decisão. O recurso extraordinário foi inadmitido e o especial foi sobrestado, ensejando a interposição de agravo de instrumento ao Supremo Tribunal Federal.

Com relação à Prefeitura de Diadema, foi proferida nova sentença nos embargos à execução, em outubro de 2009, reconhecendo a existência e exigibilidade do débito, e afirmando que a execução contra o Município deve ser feita mediante precatório (e não por penhora). A SABESP e a Prefeitura recorreram dessa sentença. A SABESP obteve em setembro de 2011 decisão favorável do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, afirmando ser constitucional a lei municipal que possibilitou o bloqueio dos repasses de ICMS.

Em 29 de dezembro de 2008, a Saned e o município de Diadema celebraram com o Estado de São Paulo e a SABESP, um Protocolo de Intenção com o objetivo de elaborar estudos e conduzir negociações para instruir decisões de Diadema e da SABESP, visando à prestação exclusiva de serviços de água e esgoto no município de Diadema.

As partes concordam que a busca de uma solução negociada para os conflitos hoje existentes entre as empresas é imprescindível para que o serviço público de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos tenha seu adequado desenvolvimento em Diadema.

Em janeiro de 2009 as partes apresentaram petição conjunta requerendo a suspensão das novas penhoras, pelo prazo de três meses, para tentar viabilizar um acordo. A suspensão foi deferida pelo Juízo da Fazenda Pública e sucessivamente renovada, tendo a última renovação ocorrida em novembro de 2011, em face das tratativas de acordo.

O valor residual dos bens do ativo imobilizado relacionados ao município de Mauá, reclassificados em dezembro de 1999, foi de R$ 103.763, e o saldo de indenizações a receber do município era de R$ 85.918 em 31 de dezembro de 2010. As decisões judiciais têm sido favoráveis a Companhia e o recebimento dos valores devidos pelo município, deverão ocorrer na forma de precatórios, os quais serão reconhecidos quando do efetivo recebimento, tendo em vista as incertezas relacionadas a quitação dos montantes envolvidos. Por esse motivo, em dezembro de 2011, foi registrada a provisão contábil correspondente ao valor total do crédito detido pela Companhia, sendo que as demandas judiciais continuam em andamento.

Ainda com relação à Mauá, foi proferida decisão em primeira instância determinando que o Município pague o valor de R$ 153,2 milhões como compensação pelos investimentos efetuados no município pela SABESP e pelos lucros cessantes. A Prefeitura de Mauá recorreu dessa sentença. Em agosto de 2008 o recurso foi julgado, tendo sido integralmente mantida a condenação imposta na primeira instância. A Prefeitura de Mauá interpôs recursos especial e extraordinário contra a decisão. Ambos os recursos foram inadmitidos pelo Tribunal de Justiça, ensejando a interposição de agravos de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Em embargos de declaração contra a decisão que decretara a inadmissibilidade do recurso especial, o Superior Tribunal de Justiça acolheu parcialmente o recurso apenas para o fim de reduzir os honorários advocatícios de sucumbência. Após, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a inadmissibilidade do recurso extraordinário, em decisão já transitada em julgado.

Baseada no parecer da assessoria jurídica, a Administração continua a afirmar que a Companhia possui direito legal a receber os valores correspondentes à indenização e continua a monitorar a situação dos processos legais.

11 Intangível

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.388.176	(2.848.783)	11.539.393	13.974.819	(3.242.262)	10.732.557
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	762.987	(223.693)	539.294	706.423	(189.145)	517.278
Contratos de programa (iii)	1.120.104	(49.324)	1.070.780	900.686	(36.302)	864.384
Contratos de programa - compromissos (iv)	473.327	(38.341)	434.986	333.942	(22.666)	311.276
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	7.039.763	(517.288)	6.522.475	6.196.699	(99.837)	6.096.862
Novos negócios (vi)	21.400	(4.923)	16.477	12.129	(901)	11.228
Licença de uso de software	52.743	(50.427)	2.316	49.458	(41.521)	7.937
Total	23.858.500	(3.732.779)	20.125.721	22.174.156	(3.632.634)	18.541.522

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão valor patrimonial (i)	14.404.168	(2.848.829)	11.555.339	13.980.141	(3.242.270)	10.737.871
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	762.987	(223.693)	539.294	706.423	(189.145)	517.278
Contratos de programa (iii)	1.120.104	(49.324)	1.070.780	900.686	(36.302)	864.384
Contratos de programa - compromissos (iv)	473.327	(38.341)	434.986	333.942	(22.666)	311.276
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	7.039.763	(517.288)	6.522.475	6.196.699	(99.837)	6.096.862
Novos negócios (vi)	21.400	(4.923)	16.477	12.129	(901)	11.228
Licença de uso de software	52.755	(50.429)	2.326	49.458	(41.521)	7.937
Total	23.874.504	(3.732.827)	20.141.677	22.179.478	(3.632.642)	18.546.836

A movimentação no intangível é como segue:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2009	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2010
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	15.369.960	1.764.580	(6.019.568)	(15.857)	(366.558)	10.732.557
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	504.145	37.122	-	-	(23.989)	517.278
Contratos de programa (iii)	772.789	106.125	-	-	(14.530)	864.384
Contratos de programa - compromissos (iv)	258.803	62.748	-	-	(10.275)	311.276
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	-	177.131	6.019.568	-	(99.837)	6.096.862
Novos negócios (vi)	-	12.129	-	-	(901)	11.228
Licença de Software	9.565	6.779	-	-	(8.407)	7.937
Total	16.915.262	2.166.614	-	(15.857)	(524.497)	18.541.522

	Controladora					
	31 de dezembro de 2010	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	10.732.557	1.114.666	(63.487)	(16.228)	(228.115)	11.539.393
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	517.278	2.167	57.718	(2.780)	(35.089)	539.294
Contratos de programa (iii)	864.384	225.510	(31)	(3.810)	(15.273)	1.070.780
Contratos de programa - compromissos (iv)	311.276	139.385	-	-	(15.675)	434.986
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	6.096.862	930.959	(36.234)	(32.383)	(436.729)	6.522.475
Novos negócios (vi)	11.228	9.271	-	-	(4.022)	16.477
Licença de Software	7.937	3.285	-	-	(8.906)	2.316
Total	18.541.522	2.425.243	(42.034)	(55.201)	(743.809)	20.125.721

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2009	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2010
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	15.372.115	1.767.747	(6.019.568)	(15.857)	(366.566)	10.737.871
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	504.145	37.122	-	-	(23.989)	517.278
Contratos de programa (iii)	772.789	106.125	-	-	(14.530)	864.384
Contratos de programa - compromissos (iv)	258.803	62.748	-	-	(10.275)	311.276
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	-	177.131	6.019.568	-	(99.837)	6.096.862
Novos negócios (vi)	-	12.129	-	-	(901)	11.228
Licença de Software	9.565	6.779	-	-	(8.407)	7.937
Total	16.917.417	2.169.781	-	(15.857)	(524.505)	18.546.836

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2010	Adições	Reclassificação	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2011
Intangíveis decorrentes de:						
Contrato de concessão valor patrimonial (i)	10.737.871	1.125.335	(63.487)	(16.228)	(228.152)	11.555.339
Contratos de concessão - valor econômico (ii)	517.278	2.167	57.718	(2.780)	(35.089)	539.294
Contratos de programa (iii)	864.384	225.510	(31)	(3.810)	(15.273)	1.070.780
Contratos de programa - compromissos (iv)	311.276	139.385	-	-	(15.675)	434.986
Contrato de prestação de serviços - São Paulo (v)	6.096.862	930.959	(36.234)	(32.383)	(436.729)	6.522.475
Novos negócios (vi)	11.228	9.271	-	-	(4.022)	16.477
Licença de Software	7.937	3.297	-	-	(8.908)	2.326
Total	18.546.836	2.435.924	(42.034)	(55.201)	(743.848)	20.141.677

- Reclassificações do intangível

As reclassificações no montante de R$ 42.034, foram para a conta "Propriedade para investimentos".

Segue abaixo o custo e a receita de construção reconhecidos sobre os contratos de concessão/programa no período dos respectivos anos:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	1.028.115	1.052.956	2.081.071
Reconhecimento da receita de construção	1.051.419	1.079.256	2.130.675

continua...

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2011		
	Água	Esgoto	Total
Custo de construção incorrido	1.044.122	1.142.198	2.186.320
Reconhecimento da receita de construção	1.066.524	1.168.254	2.234.778

Não existem ativos e passivos contingentes relativos aos contratos de construção em andamento.

Investimentos contratados

Os desembolsos estimados relativos a investimentos são de aproximadamente R$ 2.274 milhões para os exercícios de 2012 à 2015 (não auditado).

Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8(a)). Os contratos prevêem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia operava em 363 municípios no Estado de São Paulo. Na maior parte desses municípios o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão - valor patrimonial

Os contratos de concessão prevêem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao final do período, pelo valor residual ou valor de mercado, de acordo com os termos de cada contrato. A amortização é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão - valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas à novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

Amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se a renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é o fornecimento de água, esgoto e serviço sanitário público. Os ativos adquiridos ou construídos são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório, Lei 11.445 de 2007, as renovações ocorreram por meio de contratos de programa. Em alguns deles a Companhia assumiu compromissos de participar financeiramente de ações de saneamento sócio-ambientais, e estão sendo amortizados pela vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na conta "Outras Obrigações" no passivo circulante (no montante de R$ 62.287 e R$ 83.084 em 31 de dezembro de 2011 e 2010) e não circulante (no montante de R$ 130.978 e R$ 66.856 em 31 de dezembro de 2011 e 2010).

(v) Contratos de prestação de serviços - São Paulo

Em 14 de novembro de 2007, a Companhia e o Município de São Paulo (as Partes) assinaram um Convênio que visa estabelecer condições para garantir a estabilidade na prestação de serviços públicos de saneamento básico e ambiental no Município de São Paulo, cujos principais pontos são:

(a) as Partes assumiram o compromisso de estabelecer ações de saneamento básico e ambiental, complementares às ações do Município de São Paulo, investindo na implantação e continuidade de programas, tais como: Programa Córrego Limpo e Programa de Uso Racional da Água - PURA, cujo objetivo é garantir a redução do consumo de água nas unidades públicas, assegurando o abastecimento de água e a qualidade de vida da população;

(b) a partir de 14 de novembro de 2007, data de celebração do Convênio, a totalidade dos valores pagos pelo Município de São Paulo à SABESP, referentes aos órgãos da Administração direta, autarquias e fundações, descontados os tributos incidentes, será destinada à realização de ações em saneamento básico e ambiental no Município; e

(c) O Município assume o compromisso de retomar o pagamento das contas e faturas de consumo corrente emitidas pela SABESP, a partir de 14 de novembro de 2007, data da assinatura deste Convênio.

O Convênio permanece vigente, mas a arrecadação citada no item (b) deixou de ser direcionada à conta especifica para a destinação às ações de saneamento básico e ambiental no Município. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2011, referente aos valores arrecadados e ainda não destinados, era de R$ 86.956 (dezembro/2010 - R$ 80.379).

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou um Contrato com o Estado e o Município de São Paulo de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Em 23 de junho de 2010, foi assinado Contrato pelo Estado, pelo Município e pela Companhia, assim como do Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo ("ARSESP"), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de se remunerar por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Municipio de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da Sabesp, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e
8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa aproximadamente 55,1% da receita total da Companhia, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendencias financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas.

(vi) Novos negócios

Foi assinado em agosto de 2009 com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas, contrato de prestação de serviços técnicos especializados para implantar programa de redução de perdas e evasão de receitas do município de Maceió, no prazo de 60 meses. A prestação de serviços foi iniciada em 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor registrado na rubrica "Novos negócios" era de R$ 16.477 (dezembro/2010 - R$ 11.228) onde o valor registrado para CASAL em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 15.664 (dezembro de 2010 – R$ 11.228).

(a) Baixas dos bens adjacentes do ativo intangível

A Companhia baixou, no exercício de 2011, bens adjacentes dos ativos intangíveis no valor de R$ 55.202 (dezembro/2010 - R$ 15.857) motivados por obsolescência, furtos, alienação e obras desativadas, poços improdutivos e projetos economicamente inviáveis.

(b) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2011, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R$ 261.886 (dezembro/2010 - R$ 228.899), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(c) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2011 a margem apurada foi de 2,3% (2,6% em 2010). O valor da margem de construção para o ano de 2011 e de 2010 foi de R$ 48.458 e R$ 49.603, respectivamente.

(d) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações ou instituição de servidão de passagem em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os bens objeto dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2011, o total referente às desapropriações foi de R$ 12.167 (dezembro/2010 - R$ 10.779).

(e) Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia mantinha ativos no valor de R$ 249.034 dados em garantia ao Pedido de Parcelamento Especial - Paes (Nota 14).

(f) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP e a CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, sociedade de propósito especifico formada pelas empresas Galvão Engenharia S.A. e Companhia Águas do Brasil - CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de Serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado à PPP, é de R$ 474.818 e R$ 353.468, respectivamente.

(g) Impairment

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foi registrado provisões de impairment.

(h) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R$ 5,7 bilhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2011 (R$ 5,3 bilhões em 31 de dezembro de 2010).

12 Imobilizado

	Controladora					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	109.303	-	109.303	119.567	-	119.567
Edificações	39.574	(30.142)	9.432	41.014	(28.983)	12.031
Equipamentos	160.833	(100.616)	60.217	162.270	(90.804)	71.466
Equipamentos de transporte	21.023	(19.532)	1.491	20.025	(18.364)	1.661
Móveis, utensílios	27.690	(27.593)	97	26.831	(26.378)	453
Outros	2.758	(1.713)	1.045	2.590	(1.384)	1.206
	361.181	(179.596)	181.585	372.297	(165.913)	206.384

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	109.303	-	109.303	119.567	-	119.567
Edificações	39.574	(30.142)	9.432	41.014	(28.983)	12.031
Equipamentos	160.915	(100.626)	60.289	162.270	(90.804)	71.466
Equipamentos de transporte	21.071	(19.549)	1.522	20.025	(18.364)	1.661
Móveis, utensílios	27.810	(27.601)	209	26.831	(26.378)	453
Outros	2.758	(1.713)	1.045	2.590	(1.384)	1.206
Obras em andamento	174.668	-	174.668	43.222	-	43.222
	536.099	(179.631)	356.468	415.519	(165.913)	249.606

A movimentação do imobilizado é a seguinte:

	Controladora				
	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2010
Terrenos	119.885	-	(318)	-	119.567
Edificações	15.555	-	(210)	(3.314)	12.031
Equipamentos	45.550	41.251	-	(15.335)	71.466
Equipamentos de transporte	1.504	1.831	-	(1.674)	1.661
Móveis, utensílios	6.354	1.079	-	(6.980)	453
Outros	1.582	-	-	(376)	1.206
	190.430	44.161	(528)	(27.679)	206.384

	Controladora					
	31 de dezembro de 2010	Adições	Reclassi-ficação	Baixas e alienações	Depre-ciação	31 de dezembro de 2011
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.858	-	(1.333)	(19.774)	60.217
Equipamentos de transporte	1.661	1.002	-	(4)	(1.168)	1.491
Móveis, utensílios	453	961	-	(7)	(1.310)	97
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
	206.384	11.995	(10.551)	(1.347)	(24.896)	181.585

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2010
Terrenos	119.885	-	(318)	-	119.567
Edificações	15.555	-	(210)	(3.314)	12.031
Equipamentos	45.550	41.251	-	(15.335)	71.466
Equipamentos de transporte	1.504	1.831	-	(1.674)	1.661
Móveis, utensílios	6.354	1.079	-	(6.980)	453
Outros	1.582	-	-	(376)	1.206
Obras em andamento	-	43.222	-	-	43.222
	190.430	87.383	(528)	(27.679)	249.606

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2010	Adições	Reclassi-ficação	Baixas e alienações	Depre-ciação	31 de dezembro de 2011
Terrenos	119.567	-	(10.264)	-	-	109.303
Edificações	12.031	-	(287)	(3)	(2.309)	9.432
Equipamentos	71.466	9.940	-	(1.333)	(19.784)	60.289
Equipamentos de transporte	1.661	1.050	-	(4)	(1.185)	1.522
Móveis, utensílios	453	1.081	-	(7)	(1.318)	209
Outros	1.206	174	-	-	(335)	1.045
Obras em andamento	43.222	131.446	-	-	-	174.668
	249.606	143.691	(10.551)	(1.347)	(24.931)	356.468

- Reclassificações do imobilizado

As reclassificações no montante de R$ 10.551, foram para a conta "Propriedade para investimentos".

(a) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente. As taxas de depreciação anual são as seguintes: edificações 2%; equipamentos 5%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

13 Empréstimos e Financiamentos

	Controladora					
	2011			2010		
Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PAÍS						
União Federal / Banco do Brasil	348.695	479.548	828.243	316.541	818.359	1.134.900
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	465.086	-	465.086
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	33.333	198.242	231.575
Debêntures 10ª Emissão	2.008	283.293	285.301	-	279.497	279.497
Debêntures 11ª Emissão	202.500	1.005.748	1.208.248	-	1.205.451	1.205.451
Debêntures 12ª Emissão	-	499.613	499.613	-	499.715	499.715
Debêntures 13ª Emissão	599.411	-	599.411	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	-	279.810	279.810	-	-	-
Caixa Econômica Federal	110.479	908.452	1.018.931	91.031	783.426	874.457
Notas Promissórias	-	-	-	-	599.755	599.755
FIDC - SABESP I	-	-	-	13.889	-	13.889
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	37.554	3.491	41.045	43.403	40.518	83.921
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	114.165	130.474	-	130.474	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	6.428	67.489	73.917	1.649	44.352	46.001
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	14.270	235.383	249.653	-	246.986	246.986
Arrendamento mercantil	-	49.609	49.609	-	-	-
Outros	1.155	3.503	4.658	2.816	3.850	6.666
Juros e Demais Encargos	100.998	-	100.998	141.991	-	141.991
TOTAL DO PAÍS	1.439.807	3.930.104	5.369.911	1.109.739	4.850.625	5.960.364
EXTERIOR						
Inter-American Development Bank - BID US$ 386.862 mil (dez/10 - US$ 344.898 mil)	71.591	652.141	723.732	63.185	511.484	574.669
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - US$ 10.316 mil	-	18.928	18.928	-	-	-
Euro Bônus - US$ 140.000 mil (dez/10 - US$ 140.000 mil)	-	262.067	262.067	-	232.612	232.612
Euro Bônus - US$ 350.000 mil (dez/10 - US$ 350.000 mil)	-	649.024	649.024	-	576.107	576.107
JICA - Iene 39.456.912 mil (dez/10 - Iene 21.316.000 mil)	53.204	905.529	958.733	11.810	425.168	436.978
BID 1983AB - US$ 226.058 mil (dez/10 - US$ 250.000 mil)	44.911	376.355	421.266	39.893	373.575	413.468
Juros e Demais Encargos	19.671	-	19.671	15.089	5	15.094
TOTAL DO EXTERIOR	189.377	2.864.044	3.053.421	129.977	2.118.951	2.248.928
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.629.184	6.794.148	8.423.332	1.239.716	6.969.576	8.209.292

Cotação de 31 de dezembro de 2011 US$ 1,8758 Iene 0,024310 (em 31 de dezembro de 2010: US$ 1,6662; Iene 0,0205). Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo.

	Consolidado					
	2011			2010		
Instituição financeira	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PAÍS						
União Federal / Banco do Brasil	348.695	479.548	828.243	316.541	818.359	1.134.900
Debêntures 8ª Emissão	-	-	-	465.086	-	465.086
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	33.333	198.242	231.575
Debêntures 10ª Emissão	2.008	283.293	285.301	-	279.497	279.497
Debêntures 11ª Emissão	202.500	1.005.748	1.208.248	-	1.205.451	1.205.451
Debêntures 12ª Emissão	-	499.613	499.613	-	499.715	499.715
Debêntures 13ª Emissão	599.411	-	599.411	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	-	279.810	279.810	-	-	-
Debêntures 1ª Emissão - Aquapolo	-	160.099	160.099	-	-	-
Caixa Econômica Federal	110.646	917.574	1.028.220	91.031	783.426	874.457
Notas Promissórias	-	-	-	-	599.755	599.755
FIDC - SABESP I	-	-	-	13.889	-	13.889
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	37.554	3.491	41.045	43.403	40.518	83.921
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	114.165	130.474	-	130.474	130.474
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	6.428	67.489	73.917	1.649	44.352	46.001
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	14.270	235.383	249.653	-	246.986	246.986
Mútuo Foz do Brasil	-	-	-	-	52.896	52.896
Santander	-	-	-	2.427	-	2.427
Arrendamento mercantil	-	49.609	49.609	-	-	-
Outros	1.784	3.503	5.287	2.816	3.850	6.666
Juros e Demais Encargos	101.028	2.916	103.944	141.991	-	141.991
TOTAL DO PAÍS	1.440.633	4.102.241	5.542.874	1.112.166	4.903.521	6.015.687

continua...

...continuação da página anterior

	Consolidado					
	2011			2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
EXTERIOR						
Inter-American Development Bank - BID US$ 386.862 mil (dez/10 - US$ 344.898 mil)	71.591	652.141	723.732	63.185	511.484	574.669
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - US$ 10.316 mil	-	18.928	18.928	-	-	-
Euro Bônus - US$ 140.000 mil (dez/10 - US$ 140.000 mil)	-	262.067	262.067	-	232.612	232.612
Euro Bônus - US$ 350.000 mil (dez/10 - US$ 350.000 mil)	-	649.024	649.024	-	576.107	576.107
JICA - Iene 39.456.912mil (dez/10 - Iene 21.316.000 mil)	53.204	905.529	958.733	11.810	425.168	436.978
BID 1983AB - US$ 226.058 mil (dez/10 - US$ 250.000 mil)	44.911	376.355	421.266	39.893	373.575	413.468
Juros e Demais Encargos	19.671	-	19.671	15.089	5	15.094
TOTAL DO EXTERIOR	189.377	2.864.044	3.053.421	129.977	2.118.951	2.248.928
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.630.010	6.966.285	8.596.295	1.242.143	7.022.472	8.264.615

Cotação de 31 de dezembro de 2011 US$ 1,8758 Iene 0,024310 (31 de dezembro de 2010: US$ 1,6662; Iene 0,0205) Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos captados no curto prazo.

	GARANTIAS	VENCTO. FINAL	INDEXADOR	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA
União Federal / Banco do Brasil	GOV. EST. S. PAULO E REC. PRÓPRIOS	2014	UPR + 8,50%	
Debêntures 8ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2011	IGP-M + 10,75%	
Debêntures 9ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	IPCA + CDI + 2,75% e 12,87%	
Debêntures 10ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2020	IPCA + TJLP + 1,92 e 9,53%	
Debêntures 11ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2015	DI + 1,95% e DI + 1,4%	
Debêntures 12ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 13ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2012	CDI + 0,65%	
Debêntures 14ª Emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2022	TJLP +1,92 e 9,19%	
Debêntures 1ª Emissão - Aquapolo	RECURSOS PRÓPRIOS	2029	TR + 8,75%	
Caixa Econômica Federal	RECURSOS PRÓPRIOS	2011/32	UPR + 5% a 9,5%	
Notas Promissórias - 5ª emissão	RECURSOS PRÓPRIOS	2011	CDI + 0,65%	
FIDC - SABESP I	RECURSOS PRÓPRIOS	2011	CDI + 0,70%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	RECURSOS PRÓPRIOS	2013	3% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	RECURSOS PRÓPRIOS	2019	2,5% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	RECURSOS PRÓPRIOS	2023	2,15% + TJLP LIMITE 6%	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	RECURSOS PRÓPRIOS	2025	1,92% + TJLP LIMITE 6%	
Mútuo Foz do Brasil	-	2012	CDI + 1,75 + IOF	
Santander	-	2011	CDI	
Outros	-	2011/ 2018	TJLP + 6% /CDI/ 12%	
EXTERIOR				
Inter-American Development Bank - BID 713	GOVERNO FEDERAL	2017	2,26%	VAR.CESTA MOEDAS + US$
Inter-American Development Bank - BID 896	GOVERNO FEDERAL	2016	3,00%	US$
Inter-American Development Bank - BID 1212	GOVERNO FEDERAL	2025	3,29%	US$
Inter-American Development Bank - BID 2202	GOVERNO FEDERAL	2035	1,14%	
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	GOVERNO FEDERAL	2034	0,43%	US$
Euro Bônus - 140	-	2016	7,50%	US$
Euro Bônus - 350	-	2020	6,30%	US$
A B Loan	-	2023	2,49 a 2,99%	US$
JICA (JBIC)	GOVERNO FEDERAL	2029	1,8% e 2,5%	Yene
JICA (JBIC)	GOVERNO FEDERAL	2029	1,2% e 0,01%	Yene

(i) Cronograma de liquidação
Abertura dos vencimentos dos valores contabilizados empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011.
valores em R$ mil

	Controladora							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 até 2035	Total
PAÍS								
Banco do Brasil	348.695	379.532	100.016	-	-	-	-	828.243
Caixa Econômica Federal	110.479	112.441	73.879	52.074	51.181	53.476	565.401	1.018.931
Debêntures	803.919	506.642	348.615	381.154	116.239	116.239	599.575	2.872.383
BNDES	37.554	3.491	-	-	-	-	-	41.045
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.620	130.474
BNDES PAC	6.428	6.428	6.428	6.428	6.428	6.428	35.349	73.917
BNDES ONDA LIMPA	14.270	19.243	19.243	19.243	19.243	19.245	139.166	249.653
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	49.609	49.609
Outros	1.155	590	496	559	629	709	520	4.658
Juros e Demais Encargos	100.998	-	-	-	-	-	-	100.998
Em moeda nacional	*1.439.807*	*1.044.676*	*564.986*	*475.767*	*210.029*	*212.406*	*1.422.240*	*5.369.911*
EXTERIOR								
BID	71.591	71.591	71.591	71.591	71.591	74.123	291.654	723.732
BIRD	-	-	-	-	-	-	18.928	18.928
Euro Bônus	-	-	-	-	262.067	-	649.024	911.091
JBIC	53.204	53.205	53.205	53.205	53.205	53.321	639.388	958.733
BID 1983AB	44.911	44.911	44.911	44.911	44.911	44.916	151.795	421.266
Juros e Demais Encargos	19.671	-	-	-	-	-	-	19.671
Em moeda estrangeira	*189.377*	*169.707*	*169.707*	*169.707*	*431.774*	*172.360*	*1.750.789*	*3.053.421*
Total Geral	*1.629.184*	*1.214.383*	*734.693*	*645.474*	*641.803*	*384.766*	*3.173.029*	*8.423.332*

	Consolidado							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 até 2035	Total
PAÍS								
Banco do Brasil	348.695	379.532	100.016	-	-	-	-	828.243
Caixa Econômica Federal	110.646	112.921	74.359	52.554	51.661	53.956	572.123	1.028.220
Debêntures	803.919	516.060	358.033	390.572	125.657	125.657	712.584	3.032.482
BNDES	37.554	3.491	-	-	-	-	-	41.045
BNDES BAIXADA SANTISTA	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	16.309	32.620	130.474
BNDES PAC	6.428	6.428	6.428	6.428	6.428	6.428	35.349	73.917
BNDES ONDA LIMPA	14.270	19.243	19.243	19.243	19.243	19.245	139.166	249.653
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	49.609	49.609
Outros	1.784	590	496	559	629	709	520	5.287
Juros e Demais Encargos	101.028	2.916	-	-	-	-	-	103.944
Em moeda nacional	*1.440.633*	*1.057.490*	*574.884*	*485.665*	*219.927*	*222.304*	*1.541.971*	*5.542.874*
EXTERIOR								
BID	71.591	71.591	71.591	71.591	71.591	74.123	291.654	723.732
BIRD	-	-	-	-	-	-	18.928	18.928
Euro Bônus	-	-	-	-	262.067	-	649.024	911.091
JBIC	53.204	53.205	53.205	53.205	53.205	53.321	639.388	958.733
BID 1983AB	44.911	44.911	44.911	44.911	44.911	44.916	151.795	421.266
Juros e Demais Encargos	19.671	-	-	-	-	-	-	19.671
Em moeda estrangeira	*189.377*	*169.707*	*169.707*	*169.707*	*431.774*	*172.360*	*1.750.789*	*3.053.421*
Total Geral	*1.630.010*	*1.227.197*	*744.591*	*655.372*	*651.701*	*394.664*	*3.292.760*	*8.596.295*

(a) Banco do Brasil
Em março de 1994, foi realizado o refinanciamento dos contratos de empréstimo existentes com a Caixa Econômica Federal, a qual cedeu os direitos creditórios para o Governo Federal, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro. Nos termos do contrato firmado com a União, os pagamentos são realizados pelo Sistema Price, indexados mensalmente pela variação da UPR - Unidade Padrão de Referência, igual à TR - Taxa de Referência emitida pelo Governo, acrescidos de juros de 8,5% a.a. Os juros e o principal são pagos mensalmente com vencimento final em 2014. A garantia para esse financiamento é dada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de suas receitas e por receitas próprias da Companhia.

(b) Debêntures

(i) 8ª emissão de Debêntures
Dando encerramento ao programa registrado na CVM em 17 de setembro de 2004, a Companhia emitiu, em 1º de junho de 2005, 700.000 debêntures, utilizando a opção de aumento da quantidade de debêntures permitida em até 20%, disposto no parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM nº. 400/03, distribuídas em duas séries, sem repactuação, ao valor nominal de R$ 1, perfazendo um total de R$ 700.000. A data da liquidação financeira da operação foi 24 de junho de 2005. O valor captado destinou-se à liquidação do contrato de Eurobônus.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	350.000	-	CDI+1,5% a.a.	Semestral	Parcela única	Junho de 2009
2ª Série	350.000	IGP-M	10,75% a.a.	Anual	Parcela única	Junho de 2011

As despesas de juros foram de R$ 49.863 e R$ 22.742 em 2010 e 2011, respectivamente, referentes à 2ª série.
Em 01 de junho de 2009 ocorreu a liquidação integral da 1ª série da 8ª emissão de debêntures.
Em 01 de junho de 2011 ocorreu a liquidação final da 8ª emissão de debêntures.

(ii) 9ª emissão de Debêntures
Em 23 de outubro de 2008, a Companhia registrou na CVM programa de valores mobiliários no montante de até R$ 3.000.000 (três bilhões de reais) e realizou a Oferta Pública de Debêntures Simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, da 9ª emissão, no âmbito do referido programa.
As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	100.000	-	CDI+2,75% a.a.	Semestral	Anualmente (a partir de 15 de outubro de 2011)	15 de outubro de 2013
2ª Série	100.000	IPCA	12,87% a.a.	Anual	Anualmente (a partir de 15 de outubro de 2013)	15 de outubro de 2015

As amortizações ocorrerão em 3 parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2011 para a 1ª série e 15 de outubro de 2013 para a 2ª série.
A liquidação financeira da 1ª série ocorreu em 7 de novembro de 2008 e da 2ª série em 10 de novembro de 2008.
Os recursos financeiros captados com essa emissão destinaram-se ao refinanciamento de dívidas vincendas.
As despesas de juros em 2011 e 2010 referentes à 1ª série foram de R$ 11.896 e R$ 12.354, e referentes à 2ª série foram de R$ 16.486 e R$ 16.993, respectivamente.
Em 17 de outubro de 2011 ocorreu a liquidação final da 9ª emissão de debêntures.

(iii) 10ª emissão de Debêntures
Em 15 de novembro de 2009 a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R$ 2.753, perfazendo um total de R$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de dezembro de 2009, para todas as séries.
As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020
2ª Série	30	IPCA	9,53% a.a.	Anual	Anual (a partir de dezembro de 2013)	Dezembro de 2020
3ª Série	42	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até nov/2012 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de dezembro de 2012)	Novembro de 2020

Os recursos financeiros captados nesta emissão destinam-se a investimentos da Companhia em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiai e Programa de Redução de Perdas.
As despesas de juros em 2011 e 2010 referentes à 1ª série foram de R$ 6.016 e R$ 6.016, referentes à 2ª série foram de R$ 8.862 e R$ 9.156 e referentes à 3ª série foram de R$ 9.025 e R$ 9.025, respectivamente.
"Covenants" financeiros
- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

(iv) 11ª emissão de Debêntures
Em 01 de março de 2010 a Companhia emitiu a 11ª emissão de debêntures e em 30 de abril de 2010 e 03 de maio de 2010 ocorreu a liquidação financeira da 1ª e 2ª séries, respectivamente, através de Oferta Pública, os recursos obtidos serão destinados para resgatar antecipadamente as noventa notas promissórias comerciais emitidas pelas Emissora em 1º de dezembro de 2009, cujas características são:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	810.000	-	DI+ 1,95% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2013)	Março de 2015
2ª Série	405.000	-	DI + 1,40% a.a.	Semestral (setembro e março)	Anual (a partir de março de 2012)	Março de 2013

As despesas de juros em 2011 e 2010 referentes à 1ª série foram de R$ 107.081 e R$ 80.077 e referentes à 2ª série foram de R$ 52.369 e R$ 38.103, respectivamente.
"Covenants" financeiros da 11ª emissão de debêntures:
- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas Financeiras igual ou superior a 1,5.
- A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos "covenants" deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

(v) 12ª emissão de Debêntures
A SABESP emitiu R$ 500 milhões em debêntures para o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), em uma operação com a Carteira de Saneamento do Fundo. Os recursos irão custear obras de programas estruturantes da SABESP, essenciais para atingir a meta de universalizar os serviços de saneamento no Estado de São Paulo até 2018. Entre os programas que receberão a verba estão o Vida Nova (Mananciais), Programa Metropolitano de Água, Programa Metropolitano de Esgoto, Programas de Água e Esgotos do Interior e Litoral.
Inicialmente foram liberados R$ 170 milhões e o restante está aplicado em conta bloqueada, cujo resgate será efetuado em 2 parcelas, em 6 e 12 meses da data da operação, através de comprovação da realização dos investimentos pela SABESP.
Entre as exigências da Carteira de Saneamento para aprovação da operação está a destinação de 60% dos investimentos vinculados à operação em áreas carentes.
Essa operação ocorreu em 22 de setembro de 2010, com a emissão e integralização da 12ª emissão de debêntures, através de Oferta Pública de Esforço Restrito, conforme Instrução CVM nº 476, debêntures simples, não conversíveis em ações, cujas características são:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
Série Única	500.000	-	TR + 9,5% a.a.	Mensal (a partir de julho/10)	Mensal (a partir de Julho/14)	Junho/2025

As despesas de juros em 2011 e 2010 referentes à série única foram de R$ 51.434 e R$ 26.879, respectivamente.
"Covenants" financeiros da 12ª emissão de debêntures:
- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0.
- Ebitda/Despesas financeiras igual ou superior a 1,5.
- A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos "covenants" deverá o agente fiduciário convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

(vi) 13ª emissão de Debêntures
Em 11 de janeiro de 2011, a Companhia efetuou a captação financeira da 13ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, cujas características são as seguintes:

	Número	Juros	Pagamento de juros	Amortização	Vencimento
Série Única	600.000	DI + 0,65% / 0,75% / 0,85% / 1,25% a.a.	Semestral	Única	29 de agosto de 2012

Data Emissão: 11/01/2011
Quantidade: 60
Valor Unitário (R$ Mil) R$ 10.000
Resgate Facultativo: parcial ou total a qualquer tempo
Remuneração DI acrescido:
1º período: 11/01/2011 a 26/02/2011 = 0,65%
2º período: 26/02/2011 a 30/08/2011 = 0,75%
3º período: 30/08/2011 a 01/03/2012 = 0,85%
4º período: 01/03/2012 a 29/08/2012 = 1,25%

Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures da 13ª emissão foram destinados ao resgate antecipado das 60 (sessenta) Notas Promissórias Comerciais da 5ª emissão da Companhia, com vencimento programado para 26/02/2011. Em 11 de janeiro de 2011 ocorreu o pagamento final da 5ª Emissão de Notas Promissórias.
"Covenants" financeiros da 13ª emissão de debêntures:
- Dívida total / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.
- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 1,5.

continua...

(vii) 14ª emissão de Debêntures

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia promoveu o lançamento de 100 debêntures, mediante subscrição exclusiva pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas debêntures foram distribuídas em três séries, não conversíveis em ações, pelo valor nominal de R$ 2.753,70, perfazendo um total de R$ 275.370. A liquidação financeira da operação ocorreu em 15 de abril de 2011, para todas as séries.

As debêntures foram colocadas no mercado da seguinte forma:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
1ª Série	28	-	TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022
2ª Série	30	IPCA	9,19% a.a.	Anual	Anual (a partir de março 2015)	Março de 2022
3ª Série	42		-TJLP + 1,92% a.a.	Trimestral até fevereiro/2014 e a partir dessa data mensal	Mensal (a partir de março de 2014)	Fevereiro de 2022

Os recursos decorrentes desta emissão destinam-se a investimentos da Companhia em sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos nos projetos: ETA Rio Grande, Litoral Norte, Vale do Paraíba e da Mantiqueira, Bacia do Piracicaba-Capivari-Jundiai e Programa de Redução de Perdas.

As despesas de juros em 2011 referentes à 1ª série foram de R$ 5.254, da 2ª série de R$ 6.916 e da 3ª série R$ 7.881.

"Covenants" financeiros da 14ª emissão de debêntures:

- Ebitda / Receita operacional líquida deve ser igual ou superior a 38%.
- Ebitda / Despesas financeiras deve ser igual ou superior a 2,35.
- Dívida bancária líquida / Ebitda deve ser menor ou igual a 3,65.

(viii) 1ª emissão de Debêntures - Aquapolo

Em agosto de 2011 a controlada Aquapolo emitiu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, cujas características são:

	Número	Atualização	Juros	Pagamento de Juros	Amortização	Vencimento
Série Única	326.732	-	TR + 8,75% a.a.	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Mensal (a partir de dezembro/2013)	Agosto/2029

(c) Caixa Econômica Federal - Programa Pró-Saneamento

(i) Modalidade água e esgoto

Foram firmados diversos contratos entre 1996 e 2004, pelo programa Pró-Saneamento, com a finalidade de ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo diversos municípios do Estado de São Paulo e a Capital. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas diárias de água e esgoto, até o valor total da dívida.

Os prazos de amortização previstos nos contratos são de 120 a 180 meses, a partir do início da fase de retorno.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 563.750 (dezembro/2010 - R$ 607.638).

Os encargos contratuais são os seguintes:

Contrato assinado em:	1996	1997	1998 a 2004
Taxa de juros	9,5% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.	6,5% a 8,0% a.a.
Na fase de carência:			
Taxa de risco	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado	0,6% a.a. ou 2% a.a. sobre o saldo devedor
Taxa de administração	0,12% a.m. sobre o valor do contrato	2,0% a.a. sobre o valor desembolsado	1,0% a.a. sobre o valor desembolsado ou 2% a.a. sobre o saldo devedor para os contratos assinados entre 2003 e 2004
Na fase de retorno:			
Taxa de administração	Diferença entre o cálculo da prestação e a taxa de 10,5% a.a. menos a taxa de 9,5% a.a.	1,0% a.a. sobre o saldo devedor	1,0% a.a. sobre o saldo devedor

(ii) Modalidade Pró-Sanear

Em 1997, 1998 e 2008 foram firmados contratos pelo programa Pró-Sanear para a execução de melhorias dos serviços de água e esgoto, com participação comunitária, em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo. A garantia para esses contratos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida. O prazo de amortização previsto é de 180 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 14.448 (dezembro/2010 - R$ 16.752).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros - 5,0% a.a.;
- taxa de administração (fase de carência) - 2,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de administração (fase de amortização) - 1,0% a.a. sobre o saldo devedor em aberto;
- taxa de risco (fase de carência) - 1,0% a.a. sobre o desembolso.

(iii) Modalidade PAC

Nos anos de 2007 e 2008 foram firmados contratos com vários municípios, no âmbito do Programa Saneamento para Todos (PAC) com recursos do FGTS. A garantia para esses contratos é um fluxo mensal da arrecadação tarifária correspondente a no mínimo três vezes o valor de um encargo mensal. O prazo de amortização é de 240 meses a partir do início da fase de retorno. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 440.733 (dezembro/2010 - R$ 250.067).

Encargos financeiros previstos:

- taxa de juros - 6% a.a.;
- taxa de administração - 1,05% a.a. durante toda a vigência do contrato;
- taxa de risco - 0,3% a.a. sobre os saldos devedores atualizados.

Compromissos financeiros - "Covenants"

Através do Acordo de Melhoria de Desempenho, são estabelecidas metas para indicadores financeiros (perdas de faturamento, evasão de receitas, disponibilidade de caixa e redução dos dias de comprometimento do contas a receber) e operacionais que, com base nos dois últimos anos, são projetados anualmente para os cinco anos seguintes.

O não cumprimento de 4 das 8 cláusulas de covenants levará ao vencimento antecipado do contrato.

(d) BNDES

Contrato 01.2.619.3.1 - Firmado em agosto de 2002, no valor total de até R$ 60.000, com a finalidade de financiar parte da contrapartida da Companhia na execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa II, objeto do contrato de empréstimo nº 1212/OC - BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 11.638 (dezembro/2010 - R$ 20.980).

Contrato de repasse 10/669.748-6 no valor de R$ 180.000, encontra-se em fase de execução de obras, e em 31 de dezembro de 2011 o saldo devedor é R$ 29.407 (dezembro/2010 - R$ 62.941). Os recursos são repassados pelo BNDES aos agentes e destes para a Companhia. O contrato de repasse tem a mesma finalidade que o contrato entre o BNDES e a Companhia, e os encargos e amortizações são iguais para ambos, sendo:

Juros - Compostos pela TJLP limitada a 6% a.a., acrescida de "*spread*" de 3% a.a., a serem pagos trimestralmente durante o período de carência, e mensalmente na fase de retorno. A parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será incorporada ao saldo devedor em aberto.

A amortização dos contratos foi iniciada em setembro de 2005, com pagamento mensal e término previsto para fevereiro de 2013.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da receita proveniente da prestação de serviços de água e esgoto.

Compromissos financeiros - "Covenants"

- Liquidez corrente ajustada: maior que 1,0.
- Ebitda / Receita Operacional Líquida: igual ou superior a 38%.
- Ligações totais (água e esgoto) /funcionários próprios: igual ou superior a 520.
- Ebitda /Serviço da dívida: igual ou superior a 1,5.
- PL /Exigível Total: igual ou superior a 0,8.

O não cumprimento das cláusulas de "covenants" levará ao vencimento antecipado do contrato.

A Companhia obteve junto ao BNDES, em caráter excepcional, a suspensão por 13 meses, a partir de dezembro de 2011, da exigência de cumprimento das obrigações especiais estabelecidas nos contratos.

(e) BNDES Baixada Santista

Em novembro de 2007, foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES para o Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista, no valor de R$ 129.973 com juros de 2,5% ao ano mais TJLP limitada a 6%.

A amortização está prevista em 96 prestações mensais e sucessivas, tendo início em janeiro de 2012 e término em dezembro de 2019.

Parcela da receita da Companhia é dada como garantia a este contrato.

O contrato encontra-se em fase de execução de obras, e o saldo devedor em aberto em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 130.474 (2010 R$ 130.474).

(f) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC - SABESP I)

Em 23 de março de 2006, foi emitida uma única série de quotas seniores e 26 (vinte e seis) quotas subordinadas, mantidas em conta de depósito em nome de seus respectivos titulares, com valor unitário na data de emissão correspondente a R$ 500. As quotas seniores estão sendo amortizadas em 54 (cinquenta e quatro) parcelas mensais, a partir de outubro de 2006 e com vencimento final em março de 2011. Em março de 2011 ocorreu a liquidação total do FIDC.

O Fundo é administrado pela Caixa Econômica Federal e tem como custodiante e agente escriturador o Banco do Brasil S.A.

Os recursos captados, no montante de R$ 250 milhões, foram utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas durante o exercício de 2006.

(g) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para junho de 2013 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (192 parcelas), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 31 de dezembro de 2011, nenhuma obra relativa a esses contratos se encontrava em operação.

(h) Eurobônus

Em 03 de novembro de 2006 foi realizada uma emissão de eurobônus (Eurobônus 2016) no mercado externo, no valor de US$ 140 milhões tendo como líder o "Deutsche Bank TrustCompanyAmericas" e como agente principal de pagamento o "Deutsche Bank Luxembourg S.A.", com taxa de juros de 7,5% a.a. pagos semestralmente e vencimento final em novembro de 2016. Conforme mencionado em (i) acima, os recursos foram utilizados para quitação antecipada e parcial da emissão de eurobônus de US$ 225 milhões com vencimento final em junho de 2008, e o valor resgatado foi de US$ 126.948 mil.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2011 era de US$140.000 mil, equivalentes a R$ 262.067, deduzido parte dos custos de captação no valor de R$ 546, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Compromissos financeiros - "Covenants" - para Eurobônus 2016.

Limitar a incorrência de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

A SABESP concluiu em 09 dezembro de 2010 a oferta no mercado internacional, junto a investidores estrangeiros institucionais qualificados, de suas Notas Seniores de Dívida, com pagamento de juros semestrais de 6,25% a.a. e vencimento em dezembro de 2020, no valor de US$ 350.000 mil (Eurobônus 2020). Os recursos provenientes da oferta das notas destinam-se à liquidação de compromissos financeiros da Companhia.

O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro 2011 era de US$ 350.000 mil, equivalentes a R$ 649.024, deduzido parte dos custos de captação no valor de R$ 7.507, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

O não cumprimento das cláusulas de "covenants" levará ao vencimento antecipado do contrato.

(i) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato 713 - Firmado em dezembro de 1992, no valor de US$ 400 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa anual de juros é variável de acordo com os custos dos empréstimos tomados pelo banco semestralmente e com vencimento final em 2017. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2011 era de US$ 150.658 mil, equivalente a R$ 282.605 (dezembro/2010 - R$ 290.019).

Contrato 896 - Firmado em dezembro de 1992, no valor de US$ 50 milhões, destinado à execução de Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa I. O período de amortização teve início em junho de 1999, em parcelas semestrais, cuja taxa de juros é de 3% a.a., com vencimento final em dezembro de 2016. Foi assinado, em dezembro de 1992, contrato de garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, garantindo a provisão de fundos para o cumprimento das obrigações previstas no contrato de financiamento. O saldo em aberto deste contrato em 31 de dezembro de 2011 era de US$ 13.889 mil, equivalente a R$ 26.053 (dezembro/2010 - R$ 27.770).

Contrato 1.212 - Firmado em julho de 2000, no valor de US$ 200 milhões, destinado à execução do Projeto de Despoluição do Rio Tietê - Etapa II. Durante o ano de 2008 o total desembolsado foi de US$ 2.434 mil, não mais existindo valores a serem desembolsados neste contrato. O empréstimo está sendo amortizado em parcelas semestrais, encerrando-se em julho de 2025. Os juros são pagos semestralmente, apurados sobre o saldo devedor diário à taxa anual determinada pelos custos dos empréstimos tomados pelo banco durante o semestre anterior, acrescidos de um "spread", e serão variáveis para cada semestre. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 era de US$ 143.893 mil, equivalente a R$ 269.915 (dezembro/2010 - R$ 256.880).

Contrato de Empréstimo Nº 2202/OC-BR, assinado em 03 de setembro de 2010 entre a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, para financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê - Etapa III. Investimento de US$ 800 milhões, sendo US$ 600 milhões de financiamento e US$ 200 milhões em recursos próprios. Prazo total de 25 anos, com 6 anos de carência. Juros: Mecanismo unimonetário com taxa de juros baseada na USD-LIBOR, calculada a cada trimestre, conforme estipulado nas normas e procedimentos do BID.

Em 17 de março de 2011 ocorreu o 1º desembolso do contrato firmado em 3 de setembro de 2010, nº 2202/OC-BR. Os recursos serão utilizados para a recuperação da qualidade da água da bacia do Rio Tietê na Região Metropolitana de São Paulo. O valor do contrato é de US$ 600.000, equivalentes a R$ 977.220, com vencimento final em setembro de 2035, sendo que no 1º trimestre de 2011 ocorreu o primeiro desembolso de US$ 1.829, correspondente a R$ 3.044.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 era de US$ 78.422 mil, equivalente a R$ 145.159, deduzido parte dos custos de captação no valor de R$ 1.944, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Compromissos financeiros - "Covenants".

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com Administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de "covenants" levará ao vencimento antecipado do contrato.

(j) Banco Japonês para Cooperação Internacional - JICA ("JBIC")

A Companhia assinou, em 06 de agosto de 2004, contrato de financiamento com o JBIC - Banco Japonês para Cooperação Internacional, atualmente JICA - Japan International Cooperation Agency, com garantia da União, no valor de 21.320 milhões de ienes japoneses, equivalentes a aproximadamente R$ 337.687, destinado ao Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo total do financiamento é de 25 anos, sendo 7 anos de carência e 18 anos de amortização, em parcelas semestrais. Os juros são pagos semestralmente a partir de 2006, sendo 2,5% a.a. para rede de esgoto e 1,8% a.a. para instalações de tratamento de esgotos.

Em 15 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou com a JICA (Japan International Cooperation Agency) o contrato de financiamento complementar do Programa Onda Limpa - 1ª Etapa, nº BZ-P 18 no montante de 19.169.000 (Dezenove bilhões, cento e sessenta e nove milhões de Ienes Japoneses) equivalente a R$ 375.904 em 31 de março de 2011. Os recursos serão utilizados para a execução de obras e serviços na Região Metropolitana da Baixada Santista. O prazo de vencimento é de 18 anos e a taxa de juros, entre 1,8% e 2,5% ao ano.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 958.733 (dezembro/2010 - R$ 436.978).

(k) AB Loan (IADB 1983AB)

Em 27 de maio de 2008, foi assinado contrato de empréstimo BID AB Loan, no valor de US$ 250 milhões cujo desembolso ocorreu integralmente em junho de 2008. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2008 e na execução de parte do plano de investimento da Companhia.

Esse contrato apresenta as seguintes características:

	US$	Vencimento inicial	Vencimento final	Juros (Libor + spread)
1983 A	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2023	Libor + 2,99%
1983 B1	100,0 milhões	Maio 2011	Maio 2020	Libor + 2,69%
1983 B2	50,0 milhões	Maio 2011	Maio 2018	Libor + 2,49%

Os juros são pagos semestralmente a partir de novembro de 2008. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2011 era de US$ 226 milhões, equivalente a R$ 421.266 (dezembro/2010 - R$ 431.468), deduzido parte dos custos de captação no valor de R$ 2.771 (2010 - R$ 3.080) que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(l) Notas promissórias

Em 03 de maio de 2010 ocorreu a liquidação integral da 4ª emissão de notas promissórias.

Em 30 de agosto de 2010 foram emitidas notas promissórias no valor de R$ 600.000, como um empréstimo ponte, correspondente a um adiantamento da 13ª emissão de debêntures.

Os recursos líquidos obtidos com a 13ª emissão de debêntures serão utilizados integralmente para resgatar as 60 notas promissórias da 5ª emissão da SABESP).

Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures da 13ª emissão foram destinados ao resgate antecipado das 60 (sessenta) Notas Promissórias Comerciais da 5ª emissão da Companhia, com vencimento programado para 26 de fevereiro de 2011. Em 11 de janeiro de 2011 ocorreu o pagamento final da 5ª Emissão de Notas Promissórias.

(m) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Em 28 de outubro de 2009 foi assinado com o "The World Bank" - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, contrato BIRD-7662BR, no valor de US$ 100.000 mil. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo deste contrato era de US$ 10.316 mil, equivalentes a R$ 18.928, deduzido parte dos custos de captação no valor de R$ 424, que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(n) Compromissos financeiros - "Covenants"

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia obteve junto ao BNDES, em caráter excepcional, a suspensão por 13 meses, a partir de dezembro de 2011, da exigência de cumprimento das obrigações especiais estabelecidas nos contratos.

14 Outros impostos e contribuições a recolher

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
COFINS e PASEP	57.073	48.149	-	-
PAES	36.716	35.364	18.363	53.045
INSS	25.645	24.112	-	-
IRRF	44.172	34.572	-	-
Outros	17.516	15.853	-	-
Total	181.122	158.050	18.363	53.045

Foi consolidado em 31 de dezembro de 2011 o valor de R$ 328 (dezembro/2010 - R$ 282), referente aos impostos a pagar no passivo circulante, das empresas controladas perfazendo o saldo total de R$ 181.122 (dezembro/2010 - R$158.050).

A Companhia solicitou o Pedido de Parcelamento Especial (Paes) em 15 de julho de 2003, conforme Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, incluindo nesse pedido os débitos relativos à Cofins e ao Pasep envolvidos em ação judicial contra a aplicação da Lei nº 9.718/98, e consolidou o saldo remanescente do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). O valor total incluído no Paes era de R$ 316.953, como segue:

Imposto	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS	132.499	13.250	50.994	196.743
PASEP	5.001	509	2.061	7.571
REFIS	112.639	-	-	112.639
Total	250.139	13.759	53.055	316.953

O débito relativo ao Paes (Parcelamento especial) está sendo pago em 120 meses. Os montantes pagos em 2011 e 2010 foram de R$ 36.091 e R$ 34.744 respectivamente, e foram registradas despesas financeiras de R$ 2.761 e R$ 4.112, respectivamente. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 55.079 (dezembro/2010 - R$ 88.409). Os ativos dados em garantia no Programa Refis anterior, no montante de R$ 249.034, continuam a garantir os valores do Programa Paes.

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição analítica de impostos diferidos - controladora

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Impostos diferidos ativo (i)		
Provisão para contingências	575.473	539.394
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	162.552
Obrigações previdenciárias - G0	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	38.213
Provisão para perdas de crédito	135.223	129.248
Outros	77.175	48.568
Total do ativo fiscal diferido	1.091.373	1.003.246
Impostos diferidos passivo (ii)		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	(711.283)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(102.339)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.773)	(72.968)
Outros	(42.957)	(38.743)
Total do passivo fiscal diferido	(913.447)	(925.333)
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	177.926	77.913

continua...

...continuação da página anterior

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Impostos diferidos ativo (i)		
a ser recuperado em até 12 meses	259.784	281.164
a ser recuperado depois de um ano	831.589	722.082
Total do ativo fiscal diferido	1.091.373	1.003.246
Impostos diferidos passivo (ii)		
a ser realizado em até 12 meses	(27.282)	(13.663)
a ser realizado depois de um ano	(886.165)	(911.670)
Total do passivo fiscal diferido	(913.447)	(925.333)
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	177.926	77.913

(i) A Administração da Companhia tem expectativa de realização do saldo do ativo fiscal diferido em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado no ano subsequente de 2014.
(ii) O passivo fiscal diferido tem expectativa de realização em 2013, na mesma proporção de 2012, e o restante a ser realizado nos anos subsequentes à partir de 2014.

Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

Composição analítica de impostos diferidos - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Impostos diferidos ativo		
Provisão para contingências	575.473	539.394
Obrigações previdenciárias - G1	180.018	162.552
Obrigações previdenciárias - G0	85.271	85.271
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	38.213	38.213
Provisão para perdas de crédito	135.223	129.248
Outros	78.717	50.108
Total do ativo fiscal diferido	1.092.915	1.004.786
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(692.210)	(711.283)
Capitalização de custos de empréstimos	(101.507)	(102.339)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(76.773)	(72.968)
Outros	(42.962)	(39.756)
Total do passivo fiscal diferido	(913.452)	(926.346)
Ativo (passivo) fiscal diferido no balanço patrimonial	179.463	78.440

As movimentações do ativo e passivo fiscal diferido em 2011 e 2010 são as seguintes:

	Controladora						
Impostos diferidos ativo	**Provisões para contingências**	**Obrigações previdenciárias - G1**	**Obrigações previdenciárias - G0**	**Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão**	**Perdas de créditos**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	541.511	177.736	85.271	35.334	47.806	39.271	926.929
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(2.117)	(15.184)	-	2.879	81.442	9.297	76.317
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	48.568	1.003.246
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.607	88.127
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	77.175	1.091.373

Impostos diferidos passivo	**Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível**	**Capitalização de custos de empréstimos**	**Receita - órgãos públicos**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	(721.620)	(66.507)	(73.005)	(22.161)	(883.293)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	10.337	(35.832)	37	(16.582)	(42.040)
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(38.743)	(925.333)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(4.214)	11.886
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.957)	(913.447)

	Consolidado						
Impostos diferidos ativo	**Provisões para contingências**	**Obrigações previdenciárias - G1**	**Obrigações previdenciárias - G0**	**Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão**	**Perdas de créditos**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	541.511	177.736	85.271	35.334	47.806	39.271	926.929
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(2.117)	(15.184)	-	2.879	81.442	10.837	77.857
Em 31 de dezembro de 2010	539.394	162.552	85.271	38.213	129.248	50.108	1.004.786
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	36.079	17.466	-	-	5.975	28.609	88.129
Em 31 de dezembro de 2011	575.473	180.018	85.271	38.213	135.223	78.717	1.092.915

Impostos diferidos passivo	**Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível**	**Capitalização de custos de empréstimos**	**Receita - órgãos públicos**	**Outros**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	(721.620)	(66.507)	(73.005)	(22.161)	(883.293)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	10.337	(35.832)	37	(17.595)	(43.053)
Em 31 de dezembro de 2010	(711.283)	(102.339)	(72.968)	(39.756)	(926.346)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	19.073	832	(3.805)	(3.206)	12.894
Em 31 de dezembro de 2011	(692.210)	(101.507)	(76.773)	(42.962)	(913.452)

Conciliação da alíquota efetiva de imposto - controladora

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	2011	2010
Lucro antes dos impostos	1.721.477	2.293.245
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(585.302)	(779.704)
Benefícios fiscais do juro sobre capital próprio	122.170	131.658
Diferenças permanentes		
Doações	(13.692)	(2.820)
Outras diferenças	(21.234)	(11.932)
Imposto de renda e contribuição social	(498.058)	(662.798)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(598.024)	(697.077)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.966	34.279
Alíquota efetiva	29%	29%

Regime Tributário de Transição (RTT)

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2009 e 2008, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, convertida na Lei 11.941/09, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil.

Em 2011 e 2010 a Companhia também adotou as mesmas práticas tributárias adotadas em 2008 e 2009, uma vez que o RTT passou a ser obrigatório e terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

16 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas. Essas provisões, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ações com clientes (i)	618.533	659.182
Ações com fornecedores (ii)	420.767	372.035
Outras questões cíveis (iii)	178.366	167.628
Ações tributárias (iv)	76.448	58.658
Ações trabalhistas (v)	156.536	137.232
Ações ambientais (vi)	121.179	65.095
Total	1.571.829	1.459.830
Circulante	764.070	766.603
Não circulante	807.759	693.227

Movimentação das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	31 de dezembro de 2010	Adições	Pagamento e reversões	Juros, Atualizações Monetárias e reversões	31 de dezembro de 2011
Ações com clientes	770.205	136.026	(159.161)	(19.809)	727.261
Ações com fornecedores	372.889	10.199	(483)	39.990	422.595
Outras questões cíveis	175.932	28.983	(26.272)	9.903	188.546
Ações tributárias	58.658	6.944	(1.141)	11.987	76.448
Ações trabalhistas	137.232	39.126	(33.938)	14.116	156.536
Ações ambientais	65.095	81.305	(25.341)	120	121.179
Subtotal	1.580.011	302.583	(246.336)	56.307	1.692.565
Depósitos judiciais	(120.181)	(14.360)	18.785	(4.980)	(120.736)
Total	1.459.830	288.223	(227.551)	51.327	1.571.829

O montante pago no ano relacionado a processos judiciais foi de R$ 197.521 (dezembro/2010 - R$ 330.256).

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia possui processos em andamento nas esferas administrativas e judiciais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e seus advogados e consultores legais como perda possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ações com clientes (i)	844.100	827.500
Ações com fornecedores (ii)	699.300	606.600
Outras questões cíveis (iii)	359.600	275.200
Ações tributárias (iv)	420.400	348.900
Ações trabalhistas (v)	145.100	127.800
Ações ambientais (vi)	153.300	111.900
Total	2.621.800	2.297.900

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.500 processos judiciais foram ajuizados por clientes comerciais, que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outra categoria de consumidores e, consequentemente, reclamam a devolução de valores cobrados pela SABESP. A Companhia obteve decisões definitivas tanto favoráveis como desfavoráveis em diversas instâncias judiciais, sendo constituída provisão quando a expectativa de perda é considerada provável. A variação ocorrida de R$ 40,6 milhões nos processos classificados como de provável perda (líquidos dos depósitos judiciais) decorreu principalmente de pagamentos ocorridos e de mudanças de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis a Companhia, durante o exercício de 2011.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por algumas construtoras. Os processos judiciais versam sobre pedidos de indenização, assim como falta de pagamento de montantes decorrente de expurgos inflacionários sofridos com a edição do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entre outros. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R$ 48,7 e R$ 92,7 milhões nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) e possível, respectivamente, está relacionada a juros, honorários e atualização de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

A Companhia é parte de diversas ações cíveis relacionadas a indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros. Em 31 de dezembro de 2011, o total provisionado representa o montante de R$ 178,4 milhões (dezembro/2010 - R$ 167,6 milhões) para as reclamações cujo risco de perda foi avaliado como provável. Tanto os casos com expectativa de perda provável como possível, tiveram um acréscimo, que foi provocado pelo aumento de processos e, também, pela incidência de atualizações monetárias, aplicação de juros e honorários.

(iv) Ações tributárias

As contingências de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte dos assessores legais da Companhia.O acréscimo ocorrido de R$ 71,5 milhões nos processos com expectativa de perda possível está relacionado principalmente à atualização decorrente das ações ajuizadas pelo município de São Paulo, relativas à cobrança do ISS, conforme descritos no item "b" abaixo.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2011 no valor de R$ 379,3 milhões (dezembro/2010 - R$ 357,7 milhões). A Companhia protocolou impugnação, tempestivamente, e recorrerá à autuação em todas as instâncias administrativas e judiciais. Segundo seus assessores legais, aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) A Companhia impetrou Mandado de Segurança para contestar a revogação da isenção do imposto sobre serviços no Município de São Paulo, ocorrida por meio de lei municipal promulgada em 2002. Em abril de 2003, foi deferido o pedido de concessão de medida liminar determinando a suspensão da tributação. Em maio de 2005, a justiça publicou sentença denegando a segurança. Em julho de 2005, a SABESP interpôs recurso de apelação objetivando a manutenção da eficácia da medida liminar concedida e em janeiro de 2012 fomos intimados da publicação do acórdão que negou provimento ao nosso recurso de apelação, sendo que diante de omissões existentes na decisão opusemos embargos declaratórios com pedido de efeito modificativo, o qual pende de julgamento. Com relação aos autos de infração lavrados pelo Município de São Paulo, objetivando a constituição de crédito tributário relativo a ISS e penalidades por ausência de cumprimento dos respectivos deveres instrumentais, encontra-se em vigor a liminar concedida nos autos da ação cautelar preparatória, ainda pendente de julgamento, com o intuito de ser anulada a decisão administrativa. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2011 em R$ 223,9 milhões (dezembro/2010 - R$ 178,7 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco como de perda possível.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 44,7 milhões (dezembro/2010 - R$ 40,9 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2011 em R$ 41,0 milhões (dezembro/2010 - R$ 39,1 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco como de perda possível.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos Serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cuja expectativa é provável e possível perda, versam sobre Tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2011 é de R$ 27,7 milhões (dezembro/2010 - R$ 22,3 milhões) e R$ 30,6 milhões (dezembro/2010 - R$ 27,2 milhões), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R$ 56,1 milhões, e da CSLL, de aproximadamente R$ 8,7 milhões, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R$ 11,2 milhões de IRPJ e R$ 0,7 milhão de CSLL, totalizando valor aproximado de R$ 11,9 milhões. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R$ 6,5 milhões (dezembro/2010 - R$ 6,2 milhões) e de perda provável o valor de R$ 1,1 milhão (dezembro/2010 - R$ 1,1 milhão).

(g) A Companhia ajuizou ações judiciais contra os Municípios de Bragança Paulista e de São Paulo devido à imposição de cobrança sobre o uso de áreas públicas para a instalação de redes de água e esgoto relacionadas aos serviços de saneamento fornecidos aos municípios. Na ação movida em face da Prefeitura de Bragança Paulista, foi concedida à Companhia uma medida suspendendo a imposição deste encargo e impedindo a prefeitura de cobrar quaisquer valores atuais ou futuros devidos com respeito a este encargo até que haja uma decisão final sobre o mérito da causa. Em junho de 2005, o Juízo de Primeira Instância decidiu em favor da Companhia e a medida foi mantida. A prefeitura apelou contra tal decisão, a qual pende de julgamento no tribunal de Justiça. Já em relação à ação movida em face da Prefeitura de São Paulo, o Juízo de Primeira Instância proferiu uma decisão sustentando a legalidade desta cobrança municipal. A Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. Posteriormente uma nova lei aprovada instituiu a cobrança pelo uso de áreas públicas na cidade de São Paulo. Em abril de 2004, a Companhia apresentou um pedido de medida liminar buscando a suspensão da incidência dessa cobrança municipal. A medida liminar foi concedida pelo Juízo de Primeira Instância e confirmada por ocasião da prolação da sentença, reconhecendo ser indevida a cobrança. A prefeitura apresentou recurso de apelação o qual foi negado provimento. Aguarda publicação do acórdão pelo Tribunal de Justiça. Os advogados da companhia avaliaram o risco como possível ganho.

(v) Ações trabalhistas

A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial e outras, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, dessa forma, classificadas como de probabilidade de perda provável e, consequentemente, devidamente provisionadas.

(a) Em 27 de janeiro de 2005 o Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema) ajuizou ação contra a Companhia, como substituto processual, pleiteando questão relacionada à escala de revezamento, tendo a decisão de 1º Grau, julgado extinto o processo sem julgamento do mérito, acolhendo a preliminar da Companhia, que arguiu ilegitimidade ativa do Sintaema para ingressar com a ação. Porém, o Tribunal Regional do Trabalho reformou a decisão em favor do Sintaema, determinando o retorno dos autos a vara de origem para apreciação do mérito da causa. A Companhia recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, porém sem sucesso. Os autos retornaram a vara de origem, onde a ação foi julgada procedente. A Companhia recorreu, entretanto, a decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho e posteriormente entrou com recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, onde restou inadmitido, tendo transitado em julgado a decisão, com início a liquidação de haveres. Os advogados da Companhia avaliaram o risco de perda como provável no montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R$ 62,6 milhões (dezembro/2010 - R$ 55,9 milhões).

(b) O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de São Paulo (Sintaema) e outros, ingressaram com Dissídio Coletivo, referente à data base 2010/ 2011 pleiteando, dentre outras questões, hora extra 100%, aumento real de 1,5% a data base. Foi julgado procedente em parte pelo TRT, concedendo aos empregados da SABESP as horas extras a 100%, aumento real de 1,5%, dentre outros itens. A SABESP ingressou junto ao TST postulando o efeito suspensivo da decisão do TRT, o qual foi concedido e atualmente aguarda-se decisão final. Os advogados da Companhia avaliaram o risco de perda como provável no montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R$ 11,8 milhões (dezembro/2010 - R$ 10,5 milhões).

(vi) Ações ambientais

Dentre as ações civis públicas das quais fazemos parte, destacamos as seguintes:

(a) Ação civil pública perante a Comarca de Paraguaçu Paulista (1ª Vara de Paraguaçu Paulista) buscando compensação e a cessação de danos ambientais alegadamente causados pelo lançamento de esgoto "in natura" pela Companhia no Rio Alegre, situado no Município de Paraguaçu Paulista. O Juiz da Primeira Instância proferiu decisão contrária à Companhia, determinando que a mesma: (a) cessasse o lançamento de esgoto "in natura" no Rio Alegre; (b) fizesse investimentos no sistema de tratamento de água e esgoto do Município de Paraguaçu Paulista; e (c) efetuasse o pagamento de indenização para reparação de danos ambientais, que foi arbitrada judicialmente no montante atualizado de R$ 168,9 milhões. A decisão determinou, ainda, que o descumprimento dos itens (a) e (b) acima sujeitaria a Companhia ao pagamento de multas diárias. A Companhia recorreu da decisão judicial. Em 21 de setembro de 2006, a apelação da Companhia teve julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Firmado o acordo com o Ministério Público, no valor de R$ 42,7 milhões com prazo de 54 meses para a execução das obras, sendo R$ 34 milhões referentes à compensação dos danos ambientais. Estão em discussão algumas questões relativas ao cumprimento dos prazos dos compromissos assumidos no acordo. Desse modo, os advogados da Companhia classificaram o risco de perda como provável. Sendo que o valor atualizado provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 43,7 milhões (dezembro/2010 - R$ 15).

(b) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público em face da SABESP, cuja sentença e acórdão em Recurso de Apelação foram desfavoráveis à SABESP, condenada a 1) abster-se de lançar ou deixar cair esgoto sem tratamento em sistema fluvial sob pena de R$ 150 "por cada ato ilegal"; 2) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município de Guareí, realizando todas as obras necessárias ao tratamento de esgoto, a serem concluídas em 180 dias, sob pena de multa diária de R$ 100 em caso de

continua...

...continuação da página anterior

descumprimento; 3) indenizar pelos danos causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Apresentados os recursos, aguarda-se o julgamento dos mesmos. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 foi no montante de R$ 38,4 milhões (dezembro/2010 - R$ 4,4 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco de perda como provável.

(c) Ação civil pública promovida pelo Ministério Público em face da SABESP e da Prefeitura Municipal de Cotia, objetivando a condenação individual e solidária das rés com relação: (i) a cessação definitiva do descarte de efluentes sem tratamento no Rio Cotia ou seus tributários, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento; (ii) obrigação de submeter o esgoto a tratamento prévio antes de lançá-lo no Rio Cotia, sob pena de multa diária no caso de não cumprimento; (iii) restauração integral das condições primitivas do solo, corpos d'água superficiais e subterrâneos e da vegetação, sob pena de multa diária em caso de não cumprimento e (iv) ao pagamento de indenização por danos ao meio ambiente causados ao solo, a fontes de água e a corpos d'água subterrâneos e superficiais que não podem ser recuperados. O Tribunal de Justiça decidiu a favor dos itens (i), (iii) e (iv) acima. O perito técnico do tribunal, em 17 de outubro de 2006, calculou a indenização por danos ambientais no valor de R$ 827, ou alternativamente, em R$ 5,8 milhões, caso compute-se os danos causados na faixa lindeira (limítrofe do Rio Cotia). Este montante ainda está sob discussão e sujeita a uma decisão final pelo juízo de primeira instância. O valor atualizado do total da perícia em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 11,6 milhões (dezembro/2010 - R$ 10,7 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco de perda como provável.

(d) A Prefeitura de Águas de São Pedro ingressou com Ação Civil Pública em face da SABESP objetivando a condenação da Companhia para a execução das obras e serviços necessários para retirada de descarga direta dos esgotos junto à área verde, nascente e lago Pantanal localizados na Rua dos Pinheiros no bairro Jardim Iporanga, no Município de Águas de São Pedro, indenização pelos danos causados ao meio Ambiente e honorários advocatícios. O juízo de 1ª grau julgou a ação improcedente. O Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso interposto pela Municipalidade, julgando procedente a ação e fixando prazo de 180 dias para que a SABESP implante serviço necessário ao tratamento dos esgotos da região antes de despejá-los nos córregos, providenciando estudos adequados e amparados em normas técnicas ambientais, restabelecendo a multa diária de R$ 5. Foram opostos Embargos de Declaração, que restaram rejeitados. Desta decisão a SABESP interpôs os recursos extremos. O valor da multa diária computada em 31 de dezembro de 2011 corresponde ao importe de R$ 2,0 milhões (dezembro/2010 - R$ 14,0 milhões), valor este reduzido em face da alteração do início do computo da multa diária. Os advogados da companhia avaliaram o risco de perda como provável.

(e) O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública em face da SABESP, objetivando a condenação da Companhia em: 1) obrigação de não fazer, não lançar os esgotos da EPC Araçá no canal de São Sebastião sem a obtenção das LI (Licença de Inspeção) e LO (Licença de Operação), sob pena de multa diária de R$ 100; 2) Obrigação de fazer, manter em operação a EPC (Estação de Pré-Condicionamento) Araçá, com as licenças (LI e LO), sob pena de multa diária de R$ 100; 3) Lançar no canal de São Sebastião os esgotos domiciliares dentro dos padrões legais; 4) Cumprir todas as exigências técnicas constantes da LI e LO, bem como, as que forem formuladas nas inspeções realizadas pela CETESB; 5) Indenização de R$ 50 milhões por danos morais ambientais. Houve deferimento da liminar determinando à SABESP que exiba em juízo, no prazo de 6 meses, as licenças (LI e LO) da EPC Araçá, sob pena de multa diária de R$ 100, bem como a contratação de empresa para realização de estudo técnico, no prazo de 30 dias, para vistoria e coleta de amostras do Canal de São Sebastião junto ao difusor dos emissários submarino do Araçá e nas praias que estejam a 8 km ao Sul e ao Norte deste, além do mangue, onde além da qualidade da água deve ser analisada a dos sedimentos, atenta a auditoria para a existência de concentrações de coliformes fecais, relatórios mensais ao juízo, que deverão ser denominados relatórios de auditoria independente. Este processo está em estágio inicial e aguarda julgamento em primeira instância. O valor atualizado monetariamente resulta no montante em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 123,4 milhões (dezembro/2010 - R$ 78,1 milhões). O risco de perda foi classificado como possível.

(f) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da SABESP e da Prefeitura Municipal de Piracaia pleiteando a condenação das rés em obrigação de não fazer, consistente em deixar de lançar o esgoto de origem domiciliar "in natura" no Rio Atibaia em desacordo com os padrões de qualidade previstos em lei sob pena de execução específica ou multa diária. Este processo está aguardando julgamento em primeira instância, no entanto, houve uma mudança no valor da causa, tendo em vista que foi provido o recurso de Agravo de Instrumento alterando este de R$ 3,5 milhões para R$ 100. O valor atualizado da ação em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 262 (dezembro/2010 - R$ 9,6 milhões). Os advogados da companhia avaliaram o risco de perda como possível.

A Companhia está envolvida em outras ações ambientais e processos administrativos em municípios onde opera, oriundos de lançamento de esgoto sem tratamento, avaliados como de perda provável e possível por advogados da companhia. Os valores provisionados nem sempre representam o montante final a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos e a impossibilidade da Administração estimar os montantes dos futuros desembolsos. Em 31 de dezembro de 2011, o total provisionado representa o montante de R$ 121,2 milhões (dezembro/2010 - R$ 65,1 milhões) já contemplando os descritos nos itens (a), (b), (c) e (d).

(vii) Processos com acordos firmados em 2011

A Companhia firmou, durante o exercício de 2011, diversos acordos que foram provisionados relacionados a questões ambientais, como segue:

a) Águas de Santa Bárbara

Em 05 de agosto de 2011, a SABESP em conjunto com a Prefeitura Municipal de Àguas de Santa Bárbara, celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Cerqueira César, objetivando a execução das obras necessárias para realização de prévio tratamento de todo o esgoto doméstico coletado no Município de Águas de Santa Bárbara, bem como compensação ambiental, o mapeamento das áreas de matas ciliares do município existentes e a serem recompostas. O valor total do empreendimento está estimado em R$ 6,1 milhões e a compensação florestal está estimada em R$ 200;

b) Campos do Jordão

Em 11 de julho de 2011, a SABESP celebrou acordo judicial com a Promotoria de Justiça da Comarca de Campos do Jordão, objetivando a execução das obras da construção da Estação de Tratamento de Esgoto de Campos do Jordão, com valor estimado em R$ 108,7 milhões, bem como proceder à título de compensação por eventuais danos ambientais passíveis ou não de reparação e em relação à multa diária consignada na sentença: recuperação florestal, no valor estimado de R$ 850, centro de convivência ambiental no valor estimado de R$ 440 e antecipação de obras no valor estimado de R$ 41 milhões;

c) Mococa

Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 03 de maio 2011, que entre si celebram o Ministério Público do Estado de São Paulo - GAEMA Ribeirão Preto e a SABESP, com o objetivo de execução de obras do sistema de esgotamento sanitários do município de Mococa e do Distrito de Igaraí. Valor do empreendimento estimado em R$ 2,9 milhões.

(viii) Outros processos relacionados às concessões

(a) Em 25 de março de 2005 o Município de Itapira aprovou um decreto que revoga o contrato de concessão. Além disso, foi promulgada uma lei municipal que revoga lei anterior que autorizava o município a celebrar contrato com a SABESP. O município ainda ingressou com Ação de Reintegração de Posse, buscando a retomada da posse de todos os ativos reversíveis, direitos e privilégios transferidos no âmbito dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos e obteve uma liminar que foi posteriormente ratificada por decisão do Tribunal. A SABESP interpôs recurso de apelação e posteriormente dele desistiu em face do ajuizamento de ação de indenização contra a aludida municipalidade, a qual encontra-se em andamento, com expectativa de possível ganho.

(b) O Município de Cajobi ajuizou Ação de Reintegração de Posse, pretendendo a retomada dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto, bem como, a condenação da SABESP ao pagamento de perdas e danos pelos valores recebidos a título de tarifas de água e esgoto que deixou de receber em decorrência dos serviços públicos explorados, desde a edição do Decreto Municipal, assim como, pela utilização dos bens ligados à concessão. A ação foi julgada procedente para manter o Município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Em 25 de agosto de 2008, a SABESP interpôs Recurso de Apelação, o qual encontra-se aguardando julgamento. Foi julgado e negado provimento. O Município encontra-se à frente dos serviços desde 29 de maio de 2007, por força de decisão concessiva em Agravo de Instrumento. A SABESP ajuizou Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, para apurar valor a ser pago pelo Município, que se encontra em fase de perícia, para posterior ajuizamento de ação indenizatória e expectativa de possível ganho.

(c) O Município de Araçoiaba da Serra ajuizou Ação de Reintegração de Posse, objetivando liminarmente ingressar nas instalações afetadas à concessão, incluindo todos os bens móveis e imóveis vinculados ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, passando a administrar, operar e explorar tais serviços, ante a ocorrência do termo final do contrato de concessão em 23 de setembro de 2006. Ao final postula a reintegração definitiva na posse, assegurando-se a devida reversão de todos os bens, direitos e privilégios outrora transferidos da SABESP. A medida liminar foi inicialmente concedida e ora mantida pelo Tribunal de Justiça para manter o Município à frente dos serviços. A ação foi julgada procedente e está atualmente na fase recursal, com expectativa de possível perda.

(d) O Município de Tarumã, em 02 de julho de 2010, propôs ação cautelar, buscando em sede de medida liminar, a sua imissão na posse de todos os bens existentes e necessários à execução do serviço de coleta, tratamento e distribuição de água e tratamento de esgoto. Inicialmente, o Tribunal havia concedido a medida liminar postulada, decisão esta que foi posteriormente revista, razão pela qual em 19 de janeiro de 2011 foi retomada pela Companhia a prestação dos serviços neste Município. Por intermédio de outra ação cautelar que a antecedeu, objetivou o município de Tarumã em sede de medida liminar, o arrolamento dos bens existentes e utilizados na execução dos serviços de água e esgotos prestados naquele município, determinando-se que tais bens ficassem sob a sua guarda até que se proceda à liquidação de eventual indenização em favor da SABESP. Por conta de decisão liminar houve o arrolamento dos bens, ficando como depositário a própria SABESP. Ambos os processos encontram-se na fase de conhecimento não havendo decisão definitiva, sendo classificado como possível e remota perda, respectivamente.

(e) Em 2 de dezembro de 1997, o Município de Santos promulgou uma lei encampando os sistemas de água e esgoto da Companhia naquele Município. Em resposta, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar contra a promulgação da referida lei, objetivando sua cassação. O pedido foi indeferido pelo juízo de primeira instância, porém, tal decisão foi posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o qual concedeu a segurança requerida, suspendendo os efeitos da referida lei. O juízo de primeira instância proferiu uma decisão de mérito a favor da Companhia, tendo o Município de Santos apelado da decisão. Essa decisão foi mantida pelo Tribunal de segunda instância, entretanto, ainda não é definitiva. A despeito da ação pendente, a Companhia continua operando os sistemas de água e esgoto do Município de Santos. A expectativa para esta ação é de provável ganho.

(f) O Município de Tuiuti ajuizou ação declaratória, objetivando o reconhecimento de inexistência de vínculo jurídico ou legal que possa embasar a permanência da SABESP à frente dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto do Município de Tuiuti, bem como determinar o final encampamento pelo município-autor de tais serviços públicos. A SABESP ingressou com Reconvenção objetivando obter a declaração de existência da relação jurídica entre as partes para obter indenização a ser apurada pelos investimentos efetuados. A ação foi julgada em primeira instância procedente em parte para declarar a inexistência do vínculo jurídico entre o Município e a SABESP, relativa à concessão do serviço, convalidando a liminar que autorizou a retomada dos serviços. No entanto, julgou procedente em parte a ação reconvencional proposta pela SABESP para condenar o Município ao pagamento da importância de R$ 541, a ser corrigida desde março de 1996. A SABESP interpôs recurso de apelação em 22 de julho de 2009. Por outro lado, o Município também interpôs recurso de apelação. O tribunal acolheu parcialmente nosso apelo para majorar a indenização para R$ 1,1 milhão (dez/95). A SABESP não opera no Município por força do acolhimento de pedido de concessão de medida liminar requerida pelo Município. Na Reconvenção a expectativa é de provável ganho.

(g) A SABESP ajuizou em 12 de janeiro de 2001 Ação Ordinária em face do Município de Presidente Prudente visando à declaração do direito contratual de manter a continuidade dos serviços concedidos até legal e formal rescisão do contrato de concessão, inclusive com a correspondente e indispensável indenização, reconhecidos como ilegais e abusivos os referidos atos ou ameaças da Municipalidade para a pretendida encampação. A SABESP continua operando no Município de Presidente Prudente por força de decisão judicial que lhe assegurou o direito de permanecer no exercício da concessão até prévio pagamento da indenização, sendo a expectativa de remota perda.

(h) A SABESP ajuizou em 15 de março de 2011 Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Álvares Florence objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, incluindo todos os bens móveis e imóveis vinculados ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, voltando a administrar, operar e explorar tais serviços, ante a ocorrência da retomada forçada pelo Município após o termo final do contrato. Ao final postula a reintegração definitiva na posse, assegurando-se a continuação da prestação dos serviços de saneamento. A medida liminar foi inicialmente concedida e posteriormente reformada pelo Tribunal de Justiça, por meio de agravo de instrumento, para manter o Município à frente dos serviços. Atualmente o processo conta com decisão de primeiro grau desfavorável à SABESP e recurso de apelação pendente de julgamento, com expectativa de possível ganho.

(i) A SABESP ajuizou em 19 de agosto de 2011 Ação de Reintegração de Posse em face do Município de Macatuba objetivando liminarmente retornar à posse das instalações afetadas à concessão, incluindo todos os bens móveis e imóveis vinculados ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, voltando a administrar, operar e explorar tais serviços, ante a ocorrência do termo final do contrato. A medida liminar foi indeferida e a SABESP não voltou a operar no Município até presente data. O processo aguarda julgamento de 1ª Instancia. Paralelamente a SABESP ajuizou Ação de Rito Ordinário cumulada com pedido Cominatório, para condenar a municipalidade ao pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que se encontra em fase de citação, com expectativa de possível ganho.

(j) Após o vencimento do Contrato de Concessão do Município de Iperó, este requereu administrativamente a retomada dos serviços. A SABESP ingressou com Ação Possessória em 30 de dezembro de 2009, para manter-se na posse dos serviços até o pagamento de indenização, sendo inicialmente obtida liminar concedendo a manutenção da posse à Companhia. Posteriormente foi a mesma cassada pelo próprio Juízo de 1º grau. Foi Interposto Agravo de Instrumento sem alteração do resultado. O município está à frente dos serviços. A ação de Reintegração de Posse foi julgada improcedente e atualmente aguarda julgamento do recurso de apelação. Paralelamente a SABESP promove medida cautelar antecipatória de provas, em que foi concedida a liminar, tão somente para a discriminação dos bens que integram o serviço que era prestado, encontrando-se em fase de perícia, com expectativa de remoto ganho.

17 Benefícios a funcionários

(a) Plano assistencial

Administrado pela Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV, é constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram as seguintes:

- Da Companhia: 7,5% (31 de dezembro de 2010 - 7,6%) em média da folha bruta de salários;
- Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,2% da folha bruta de salários.

(b) Benefícios previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Plano financiado - G1		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.638.220	1.572.933
Valor justo dos ativos do plano	(1.203.493)	(1.113.189)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	103.892	27.588
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	538.619	487.332
Plano não financiado - G0		
Valor presente das obrigações de benefício definido	1.581.600	1.638.036
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	(69.522)	(321.330)
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	1.512.078	1.316.706
Passivo no balanço patrimonial - obrigações previdenciárias	2.050.697	1.804.038

(i) Plano G1

Administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social - SABESPREV, o plano de benefício definido ("Plano G1") recebe contribuições mensais da seguinte forma: 2,10% da Companhia e 2,3% dos participantes. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía um compromisso atuarial líquido de R$ 538.619 (R$ 487.332 em 31 de dezembro de 2010) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos relacionados; e ganhos atuariais não reconhecidos.

A movimentação das obrigações de benefício definido durante 2011 e 2010 está descrita abaixo:

	2011	2010
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.572.933	1.422.993
Custo do serviço	26.869	27.200
Custo dos juros	158.069	152.470
Perdas (ganhos) atuariais	(57.583)	222.510
Redução antecipada (curtailment)	-	(195.561)
Benefícios pagos	(62.068)	(56.679)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	1.638.220	1.572.933

Movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano

	2011	2010
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.113.189	1.123.695
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	111.307	122.630
Ganhos ou (perdas) atuariais	18.805	28.318
Contribuições da Companhia	8.853	13.835
Contribuições dos funcionários	13.407	15.574
Redução antecipada (curtailment)	-	(134.184)
Benefícios pagos	(62.068)	(56.679)
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	1.203.493	1.113.189

Valores reconhecidos na demonstração do resultado

	2011	2010
Custo do serviço corrente	26.869	27.200
Custo dos juros	158.069	152.470
Retorno esperado sobre ativos do plano	(111.307)	(122.630)
Amortização de (ganhos)/ perdas não reconhecidos anteriormente	-	(10.397)
Ganho na redução antecipada (Curtailment)	-	(61.377)
Perdas/(ganhos) não reconhecidos relativos ao curtailment	-	(15.266)
Total	73.631	(30.000)

Em 2011, o ganho na redução antecipada, líquido das despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G1, foi alocado nas seguintes contas de resultado do exercício R$ 56.613 em "custos das vendas e serviços prestados", R$ 8.928 em "despesas de vendas" e R$ 8.090 em "despesas administrativas". Em 2010 as reversões de despesas relacionadas à obrigação de benefício definido nos montantes de R$ 24.314, R$ 3.547 e R$ 2.139, foram alocadas em custos das vendas e serviços prestados, despesas de vendas e despesas administrativas, respectivamente.

Redução antecipada (*curtailment*)

Com o objetivo de solucionar o déficit referente ao Plano de Benefício Definido (BD) G1, a partir de julho de 2010, a SABESP e a SABESPREV estruturaram um processo através do qual os participantes puderam optar por mudar do plano de Benefício Definido para um plano de Contribuições Definidas, o SABESPREV Mais.

A migração do plano G1 para o Sabesprev Mais, resultou em ganho atuarial referente a parcela proporcional aos funcionários que migraram, determinada com base no valor presente das obrigações de benefício definido e ativos do plano antes e após a migração. A Companhia registrou um ganho em decorrência do curtailment e liquidação parcial do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano no montante de R$ 61.377, além de reconhecer os respectivos ganhos atuariais não reconhecidos anteriormente, no montante de R$ 15.266.

O período para a migração de plano, de julho a novembro de 2010, foi suspenso através de liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 20 de outubro de 2010, até que as alegações das partes envolvidas sejam analisadas. Até 20 de outubro de 2010, 4.023 empregados, correspondendo a 26,0% dos participantes do plano G1 migraram para o SABESPPREV MAIS.

Despesas previstas	2012
Custo do serviço corrente	27.764
Custo dos juros	176.762
Rendimento esperado do ativo do plano	(147.550)
Total da despesa adicional a reconhecer	56.976

As principais premissas atuariais utilizadas são as seguintes:

	2011	2010
Taxa de desconto - taxa real	5,75% a.a.	6,0% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	4,0% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	12,53% a.a.	10,2% a.a.
Futuro aumento salarial	7,10% a.a.	6,1% a.a.

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo de 2011 foi a AT-2000 (AT 83 desagravada em 10% para 2010). A alteração não gerou impacto significante e a mudança ocorreu por ser mais aderente a população do plano.

A taxa de desconto atuarial de 5,75% em 2011 (6,0% em 2010) é compatível com os títulos públicos federais (NTN-B).

O número de participantes ativos do G1 em 31 de dezembro de 2011 era de 9.833 (10.444 em 31 de dezembro de 2010). O número de participantes inativos em 31 de dezembro de 2011 era de 5.936 (5.579 em 31 de dezembro de 2010).

A análise de sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 6,19%
	Redução de 0,5%	Aumento de 6,87%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 2,73%
	Redução de 0,5%	Redução de 2,46%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 1,36%

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela SABESPREV e consultores financeiros independentes. Nos termos da estratégia de alocação os ativos previdenciários da Companhia incluem o seguinte:

continua...

	Alocação - %	
Categoria de ativo	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Títulos de renda fixa	69%	72%
Ações	26%	21%
Imóveis	3%	5%
Empréstimos	2%	2%
Total	100%	100%

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal para gerenciamento interno, são:

i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
ii) exposição a flutuações na taxa de câmbio não serão permitidas, isto é, se houver quaisquer letras de câmbio na carteira, os *swaps* devem ser utilizados para proteção contra a exposição existente.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
iv) não será permitida a alavancagem, i.e., operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

A SABESPREV não possui em sua carteira de investimentos, títulos de renda fixa, emitidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2011. Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

Os ativos do plano renderam 14,9% em 2011 e 13,4% em 2010.

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

A contribuição esperada pela Companhia ao Plano G1 para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 é de R$ 11.018.

O déficit técnico da SABESPREV apurado em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 506.431 (dezembro/2010 - R$ 437.652). A Companhia e a SABESPREV estão em processo de negociação para que o déficit técnico seja equacionado, mediante a migração do plano de benefício definido para um plano de contribuição variável. A Administração estima não incorrer em custos adicionais significativos em decorrência da mudança dos referidos planos.

(i) Plano de previdência Complementar - Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2011 após a movimentação dos participantes do plano G1, o plano de Contribuição Definida ficou com 4.452 participantes.

Para o plano de contribuição definida, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante.

No plano de contribuição definida, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2011, pela avaliação atuarial foi de R$ 14.688 referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R$ 10.241, no exercício de 2011 (dezembro/2010 - R$ 13.256).

(ii) Plano G0

A Companhia é também co-obrigada em um plano de benefício definido de aposentadoria suplementar. De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que prestaram serviços antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2011, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R$ 1.512.078 (dezembro/2010 - R$ 1.316.706).

Movimentação das obrigações de benefício definido durante o ano:

	2011	2010
Obrigação de benefício definido, início do exercício	1.316.706	1.299.761
Custo dos juros e serviço corrente	319.793	135.353
Benefícios pagos	(124.421)	(118.408)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	1.512.078	1.316.706

Valores reconhecidos na demonstração de resultado:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	548	9
Custo dos juros	161.718	135.344
Amortização (ganhos)/perdas	157.527	-
Total	319.793	135.353

Em 2011 e 2010, a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em Despesas Administrativas.

Despesas previstas	2012
Custo do serviço corrente	400
Custo dos juros	167.387
Total da despesa adicional a reconhecer	167.787

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2011	2010
Taxa de desconto - taxa real	5,75% a.a.	6,00% a.a.
Taxa de inflação	5,00% a.a.	4,00% a.a.
Aumento salarial futuro	7,10% a.a.	6,10% a.a.

A tábua de mortalidade utilizada no cálculo de 2011 foi a AT-2000(AT 83 desagravada em 10% para 2010). A alteração não gerou impacto significante e a mudança ocorreu por ser mais aderente a população do plano.

A taxa de desconto atuarial de 5,75% em 2011 (6,0% em 2010) é compatível com os títulos públicos federais (NTN-B).

O número de participantes ativo do plano G0 em 31 de dezembro de 2011 é de 36 (62 em 31 de dezembro de 2010) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2011 é de 2.259 (2.474 em 31 de dezembro de 2010).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2012 é de R$ 133.635.

A análise de sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2011 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G0	Alteração da premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	Redução de 4,47%
	Redução de 0,5%	Aumento de 4,86%
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 0,5%	Aumento de 0,02%
	Redução de 0,5%	Redução de 0,02%
Expectativa de Vida	Aumento de 1 ano	Aumento de 1,88%

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2011, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. No ano foi provisionado o montante de R$ 56.576 (2010 - R$ 52.600)

18 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, após ouvir o Conselho Fiscal.

(b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é composto de 227.836.623 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Número de ações	**%**	**Número de ações**	**%**
Secretaria da Fazenda	114.508.086	50,26%	114.508.085	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	52.990.545	23,26%	51.707.376	22,69%
Departamento de ADR do The Bank Of New York (equivalente em ações) (*)	60.144.856	26,40%	61.418.144	26,96%
Outros	193.136	0,08%	203.018	0,09%
	227.836.623	100,0%	227.836.623	100,0%

(*) Cada ADR é igual a 2 ações

A quantidade de ações em 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011 era de 227.836.623 ações ordinárias, sem valor nominal, não havendo alteração durante o exercício.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são apurados como segue:

	2011
Lucro líquido do exercício	1.223.419
(-) Reserva legal - 5%	(61.171)
	1.162.248
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (R$ 1,27 por ação)	290.562

Foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, em 28 de abril de 2011, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 455.992, relativo ao exercício de 2010. Dessa forma, o valor de R$ 68.761, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2010 na rubrica "Dividendos adicionais propostos" foi transferido para o passivo circulante, sendo que tais valores foram pagos em junho de 2011. Os juros de R$ 455.992, líquidos do imposto de renda na fonte, de R$ 33.032, totalizaram R$ 422.960.

A Companhia propôs "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 578.705, correspondentes a R$ 2,54 por ação ordinária. Esses juros, líquidos do imposto de renda na fonte, de R$ 43.168, totalizam R$ 535.537. Em 2010 os juros foram de R$ 455.992, que líquidos do imposto de renda na fonte, de R$ 33.032, totalizaram R$ 422.960.

A Companhia declarou dividendos no montante de R$ 578.705 a serem referendados na Assembleia Geral em 23 de abril de 2012. A Companhia registrou dividendos na forma de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R$ 290.562, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. A diferença, de R$ 288.143, foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de "Dividendos adicionais propostos".

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital.

(e) Reserva legal

Reserva de lucros **-** reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Além disso, tal reserva não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma porção do lucro líquido de uma Companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias para investimentos, cujo valor é baseado em um orçamento de capital previamente apresentado pela administração da Companhia e aprovado pelos acionistas em assembleia geral. O estatuto da Companhia não faz referência a aprovação do orçamento de capital pela assembleia de acionistas, porém a Companhia adota as regras da Lei das Sociedades por Ações. Após concluídos os devidos projetos de capital, a Companhia pode reter a reserva até que os acionistas aprovem a transferência de toda ou parte da reserva para o capital ou para a reserva de lucros acumulados. Pela Lei das Sociedades por Ações, se um projeto para o qual foi alocada parte da reserva de orçamento de capital tiver prazo superior a um ano, o orçamento relativo a tal projeto deve ser submetido à apreciação da assembleia geral em periodicidade anual, até a conclusão do projeto.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do artigo 29 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à assembleia geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

I - seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;

II - a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
- a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
- b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
- c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
- d) na incorporação ao capital social.

A reserva para investimentos é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o saldo da reserva para investimentos era de R$ 3.408.591 e R$ 2.825.048, respectivamente.

(g) Destinação do lucro do exercício

	2011
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	1.223.419
(-) Reserva legal - 5%	61.171
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	290.562
(-) Dividendos adicionais propostos	288.143
Reserva para investimentos	583.543

(h) Lucros (prejuízos) acumulados

Lucros (prejuízos) acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

19 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.223.419	1.630.447
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	227.836.623	227.836.623
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	5,37	7,16

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

20 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base em informações utilizadas para a tomada de decisões estratégicas, com o objetivo de alocar os recursos e a avaliação de desempenho entre os segmentos.

A administração da Companhia considera o negócio como prestação de serviço de água e esgoto. Nenhum segmento operacional foi agregado.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	2011			
	Água	**Esgoto**	**Reconciliação para as demonstrações financeiras**	**Saldo conforme demonstrações financeiras**
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.610.204	3.699.916	2.234.778	10.544.898
Deduções da receita bruta	(334.616)	(268.645)	-	(603.261)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.275.588	3.431.271	2.234.778	9.941.637
Custos, despesas com vendas e administrativas	(3.309.145)	(2.001.647)	(2.186.320)	(7.497.112)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	966.443	1.429.624	48.458	2.444.525
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	-	(90.138)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	-	-	-	2.354.387
Depreciação e amortização	415.065	353.704	-	768.769

	2010			
	Água	**Esgoto**	**Reconciliação para as demonstrações financeiras**	**Saldo conforme demonstrações financeiras**
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	4.257.158	3.398.733	2.130.684	9.786.575
Deduções da receita bruta	(314.282)	(241.266)	-	(555.548)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados - de clientes externos	3.942.876	3.157.467	2.130.684	9.231.027
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.789.529)	(1.690.084)	(2.081.081)	(6.560.694)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	1.153.347	1.467.383	49.603	2.670.333
Outras despesas operacionais líquidas	-	-	-	1.830
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	-	-	-	2.672.163
Depreciação e amortização	291.841	260.343	-	552.184

O lucro operacional da controladora totaliza o montante de R$ 2.354.495 (dezembro/2010 - R$ 2.672.119), sendo a diferença de R$ 108 (dezembro/2010 - R$ 44) representada pelos resultados financeiros e imposto de renda e contribuição social das controladas em conjunto.

Os ajustes para reconciliação das demonstrações financeiras são como segue:

	Consolidado 31 de dezembro de	
	2011	**2010**
Receita bruta de construção referente ao ICPC1	2.234.778	2.130.684
Custo de construção referente ao ICPC1	(2.186.320)	(2.081.081)

A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17, "Contratos de Construção" (IAS 11) usando o método de execução percentual.

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Serviços de água	8.237.071	7.980.302
Serviços de esgoto	10.584.402	9.145.194
Ativos dos segmentos reportados	18.821.473	17.125.496
Total do ativo circulante	3.725.833	3.590.121
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	333.713	352.839
Saldos com partes relacionadas, líquido	170.288	231.076
Indenizações a receber	60.295	146.213
Depósitos judiciais	54.178	43.543
Imposto de renda e contribuições social diferidos	179.463	78.440
Imobilizado, líquido	356.468	249.606
Outros ativos não circulantes	1.513.273	1.533.250
Ativo total, conforme balanço patrimonial	25.214.984	23.350.584

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

21 Receita

(a) Receita bruta de vendas de produtos e serviços:

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Região Metropolitana de São Paulo	6.144.669	5.699.618	6.144.669	5.699.618
Sistemas Regionais (i)	2.160.374	1.955.608	2.165.451	1.956.273
Total	8.305.043	7.655.226	8.310.120	7.655.891

continua...

...continuação da página anterior

(b) Reconciliação da receita bruta para a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas e/ou serviços	8.305.043	7.655.226	8.310.120	7.655.891
Receita bruta de construção	2.224.633	2.130.675	2.234.778	2.130.684
Impostos sobre vendas	(602.231)	(555.531)	(603.261)	(555.548)
Receita líquida	9.927.445	9.230.370	9.941.637	9.231.027

(i) Os sistemas regionais da controladora incluem os municípios do interior e do litoral do Estado de São Paulo.

22 Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Custos das vendas e dos serviços prestados				
Salários e encargos	1.131.774	994.530	1.132.403	994.631
Obrigações previdenciárias	49.374	(11.799)	49.374	(11.799)
Custos de construção	2.177.045	2.081.071	2.186.320	2.081.081
Materiais gerais	147.268	135.058	147.464	135.113
Materiais de tratamento	154.748	136.533	154.867	136.546
Serviços de terceiros	668.138	603.849	668.994	603.924
Energia elétrica	582.410	529.352	583.418	529.480
Despesas gerais	368.932	202.633	369.054	202.645
Depreciação e amortização	739.043	522.927	739.083	522.927
	6.018.732	5.194.154	6.030.977	5.194.548
Despesas com vendas				
Salários e encargos	194.747	185.012	194.832	185.012
Obrigações previdenciárias	7.942	(1.375)	7.942	(1.375)
Materiais gerais	7.703	6.488	7.703	6.488
Serviços de terceiros	201.941	216.034	201.955	216.038
Energia elétrica	622	775	622	775
Despesas gerais	78.654	69.580	78.660	69.581
Depreciação e amortização	7.435	3.922	7.435	3.922
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	120.260	232.505	120.393	232.505
	619.304	712.941	619.542	712.946
Despesas administrativas				
Salários e encargos	157.704	140.933	160.262	141.749
Obrigações previdenciárias	262.597	93.683	262.597	93.683
Materiais gerais	4.142	5.131	4.267	5.167
Serviços de terceiros	123.500	149.570	125.502	150.300
Energia elétrica	1.047	1.219	1.052	1.268
Despesas gerais	208.365	172.028	208.978	172.241
Depreciação e amortização	22.226	25.327	22.251	25.335
Despesas fiscais	61.496	63.380	61.684	63.457
	841.077	651.271	846.593	653.200
Custos, despesas com vendas e administrativas				
Salários e encargos	1.484.225	1.320.475	1.487.497	1.321.392
Obrigações previdenciárias	319.913	80.509	319.913	80.509
Custos de construção	2.177.045	2.081.071	2.186.320	2.081.081
Materiais gerais	159.113	146.677	159.434	146.768
Materiais de tratamento	154.748	136.533	154.867	136.546
Serviços de terceiros	993.579	969.453	996.451	970.262
Energia elétrica	584.079	531.346	585.092	531.523
Despesas gerais	655.951	444.241	656.692	444.467
Depreciação e amortização	768.704	552.176	768.769	552.184
Despesas fiscais	61.496	63.380	61.684	63.457
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (nota 8(c))	120.260	232.505	120.393	232.505
	7.479.113	6.558.366	7.497.112	6.560.694

23 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Despesas financeiras				
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(354.813)	(388.414)	(355.526)	(388.502)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(79.816)	(50.797)	(79.816)	(50.797)
Outras despesas financeiras (i)	(81.510)	(167.915)	(81.675)	(168.462)
Imposto de renda s/remessa ao exterior	(9.795)	(3.412)	(9.795)	(3.412)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(48.879)	(87.330)	(48.878)	(87.330)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesprev mais	(1.794)	-	(1.794)	-
Outras variações monetárias	(68.975)	(47.041)	(68.975)	(47.041)
Provisão para contingências financeiras	(56.307)	(43.923)	(56.307)	(43.923)
Total de despesas financeiras	(701.889)	(788.832)	(702.766)	(789.467)
Receitas financeiras				
Variações monetárias ativas	89.351	120.779	89.361	120.779
Rendimento de aplicações financeiras	271.847	137.613	271.973	137.720
Juros e outras	104.555	85.415	104.592	85.415
Total de receitas financeiras	465.753	343.807	465.926	343.914
Despesas financeiras líquidas	(236.136)	(445.025)	(236.840)	(445.553)
Variações cambiais líquidas				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(382.305)	66.191	(382.304)	66.191
Outras variações cambiais	(96)	(209)	(97)	(214)
Variação cambial ativa	(14.481)	169	(14.400)	169
	(396.882)	66.151	(396.801)	66.146

(i) Outras despesas financeiras incluem, principalmente, juros relativos à processos judiciais e juros sobre obrigações de contratos de programa.

24 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A composição de "outras receitas (despesas) operacionais líquidas" é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais líquidas	72.386	39.435	72.501	39.456
Outras despesas operacionais	(162.639)	(37.626)	(162.639)	(37.626)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(90.253)	1.809	(90.138)	1.830

As outras receitas operacionais compõem-se, de resultados nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura e Aqualog.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens do ativo imobilizado por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e provisão referente aos ativos relacionados à concessão do município de Mauá (R$ 85.918).

25 Compromissos

(i) Aluguéis operacionais

Em 31 de dezembro de 2011, os aluguéis operacionais já contratados requerem os pagamentos mínimos como segue:

2012	63.314
2013	54.067
2014	25.119
2015	867
Total	143.367

As despesas com aluguéis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de R$ 34.337 e R$ 29.002, respectivamente. Os valores referem-se às seguintes contas: aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e equipamentos, aluguel de equipamentos de informática, aluguel de máquinas copiadoras, aluguel de veículos e aluguel de equipamentos automotivos. Os contratos dos aluguéis operacionais encerram-se em 2015.

(ii) Energia elétrica

A Companhia apresenta contratos de longo prazo de compromisso firme com fornecedores de energia elétrica para uso próprio. Em 31 de dezembro de 2011 os principais valores de contratos dessa modalidade são apresentados como segue:

2012	283.183
2013	88.102
2014	82.583
2015	80.564
Total	534.432

As despesas com energia elétrica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram de R$ 584.373 e R$ 531.661, respectivamente. Os contratos de demanda firme encerram-se em 2015.

26 Eventos Subsequentes

15ª emissão de Debêntures

Em 16 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou a liquidação financeira da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, nos termos da Instrução CVM 476, cujas características são as seguintes:

Data Emissão: 15 de fevereiro de 2012
Série: Duas
Valor Total R$ 771.080
Quantidade: 77.108
Valor Unitário R$ 10
1ª Série
Valor R$ 287.330
Quantidade: 28.733
Pagamento Remuneração: semestral
Amortização Final: 15 de fevereiro de 2017
Resgate Antecipado: a partir 24º mês
Remuneração: DI acrescido 0,99% a.a.
2ª Série
Valor R$ 483.750
Quantidade: 48.375
Pagamento Remuneração: anual
Amortização Final: 15 de fevereiro de 2019
Resgate Antecipado: não haverá
Remuneração: IPCA acrescido juros de 6,20% a.a.

Os recursos provenientes da captação por meio da 15ª Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de compromissos financeiros vincendos até 31 de dezembro de 2012.

Resgate da 13ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2012 a Companhia efetuou o resgate total da 13ª Emissão de Debêntures no montante de R$ 633.343.

SABESP assina contrato para ampliar combate a perdas de água

Em fevereiro de 2012, a Companhia, visando alavancar recursos para a segunda etapa do Programa Corporativo de Controle e Redução de Perdas nos Sistemas de Abastecimento de Água, assinou contrato de financiamento com a JICA (Japan International Cooperation Agency - Agência de Cooperação Japonesa) no valor de ¥ 33,6 bilhões (equivalentes na data de assinatura a cerca de R$ 710 milhões). Esta fase do programa tem investimentos previstos da ordem de R$ 1,1 bilhão (¥ 52,2 bilhões) dos quais R$ 390 milhões (¥18,6 bilhões) serão contrapartida da Sabesp.

O prazo do financiamento é de 25 anos, sendo sete de carência, com taxa de juros de 1,7% ao ano. O financiamento será utilizado para ampliar e acelerar os investimentos do Programa Corporativo de Redução de Perdas de Água da SABESP.

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente	Dilma Seli Pena
Diretores	
Econômico Financeiro e de Relações com Investidores	Rui de Britto Álvares Affonso
Gestão Corporativa	Manuelito Pereira Magalhães Junior
Tecnologia, Empreendimentos e Meio Ambiente	João Baptista Comparini
Metropolitano	Paulo Massato Yoshimoto
Sistemas Regionais	Luiz Paulo de Almeida Neto

Contador: Nara Maria Marcondes França
CRC 1SP 207.447/O-0
Superintendente de Contabilidade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edson de Oliveira Giriboni
Heraldo Gilberto de Oliveira
Jerônimo Antunes
Reinaldo Guerreiro
Alexander Bialer
Dilma Seli Pena
Alberto Goldman
Andrea Sandro Calabi
Walter Tesch
Sidney Estanislau Beraldo

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras consolidadas, do Relatório Anual da Administração e da Proposta da Administração para Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e, com base em análises efetuadas, em esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, inclusive pelo Comitê de Auditoria, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes da PricewaterhouseCoopers, datado de 23 de março de 2012, concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 23 de março de 2012.

HUMBERTO MACEDO PUCCINELLI

JOSÉ ANTONIO XAVIER

DERALDO DE SOUZA MESQUITA JUNIOR

ALEXANDRE LUIZ OLIVEIRA DE TOLEDO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de março de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador
CRC 1SP165875/O-6